



*A Investigação sob o Lema da
Salvaguarda Didáctica*



www.cta.ipt.pt

N. 09 // dezembro 2018 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva, Vasco Gil Mantas, Thierry Aubry

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183- 1386

ANOTADA DA ERC

REGISTADA NA INPI

CONSELHO CIENTÍFICO

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Professora Auxiliar com Agregação Doutora Ana M. S. Bettencourt, Universidade do Minho

Doutor Rossano Lopes Bastos, Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional/Superintendência Estadual em Santa Catarina/Brasil (IPHAN/SC)

Doutor e Livre Docente pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade De São Paulo.

(MAE/USP)

Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und Allgemeine

Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	06
A NECRÓPOLE PRÉ-HISTÓRICA DE CHÃ DA MOURISCA (REFOIOS DO LIMA, PONTE DE LIMA) RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA Luciano Miguel Matos Vilas Boas e Lucínia Gonçalves Oliveira.....	07
DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EPIGRÁFICOS: EM BUSCA DE UM DEUS E DE UMA OFERENDA (IRCP 339) José d'Encarnação, Mercedes Farjas Abadía, Marta González Herrero e Aroa Gutiérrez Alonso	20
GRAVURA RUPESTRE NO CENTRO HISTÓRICO DE LAGOS POR MRM – UM GENIUS LOCI ENCONTRADO? Marco Valente e Agustin Ortega Esquínca	35
USING THREE-DIMENSIONAL SOFTWARE TO RECONSTRUCT FRAMES OF THE PAST BASED ON ARCHAEOLOGICAL EVIDENCE Adolfo Miguel Martins e Selina Ali	58
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE ASPECTOS PRÁTICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS: DA NECESSIDADE E RELEVÂNCIA DE CURSOS DE EXTENSÃO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO Lucas de Paula Souza Troncoso e Luciana Bozzo Alves	69
O «QUINTO PODER»: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA IMPRENSA PORTUGUESA NO FINAL DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL Miguel Ribeiro Pedras	89
MANUEL MARTINS DA RIBEIRA: UM DESCONHECIDO MESTRE ENTALHADOR ATIVO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII NAS VILAS DE PENICHE E ÓBIDOS Miguel Portela	105

EDITORIAL

Editorial

O número 9 da Revista Antrope é uma contribuição autoral que medeia os tempos da Pré-História recente, da Romanização (Epígrafes e Arte Rupestre), da relevância que a Arqueologia Marítima e Sub-Aquática acresce à Arqueologia como um todo, e os tempos da Monarquia Constitucional Portuguesa.

A Necrópole Pré-Histórica de Chã da Mourisca (Refoios do Lima, Ponte de Lima) Resultados Preliminares de uma Intervenção de Emergência ; Digitalização de Documentos Epigráficos: Em Busca de um Deus e de uma Oferenda (ircp 339) ; Gravura Rupestre no Centro Histórico de Lagos por MRM – um Genius loci encontrado? ; Using Three-Dimensional Software to Reconstruct Frames of the Past based on Archaeological Evidence ; Considerações a respeito de Aspectos Práticos e Teórico-Metodológicos da Arqueologia de Ambientes Aquáticos: da Necessidade e Relevância de Cursos de Extensão, Treinamento e Capacitação ; O «Quinto Poder»: Subsídios para o estudo da Imprensa Portuguesa no final da Monarquia Constitucional ; Manuel Martins da Ribeira: um Desconhecido Mestre Entalhador ativo na Segunda Metade do século XVIII nas vilas de Peniche e Óbidos.

Partindo do princípio que a Arqueologia é uma ciência, cujo recurso a metodologias e equipamentos lhe conferem relevância e rigor científico. É simultaneamente tentacular, quando procura nas outras Ciências soluções que permitam aprofundar o Conhecimento.

Arqueociências, tem sido o vocábulo mais disseminado no meio arqueológico, cujo intuito é criar uma rede de investigadores de meios do Conhecimento diversificados.

Desde a simples análise por carbono14, passando pelas reconstituições digitais, até à Genética.

As Redes de Investigação Internacionais têm contribuído para que muito do Conhecimento que estamos capacitados a transmitir, não apenas através de revistas da especialidade, ou das Redes Sociais, mas muito especialmente através de Redes Regionais onde a aplicação da Didáctica da Arqueologia, relativamente aos sítios relevantes em cada Concelho, seja útil, atraia o público-alvo, se afirme como um potencial utensílio para o que todos nós desejamos – A Salvaguarda dos Patrimónios.

O empenho laborioso de quem se atreve a “sair para o campo”, nem sempre é reconhecido numa sociedade que “não sabe medir o cariz subjectivo” de cada actividade.

Porém, sem uma peritagem rigorosa da região onde se pretende investir esforço, paciência, energia, coragem para ultrapassar obstáculos e honestidade para assumir os fracassos; o trabalho de pesquisa, a sua aplicação metodológica e os balanços, são o “brinde”, que podemos almejar.

Aos heróis anónimos, enviamos a nossa solidariedade.

Tomar, 14 de Dezembro de 2018

**A NECRÓPOLE PRÉ-HISTÓRICA DE CHÃ DA MOURISCA
(REFOIOS DO LIMA, PONTE DE LIMA) RESULTADOS
PRELIMINARES DE UMA INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA**

**THE PRE-HISTORIC NECROPOLIS OF CHÃ DA MOURISCA
(REFOIOS DO LIMA, PONTE DE LIMA) PRELIMINARY RESULTS
OF AN EMERGENCY INTERVENTION**

Luciano Miguel Matos Vilas Boas

Independent Researcher
4710-407 Braga, Portugal
lucianomvb@gmail.com

Lucínia Gonçalves Oliveira

Independent Researcher
4710-407 Braga, Portugal
lucinia@gmail.com

A Necrópole Pré-Histórica de Chã da Mourisca (Refoios do Lima, Ponte de Lima): Resultados Preliminares de uma Intervenção de Emergência

The Pre-Historic Necropolis of Chã da Mourisca (Refoios do Lima, Ponte de Lima): Preliminary Results of an Emergency Intervention

Luciano Miguel Matos Vilas Boas

Lucínia Gonçalves Oliveira

Historial do artigo:

Recebido a 12 de novembro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

RESUMO

A Necrópole de Chã da Mourisca (Refoios, Ponte de Lima) foi encontrada acidentalmente na primavera de 2010. Nessa altura foram detetadas três estruturas distintas, sendo a mais visível um monumento megalítico funerário. As outras duas são genericamente estruturas em negativo. Estas últimas foram alvo de uma campanha de escavação de emergência, durante os meses de julho e de setembro de 2018, devido ao facto de os sedimentos que as compunham estarem a ser lixiviados com as recorrentes chuvas dos últimos anos. Era nosso objetivo enquadrá-las cronológico-culturalmente de modo a tentar perceber se existiria alguma relação com o monumento megalítico que se encontra nas imediações.

Apesar dos resultados serem, ainda, parcelares foi possível identificar uma sepultura plana, que tinha a particularidade de estar assinalada com um bloco de granito, numa das suas extremidades. O aparecimento de um vaso largo bordo horizontal, depositado *in situ*, permitenos levantar a hipótese de que esta estrutura tenha sido construída durante a Idade do Bronze Médio. A interpretação da estratigrafia interna da estrutura que continha o vaso leva-nos a pensar que esta terá sido reutilizada, posteriormente, mas ainda durante a Idade do Bronze.

Palavras-Chave: Noroeste de Portugal, Idade do Bronze, Sepultura plana, largo bordo horizontal, Bronze Médio

ABSTRACT

The Chã da Mourisca necropolis (Refoios, Ponte de Lima), was identified accidentally in the Spring of 2010. At that time, three different structures were detected, being the most visible a megalithic tomb. The other two are generally negative structures with different shapes. These were subjected to an emergency archaeological excavation, during the months of July and September 2018, since the sediments that compose them were being leached with the recurring rains of recent years.

It was our goal, to classify them culturally and chronologically, to try to understand if there could be interconnectedness between them and the megalithic tomb. Although the results are still partial it was possible to identify one flat grave, which had the peculiarity of being marked with a granite block at one of its ends. The appearing *in situ* of one ceramic vessel with the form called (large horizontal rim) large flat edges, allows us to raise the hypothesis that this structure may have been built during the Middle Bronze Age. The stratigraphic interpretation of this structure leads us to assume it has been reutilized, however still during the Bronze Age.

Key-words: Northwest of Portugal, Bronze Age, Flat Grave, Ceramic Vessel with Flat Edges, Middle Bronze Age.

1. Introdução

Na primavera de 2010 foram descobertas, casualmente, duas estruturas arqueológicas, em negativo, no corte norte e sul de um estradão em terra batida, na serra do Corno do Bico. Os perfis do caminho estavam parcialmente cobertos com musgo, no entanto, as chuvas que ocorreram nos dias anteriores à identificação das mesmas levaram a que ficassem à vista no corte norte uma estrutura em negativo que se assemelhava a uma “fossa” em forma de saco, e no corte sul, outra de contorno sub-retangular. Encontram-se ambas a sul de um monumento megalítico que dista cerca de 50 metros e que designámos por Mamoá da Chã da Mourisca (**vd. Figura 1.**).



Figura 1. Fossa de perfil em saco aquando da sua descoberta, em 2010, e estrutura de perfil sub-retangular. **Fonte:** Autores.

Durante o mês de dezembro de 2017 o local foi revisitado, tendo sido observado que o enchimento da estrutura que se assemelha a uma fossa estava a ser claramente afetado. O

avançado estado de erosão do enchimento das estruturas, fez-nos temer que em pouco tempo as duas correriam o risco de desaparecer sem que tivessem sido registadas e estudadas. Este foi o principal motivo que nos levou a efetuar um pedido de autorização à tutela para aí desenvolver trabalhos arqueológicos.

O objetivo era inventariar e caracterizar as estruturas em risco, perceber como se poderiam articular com o monumento megalítico e prospetar as imediações para detetar novas ocorrências arqueológicas. Pretendia-se também a avaliação cronológico-cultural e funcional das duas estruturas em negativo, bem como a avaliação do seu valor científico/patrimonial, de forma a contribuir para o conhecimento da Pré-História Recente da bacia do rio Lima.

Pelos resultados entretanto obtidos, ainda que parciais, torna-se pertinente a sua publicação.

2. Localização administrativa, contexto físico e ambiental

A necrópole de Chã da Mourisca localiza-se no lugar da Vacariça, freguesia de Refoios do Lima, concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo. As suas coordenadas geográficas em graus decimais, segundo o sistema WGS84 são: Latitude $41^{\circ}49'30.18''N$ e Longitude $8^{\circ}32'16.34''W$, à altitude de 697 m (vd. Figura 2).

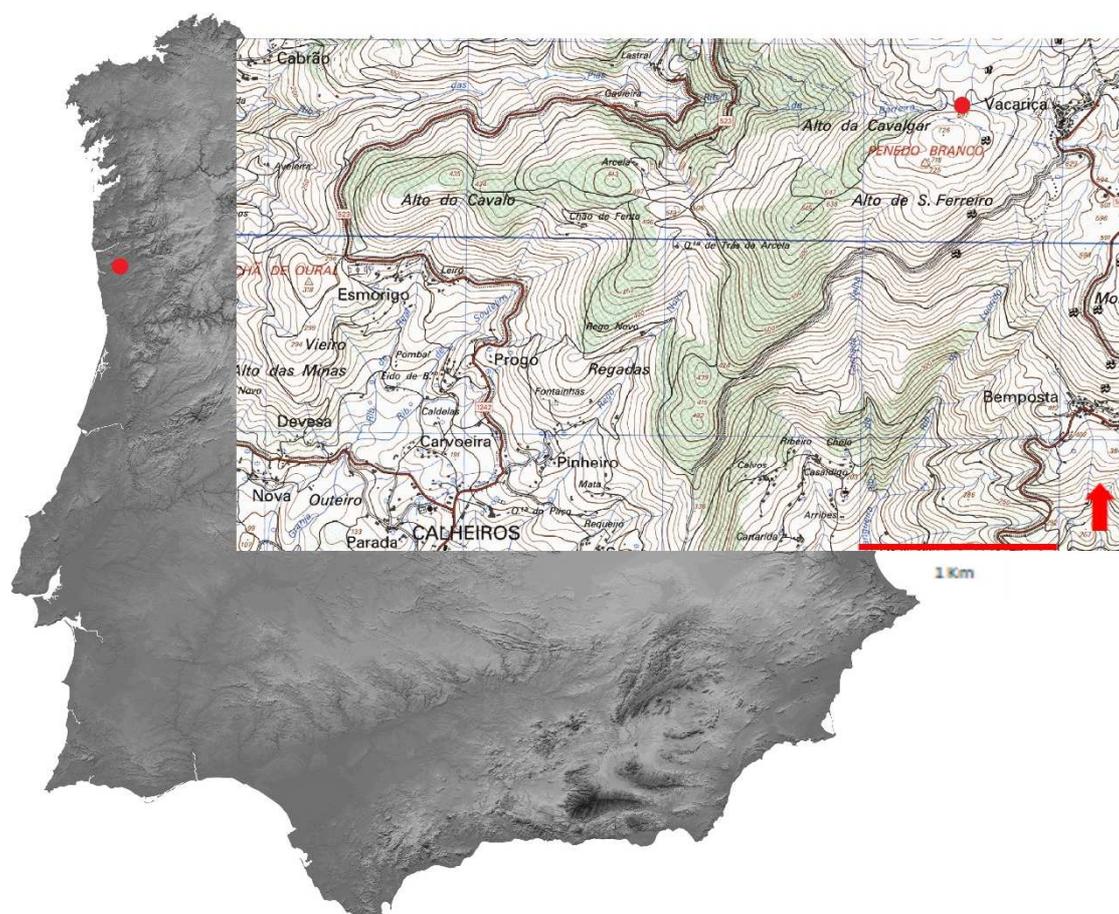


Figura 2. Localização das estruturas em negativo na Península Ibérica e em excerto da Carta Militar de Portugal, nº 28, à escala 1:25000, ano 1996, 2ª edição. **Fonte:** IGE.

Este sítio localiza-se na base da vertente norte do monte do Penedo Branco, em plena serra do Corno do Bico, num colo de orientação este-oeste. Ligeiramente a nordeste das estruturas encontra-se um alvéolo, também designado por Chã da Lagoa, que se encontra protegido dos ventos a norte, a oeste e a sul e onde existe um importante lameiro. A oeste da Chã da Mourisca corre o ribeiro de Barreiros, afluente do ribeiro das Pias que, por sua vez, desagua no rio Labruja, afluente do rio Lima. No alvéolo nasce um pequeno ribeiro sazonal que drena para o ribeiro das Estacas, afluente do rio Cabrão, que também integra a bacia do rio Lima.

O substrato geológico, segundo a Carta Geológica de Portugal, folha 5A, é composto por granito profiróide de grão grosseiro ou médio a grosseiro, calco-alcalino, biotítico. A distâncias compreendidas entre os 5 e 6 km para oeste existem diversas jazidas primárias e explorações mineiras abandonadas de estanho.

A vegetação local é essencialmente arbustiva, composta por tojo, giestas, fetos e por herbáceas. Nas imediações também são observáveis carvalhos, eucaliptos e pereiras bravas. É de salientar que a visibilidade a partir do sítio onde foram realizadas as sondagens é pouco abrangente e circunscreve-se às vertentes que rodeiam o local. A exceção é feita para este-sudeste com visibilidade para as serras Amarela, Gerês e Mezio.

3. Metodologia

A metodologia proposta para a realização das sondagens arqueológicas, obedeceu às normas técnicas constantes no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro).

A realização do presente estudo contemplou o registo de todos os elementos patrimoniais relevantes, recorrendo-se para tal à realização de duas sondagens arqueológicas de diagnóstico, de 2m x 2m.

Este registo compreendeu o levantamento fotográfico das sondagens e área envolvente; a recolha de materiais dispersos à superfície; o estabelecimento de um ponto ao qual foi atribuído uma quota com valores absolutos, servindo de base ao levantamento topográfico e ao levantamento de quotas de estruturas ou materiais in situ; levantamento topográfico das áreas intervencionadas com a implantação das sondagens arqueológicas; execução de registo gráfico de planos e de perfis estratigráficos; remoção manual das camadas sedimentares pela ordem inversa à da sua deposição natural; registo das camadas estratigráficas identificadas em fichas descritivas; recolha de sedimentos do interior das duas estruturas para flutuação e crivagem a seco e futuras análises sedimentares; registo fotográfico de todas as realidades documentadas graficamente; registo tridimensional do espólio mais significativo localizado em contexto selado.

A classificação formal das cerâmicas exumadas foi efetuada recorrendo à tabela formal de Bettencourt (1999).

4. A Escavação

A intervenção arqueológica materializou-se com a implantação de duas sondagens de 2x2 m, tentando abarcar cada uma das estruturas de modo a poder caracterizá-las convenientemente.

Assim, a sondagem 1 foi implantada na área da fossa do perfil norte do caminho (fossa 1), e a sondagem 2 foi implantada de forma a caracterizar a estrutura que se assemelhava a uma sepultura plana, existente no perfil sul do estradão (vd. Figuras 3., 4., 5. e 6.).

4.1. Sondagem 1

4.1.1. Estratigrafia

Camada 1: Sedimento homogéneo quanto à sua coloração, que se revelou castanha escura, de composição areno-argilosa e bastante orgânica, pouco compacto e com granulometria média. Revelou inclusões de raízes e de calhaus. Corresponde à camada humosa.

Camada 2: Sedimento homogéneo quanto à sua coloração, que se revelou castanha clara, de composição areno-argilosa, medianamente compacto e de granulometria média a fina. Revelou inclusões de raízes e de calhaus angulosos. Corresponde a um solo sob a camada humosa.

Camada 3 (Estrutura 1): Sedimento homogéneo quanto à sua coloração que se revelou castanha escura, de composição areno-argilosa, compacto e de granulometria média a grosseira. Revelou inclusões de carvões de pequena dimensão. Corresponde ao enchimento da estrutura que se dispunha na horizontal.

Camada 4: Alterite granítica.



Figura 3. Registo inicial e foto do primeiro plano de escavação da sondagem 1. **Fonte:** Autores.

4.1.2. Estrutura 1 (fossa)

Esta estrutura, mutilada pela abertura do caminho, encontrava-se mais destruída e com menos sedimentos do que quando foi encontrada em 2010. Tinha secção oval com o topo mais estrangulado e base arredondada. No fundo existia um buraco de poste. A profundidade máxima da secção da fossa escavada era de 1,02 m e a sua largura máxima era de 0,80 m. O buraco de poste tinha de profundidade 0,42 m e um diâmetro de 0,22 m. Não nos foi possível aferir a relação estratigráfica entre a estrutura e a camada 1 e 2, ainda assim, pareceu-nos existir um enchimento único correspondente à camada 3. A camada 1 parece tapar a fossa (vd. Figuras 3. e 4.).



Figura 4. Fotos finais após a escavação da fossa e do buraco de poste aí existentes. Fonte: Autores

4.1.3. Espólio

Nesta estrutura não foi detetado qualquer tipo de espólio cerâmico, lítico ou metálico. Foi recolhida a totalidade dos sedimentos para uma posterior flutuação ou crivagem a seco ou análises sedimentares.

4.2. Sondagem 2

4.2.1. Estratigrafia

Camada 1: Sedimentos homogêneos quanto à coloração que se revelou castanha escura, a sua composição era areno-argilosa e bastante orgânica, pouco compacto e de granulometria média. Esta camada revelou inclusões de raízes, calhaus, vidro, cerâmica e líticos. Corresponde à camada humosa.

Camada 2: Sedimentos homogêneos quanto à sua coloração, que se revelou castanha mais clara do que a camada anterior, de composição areno-argilosa, medianamente compacto e com granulometria média a grosseira. Esta camada revelou inclusões de raízes, calhaus, cerâmica e líticos. Cobria a camada onde foi aberta a estrutura bem como o enchimento da mesma.



Figura 5. Perfil da estrutura 1 da sondagem 2 durante e após a escavação. Fonte: Autores.

Camada 3: Sedimentos heterogêneos quanto à sua coloração, essencialmente, castanha escura, apresentando algumas manchas mais negras e mais orgânicas e outras mais claras e arenosas. A sua composição era areno-argilosa e a sua compacidade média, assim como a granulometria. Esta camada localizava-se na zona central da estrutura. A base desta camada era constituída por

sedimentos homogéneos, mais negros e orgânicos. Revelou a inclusão de cerâmica e de líticos. Camada de enchimento da estrutura e de reutilização.

Camada 3a: Sedimentos homogéneos quanto à sua coloração revelando-se acinzentados, de composição arenosa, medianamente compactos e de granulometria média a grosseira. Estavam presente junto às paredes laterais da estrutura e existiam desde o topo à base, nomeadamente na área onde se encontrava o bloco granítico, isto é, na extremidade noroeste da estrutura. Revelou inclusões de radículas e de cerâmica. Trata-se do enchimento mais antigo da estrutura.

Camada 4: Sedimentos homogéneos quanto à sua coloração, que se revelou castanha muito clara. A sua composição era areno-argilosa, medianamente compacto e de granulometria média. Apresentou inclusões de raízes. Corresponde possivelmente ao contacto da base da camada 2 com o substrato geológico.

Camada 5: Alterite granítica.



Figura 6. Pormenor de vaso largo bordo horizontal *in situ* e da sua localização genérica na estrutura. **Fonte:** Autores.

4.2.2. Estrutura

A estrutura 1 da sondagem 2 revelou-se particularmente peculiar. A observação do corte deixado pela abertura do caminho parecia revelar uma estrutura com um enchimento único e de secção sensivelmente sub-retangular. Isto não se verificou, após a escavação, tendo a estrutura revelado duas camadas de enchimento: a camada 3 e a camada 3a. A planta desta estrutura não foi ainda totalmente definida, uma vez que esta se prolonga para o corte sul da sondagem efetuada. Ainda assim, a sua planta parcelar revela-se tendencialmente sub-retangular com orientação noroeste-sudeste. O perfil deixado pela abertura do caminho revelava que teria uma profundidade máxima de 0,55 m e 0,72 m de largura máxima. No entanto, após a sua escavação verificou-se que a estrutura alargava e se tornava mais profunda, atingindo 0,61 m de profundidade, 1,18 m de largura na base e 1,10 m de largura ao nível do topo. O fundo era aplanado. Perante estas características, parte-se do princípio de que a área exposta no corte do caminho correspondia à extremidade norte desta estrutura.

Uma das suas particularidades é o facto de estar assinalada por um bloco de granito local, junto da sua extremidade norte. Este bloco, apesar de ligeiramente inclinado, parecia estar *in situ*, tendo sido implantado durante a primeira fase de construção e utilização da estrutura. O bloco, sem qualquer gravura, tem secção poligonal e mede cerca de 85 cm de altura, por 44 cm de largura (**vd. Figuras 5. e 6.**).

4.2.3. Espólio

O espólio não foi ainda alvo de um estudo exaustivo pelo que aqui serão apresentados, apenas, alguns dados genéricos da cerâmica das camadas 3 e 3a, ou seja, as que correspondem ao enchimento da estrutura.

Camada 3: Nesta camada foram exumados um total de 5 fragmentos de cerâmica de fabrico manual, pastas arenosas e cozeduras reductoras. Deste conjunto 1 corresponde a um bordo reentrante, de lábio arredondado, outro a 1 bojo decorado com a técnica de incisão e os restantes a bojos não decorados (**vd. Tabela 1.**).

As dimensões destes fragmentos são muito pequenas, tendo menos de 4 cm, e as arestas encontram-se, pouco boleadas. As suas superfícies externas e internas também estão pouco erodidas.

FRAGMENTOS	QUANTIDADE
Bordo	1
Bojo	3
Bojo decorado	1
Totais	5

Tabela 1. Conjunto de cerâmicas exumadas da camada 3. Fonte: Os Autores

Camada 3a: O bloco pétreo, marcador desta estrutura, estava inserido, parcialmente, nesta camada.

Quanto ao espólio cerâmico exumado, apenas se identificou um recipiente cerâmico completo, depositado sobre a base da estrutura, talvez sobre matéria prima perecível (madeira, tecido, osso), pelo facto de ter uma base arredondada e de ter sido encontrado inclinado. O vaso estava localizado sensivelmente a meio da estrutura escavada, mas próximo da parede oeste da mesma.

Trata-se de um vaso de largo bordo horizontal, ou seja, corresponde à forma 13c da tabela formal de Bettencourt (1999). Expressa um fabrico manual, cozedura reductora, e pasta arenosa com desengordurantes de quartzo e de feldspato. O bordo, em aba horizontal, oscila entre 1,9 e 2 cm, o lábio é arredondado, o bojo é, também, arredondado e a base convexa. Não apresenta asa.

Tem um diâmetro que varia entre os 10 e 10,4 cm. A única fratura existente localiza-se no bordo, do qual falta um pequeno fragmento, embora o vaso pareça ter sido depositado assim. A fratura apresenta-se angulosa o que parece demonstrar que não esteve presente a agentes erosivos, podendo ter-se fraturado num momento próximo à sua deposição.

A parede exterior é alisada e a interior não foi caracterizada devido a conter ainda os sedimentos que preenchem o recipiente e que seguirão para análises diversas. Aparentemente apresenta alguma fuligem numa secção exterior do bojo e do bordo. O recipiente não foi lavado porque será submetido a análises de química orgânica para determinar a sua composição.

Este vaso apresenta-se decorado com a técnica incisa metopada na parte interna da aba. A sua organização decorativa inclui a alternância de incisões de ponta romba, variáveis em número de cinco ou de seis, formando sulcos paralelos entre si e paralelas ao lábio, com sulcos em número

de nove, paralelos entre si e perpendiculares ao lábio. A contabilização dos sulcos pode não ser precisa em algumas das bandas, porque parte delas encontra-se oculta sob uma fina camada de fuligem e ou de outro componente indeterminado (vd. **Figura 7.**).



Figura 7. Vaso largo bordo horizontal (forma 13c de Bettencourt), encontrado na estrutura 1 da sondagem 2. **Fonte:** Autores.

5. Discussão dos dados e algumas considerações

A necrópole de Chã da Mourisca foi alvo de uma intervenção arqueológica de emergência, que incidiu sobre duas estruturas em negativo, que se encontravam nos cortes de um caminho em terra batida. Para tal foram implantadas duas sondagens de 2x2 m, cada uma delas sobre as estruturas até então detetadas.

A Sondagem 1 implantada sobre uma possível fossa permitiu encontrar uma estrutura desse tipo, de perfil oval, em forma de “saco”, apesar de estar já numa fase avançada de destruição. Esta estrutura tinha a particularidade de conter aquilo que interpretamos como sendo um buraco de poste, de contorno circular e relativamente profundo, o que é muito raro neste tipo de estruturas, podendo, pela sua profundidade e largura (0,42 m por 0,22 m) ter contido um tronco de madeira de alguma envergadura. Terá esta estrutura, tido a funcionalidade de albergar um tronco? Se assim fosse, que funcionalidade teria esse tronco? E em que período foi construído? Teriam existido outras deposições perecíveis? Não temos resposta para estas questões, tanto mais que não foi encontrado qualquer espólio no interior desta fossa. A inexistência de espólio arqueológico nesta estrutura, também não nos permite aferir a sua cronologia mesmo que de uma forma relativa. Ainda assim, a existência de carvões poderá contribuir para uma melhor compreensão da sua cronologia se datados por radiocarbono. Contudo, como hipótese de trabalho não nos parece descabido pensar que esta foi construída

durante a Pré-história Recente tendo em conta a existência, nas imediações, de um monumento megalítico e de outra estrutura que se insere na Idade do Bronze.

Os paralelos que se aproximam desta realidade encontram-se no povoado/necrópole de Cimalhas, freguesia de Sernande, em Felgueiras, nomeadamente no caso da estrutura 105, atribuída à Idade do Bronze Final. Sobre esta estrutura dizem Almeida e Fernandes (2008: 40) “Ao contrário de todas as outras cujo fundo era o substrato saibroso, esta fossa possuía um fundo falso em argila. Uma vez removido, foi possível identificar que existia uma pequena cavidade repleta de cinzas”, tendo-a identificado como sendo uma fossa de cremação.

Outros paralelos em que fossas se associam a buracos de poste encontram-se no lugar de Vale Ferreiro, freguesia de Serafão, concelho de Fafe, datado de vários períodos da Idade do Bronze e articulado com práticas funerárias (BETTENCOURT et al., 2005). Aí, na estrutura designada por fossa 9, datada de entre o séc. XII a X AC (Bronze Final), articulavam-se 12 buracos de poste que se situavam, ora no seu interior, ora no exterior, tendo levado os autores a considerarem-na como uma espécie de casa-túmulo. Neste local, também ocorrem outras fossas, pouco profundas, que se associam ao que parecem buracos de poste, adossados pelo exterior, interpretados por Sampaio (2014a) como possíveis elementos de sinalização de estruturas e deposições subterrâneas. Em cronologias mais recentes, como é o caso da Quinta do Amorim, em Braga, foi detetada uma fossa de contorno retangular, a nº 25, provavelmente romana, onde, no seu interior “... descaída para o quadrante nordeste, foi identificado uma pequena depressão (buraco de poste?) de contorno circular, secção em “U” e base arredondada, com 11 cm de diâmetro e 25 cm de profundidade” (SAMPAIO, 2014: 420).

As fossas são estruturas bastante comuns desde a Pré-história até à época contemporânea. A sua funcionalidade é variável conforme o seu contexto e os seus depósitos internos. Podem ser estruturas sepulcrais, de armazenamento, fornos de cozedura de cerâmica, fornos metalúrgicos, locais para compostagem, fossas detriticas, etc. (MARTIN-SEIJO, et al. 2017) e a “Archaeology shows that every feature (pit) might have performed successive roles (MACPHAIL et al., 2008; ROJO et al., 2008; JOY, 2015; BALBO et al., 2015; HOWEY, FREDERICK, 2016)” (MARTIN-SEIJO, et al., 2017: 528). Contudo, as condições de sedimentação que foi possível analisar e o provável buraco de poste indiciam que esta fossa parecia conter um depósito primário.

A sondagem 2 revelou uma estrutura, a qual não foi ainda possível caracterizar na sua totalidade. Vista de perfil tem uma secção sub-retangular e, em plano, a área escavada revela uma planta sub-retangular com uma orientação noroeste-sudeste, com mais do que 2 m de comprimento, por 1.10 m de largura (ao nível do topo) e de 1,18 m de largura (ao nível da base), e 0,61 m de profundidade. Estava sinalizada, na extremidade norte, com um bloco granítico. A forma, contexto e a deposição do vaso de bordo horizontal levam a considerar que se está perante uma estrutura de enterramento do tipo das sepulturas planas, embora algo atípica. De ter em conta que para a Idade do Bronze do Noroeste português se tem defendido a existência de marcadores de sepulturas planas. Tal é o que parece ocorrer no sítio do Pego, freguesia de Cunha, em Braga, onde “The angular pebble identified at the South-west top of grave 11, interpreted as a marking element, lead us to hypothesize that some of these structures may have been marked with perishable materials and/or additional structures” (SAMPAIO, BETTENCOURT, 2014: 54).

Tendo em conta a cronologia atribuída a este tipo de vasos é de todo aceitável enquadrar a abertura desta estrutura durante o 2º milénio AC, muito provavelmente, no Bronze Médio (BETTENCOURT, 1997, 2010, 2011, 2013; SAMPAIO, 2014a, 2017).

A reutilização desta “eventual sepultura plana”, está bem patente na camada 3 e assume um carácter particular pois parece que quem a reabriu conhecia a sua localização e orientação exata.

Tal pode ser explicado se o monólito granítico tivesse sido um claro marcador da sepultura ali existente, o que teria tornado visível a “invisibilidade” da estrutura enterrada, para aqueles que por ali passassem.

A reutilização não se estende pela totalidade da sepultura e a sua funcionalidade é desconhecida, dadas as características de enchimento e dos materiais aí encontrados. No entanto, as suas características técnicas, formais e decorativas, inserem-nos na Idade do Bronze, como, por exemplo, a presença de um bordo como um lábio serrilhado que é conhecido no Noroeste de Portugal em contextos do Bronze Médio ou Bronze Final (Bettencourt & Fonseca, 2011).

Quanto à localização das sepulturas planas, Bettencourt (2010: pp.158) defende “que las necrópolis de sepulturas “opacas” (cistas sin tumuli, sepulturas planas e fosas), localizadas en áreas de importante potencial agrícola y en las inmediaciones de los poblados, fueron construidas por comunidades sedentarias, muy implicadas en actividades agrícolas, com un marcado sentido de la territorialización y un dominio y conocimiento profundo del territorio. En cambio las comunidades conectadas a las prácticas pastoriles y com modos de vida que implicarían mayor movilidad, serían las responsables de la construcción de estructuras funerarias más visibles, como los monumentos bajo tumuli de tradición megalítica, alejados de los poblados.”. A autora defende ainda que “las sepulturas simples, de forma oval o rectangular, excavadas en el substrato rocoso, a veces cubiertas por una potente capa de arcilla o com pequeñas concentraciones de piedras. Sin ofrenda o conteniendo sólo recipientes cerámicos se distribuyen en territorios conectados com valles fértiles, frecuentemente cerca de poblados” (BETTENCOURT, 2010: 151).

A Chã da Mourisca parece mostrar algo diferente. O local situa-se a quase 700 m de altitude, numa zona montanhosa com colinas em volta que ultrapassam os 720 metros. O relevo e a sua altitude, parecem articular-se melhor com a pastorícia, no entanto a presença de inúmeros lameiros, nas imediações, e de um grande lameiro contíguo ao local, podem ter possibilitado uma agricultura sazonal, de altitude. Também é possível que as comunidades que vieram aqui tumular, na Idade do Bronze, praticassem uma pastorícia sazonal nas zonas altas da serra, aliada a uma agricultura em zonas mais baixas. De qualquer modo esta sepultura plana, mas atípica em relação às encontradas em áreas de vale, e marcada por um bloco de granito de 84 cm de altura, não era um local totalmente invisível e obedece à lógica de tornar a morte visível em áreas de altitude, tal como Bettencourt (2010) também defendeu.

Resta-nos chamar a atenção para os micro topónimos do local, Chã da Mourisca e Chã da Lagoa. O topónimo Chã da Mourisca parece revelador que a memória das comunidades preservou e perpetuou uma imagem metafórica de algo importante que no passado ali teria existido, o segundo, está claramente associado ao lameiro ali existente que possibilita boas condições de pastagem.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro B.; FERNANDES, Francisco – O Povoado da Idade do Bronze da Cimalha. In **Oppidum**. número especial, (2008), p. 29-44.

BETTENCOURT, Ana M. S. - Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste peninsular. In **Actas do IIº Congresso de Arqueología Peninsular**, Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, (1997), p. 621-632.

BETTENCOURT, Ana M. S. – **A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC.** Braga: Universidade do Minho. Vol. 1 (Tese de Doutoramento), 1999.

BETTENCOURT, Ana M. S. – La Edad del Bronce en el Noroest de la Península: un análisis a partir de las prácticas funerárias. In **Trabajos de Prehistoria**, 67. 1, (2010), p. 139-173.

BETTENCOURT, Ana M. S. – Estruturas e práticas funerárias do Bronze Inicial e Médio do Noroeste Peninsular. In BUENO, Primitiva; GILMAN, A.; MARTÍN MORALES, C.; SANCHES-PALENCIA, F. J. (eds.) **Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje. Bibliotheca Praehistorica Hispana.** Madrid: CSIC 27. (2011), p. 115-139.

BETTENCOURT, Ana M. S.– **The Prehistory of North-western Portugal. ARKEOS.** Braga/Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo/CITCEM, Vol. 36., 2013.

BETTENCOURT, Ana M. S.; FONSECA, Jorge - **O povoado da Idade do Bronze de Lavra, Matosinhos. Contributos para o estudo do Bronze Médio no litoral Norte, Matosinhos: centro de Investigação Transdisciplinar. Cultura, Espaço e Memória, CITCEM, 2011.**

BETTENCOURT, Ana M. S. [et. al.] - The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe, in the context of the Bronze Age in Northwest Portugal. In **Journal of Iberian Archaeology**. 7, (2005), p. 157-175.

MARTIN-SEIJO, Maria [et. al.] - Disentangling the life-cycles of Bronze Age pits: A multi-stranded approach, integrating ceramic refitting, archaeobotany and taphonomy. In **Journal of Archeological Science: Reports**. 12, (2017), p. 528-542.

SAMPAIO, Hugo A. - **A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal).** Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento), 2014. 420 p.

SAMPAIO, Hugo A. - Contextos e práticas funerárias da Idade do Bronze na bacia hidrográfica do rio Ave (Noroeste de Portugal). In **Arqueologia em Portugal. Estado da Questão.** Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, (2017), p. 787-799.

SAMPAIO, Hugo A. - A necrópole da Idade do Bronze do Corvilho (Santo Tirso): novos dados para a sua contextualização cronológica. In **Arqueologia em Portugal. Estado da Questão.** Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, (2017), p. 801-809.

SAMPAIO, Hugo A.; BETTENCOURT, Ana M. S. – Between the valley and the hilltop: Discoursing on the spatial important of Pego's Bronze Age necropolis, Braga (Northwest of Portugal). In **Estudos do Quaternário**, 10, (2014), p. 45-57.

CARTOGRAFIA

TEIXEIRA, Carlos; MEDEIROS, A. Cândido de; COELHO, Coelho, A. Pinto – **Carta Geológica de Portugal**, Folha 5-A, Viana do Castelo (Material Cartográfico) / Serviços Geológicos de Portugal - Escala 1: 50.000 – Lisboa: S.G.P., 1972.

TEIXEIRA, Carlos; ASSUNÇÃO, C. Torre de – **Carta Geológica de Portugal**, Folha 1 – C, Caminha (Material Cartográfico) / Serviços Geológicos de Portugal - Escala 1: 50.000 – Lisboa: S.G.P., 1961.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EPIGRÁFICOS: EM BUSCA DE UM DEUS E DE UMA OFERENDA (IRCP 339)

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Rua Eça de Queiroz, 89. Pampilheira. 2750-662 CASCAIS

jd@fl.uc.pt

Mercedes Farjas Abadía

Universidad Politécnica de Madrid

Escuela Técnica Superior de Ingenieros en Topografía, Cartografía y Geodesia

Paseo Juan XXIII 54, 6ª, 28040 MADRID, Spain

m.farjas@upm.es

Marta González Herrero

Universidad de Oviedo

Facultad de Filosofía y Letras

Departamento de Historia (Área de Historia Antigua)

Barrio La Merced nº 21, Bajo. El Caserón. La Manjoya. Oviedo 33196. España

martaher@uniovi.es

Aroa Gutiérrez Alonso

Universidad Politécnica de Madrid

Escuela Técnica Superior de Ingeniería Civil

C/Estrella Denébola 10, 5ªA, 28045 MADRID, Spain

aroa.gutierrez@gmail.com

aroa.gutierrez@upm.es

Digitalização de documentos epigráficos: Em busca de um deus e de uma oferenda (IRCP 339)

José d'Encarnação

Mercedes Farjas Abadía

Marta González Herrero

Aroa Gutiérrez Alonso

Historial do artigo:

Recebido a 22 de outubro de 2018

Revisto a 14 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

RESUMO

Os resultados da investigação nas tecnologias do tratamento digital de imagens podem constituir excelentes ferramentas de análise no âmbito dos estudos epigráficos. Assim, procura-se exemplificar aqui como, partindo de fotografias de arquivo da inscrição *IRCP 339* e aplicando algoritmos digitais, é possível criar novas imagens que permitem interpretar marcas ocultas não perceptíveis na imagem original. Com esta nova fonte de documentação, outras perspectivas se abrem para o epigrafista.

Palavras-chave: *IRCP 339*; Mitra; sodalicium; Bracari; teledeteção; processamento de imagens

RESUMEN

Las tecnologías de tratamiento digital de imágenes pueden ser una excelente herramienta de análisis para los estudios epigráficos. En este trabajo se trata de mostrar como, partiendo de fotografías de archivo de la inscripción *IRCP 339* y la aplicación de algoritmos digitales, es posible crear nuevas imágenes que permiten interpretar marcas ocultas no perceptibles en la imagen original. Nuevas perspectivas se abren para el trabajo del epigrafista.

Palabras-clave: *IRCP 339*; Mitra; sodalicium; Bracari; teledetección; procesamiento de imágenes

ABSTRACT

Digital image processing technologies could be an excellent analysis tool for epigraphic studies. This paper, try to show how starting from archival photographs of the *IRCP 339* inscription and the application of digital algorithms, it is possible to create new images that allow interpreting hidden marks not perceptible in the original image. New perspectives open for the work of epigraphist.

Key-words: *IRCP 339*; Mitra; sodalicium; Bracari; remote sensing, image processing

1. Introducción

Los historiadores estamos de enhorabuena gracias al diseño de una metodología cuyo objetivo es explorar las posibilidades que ofrece la ingeniería en el tratamiento de determinadas fuentes. Su creación es resultado del trabajo desarrollado por Mercedes Farjas Abadía y Aroa Gutiérrez Alonso, investigadoras adscritas a la Universidad Politécnica de Madrid (UPM), junto a José Antonio Domínguez Gómez, perteneciente al Crop Research Institute (Praga, Czech Republic).

El procedimiento utilizado se basa en el análisis espectral de imágenes tomadas con cámaras digitales de uso común, trabajando en el rango del espectro visible (GUTIÉRREZ ALONSO; FARJAS ABADÍA; DOMÍNGUEZ GÓMEZ, 2018: 647-656). Puesto que posibilita detectar trazos grabados no identificables a simple vista, puede resultar útil al epigrafista para leer caracteres grabados sobre superficies muy deterioradas. Con el fin de comprobar las posibilidades que ofrece, dos profesores especialistas en estudios de base epigráfica, José d'Encarnação, perteneciente al Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), y Marta González Herrero (Universidad de Oviedo) están realizando aplicaciones experimentales de estas técnicas de análisis digital de imágenes en epígrafes latinos.

Con este trabajo se pretende mostrar lo fructífero que puede resultar abordar estudios interdisciplinares que, en este caso, aúnan ingeniería y uso de las TICs con la investigación histórica (ENCARNAÇÃO, 2017). La primera parte incluye una breve reseña de la metodología de digitalización y los tratamientos a los que se ha sometido uno de los epígrafes (IRCP 339) con los que se ha experimentado. A continuación, se aborda el estudio epigráfico e histórico a partir de la lectura obtenida.

2. Metodología de digitalización

El método utilizado por Farjas, Gutiérrez y Domínguez consiste en aplicar técnicas de teledetección y tratamiento espectral para que marcas ocultas aparezcan representadas en la nueva imagen. El procedimiento se perfiló tras arduos ensayos de laboratorio sobre un molde de piedra grabado para estudiar el efecto de las luminiscencias en la imagen de los ángulos de las tomas fotográficas. Posteriormente se realizaron pruebas de combinación de los diferentes filtros con objeto de crear un protocolo de aplicación secuencial que permitiera obtener resultados concluyentes (GUTIÉRREZ ALONSO; FARJAS ABADÍA; DOMÍNGUEZ GÓMEZ, 2014: 14-19).

Como resultado de las pruebas, fueron seleccionados los filtros y se estableció un orden en su aplicación a la hora de realizar las distintas fotografías. A las imágenes óptimas se aplicó un filtro de convolución y morfología, un filtro de texturas y un índice normalizado de grabados – basado en un algoritmo propio – que permite mejorar la discriminación de aspectos dentro de la imagen. Además, para el estudio de los pigmentos existentes sobre los grabados, se aplicaron técnicas adicionales de teledetección como la clasificación supervisada y algoritmos de representación 3D que permiten analizar superficies a partir de una única fotografía.

La verificación y validación de la metodología completa se llevó a cabo en varios yacimientos de un alto valor arqueológico, en concreto el de Tamanart (Marruecos), en el de las Lagunas de Ruidera (Ciudad Real) y en la Cueva de los Casares (Guadalajara). Los resultados obtenidos mostraron la viabilidad de la propuesta para detectar información oculta en grabados y para

dotar a los investigadores de soportes digitales en los que llevar a cabo un estudio detallado de las geometrías (GUTIÉRREZ ALONSO, 2017).

3. El documento epigráfico tratado: *IRCP 339*

3.1. Descripción del soporte (Encarnação 1984: nº 339)

Se trata de una placa de mármol gris de Trigaches que presenta unas dimensiones de 29 x 38 x 2 cm. El campo epigráfico mide 22,1 x 30,3 cm y está enmarcado por una moldura de dos ranuras paralelas. La superficie grabada presenta fractura en los bordes izquierdo superior e inferior derecho, pero sólo la primera rotura afecta a la inscripción, concretamente al comienzo de la primera línea. El maltrato al que el epígrafe se ha visto sometido hace que la lectura resulte ciertamente dificultosa.

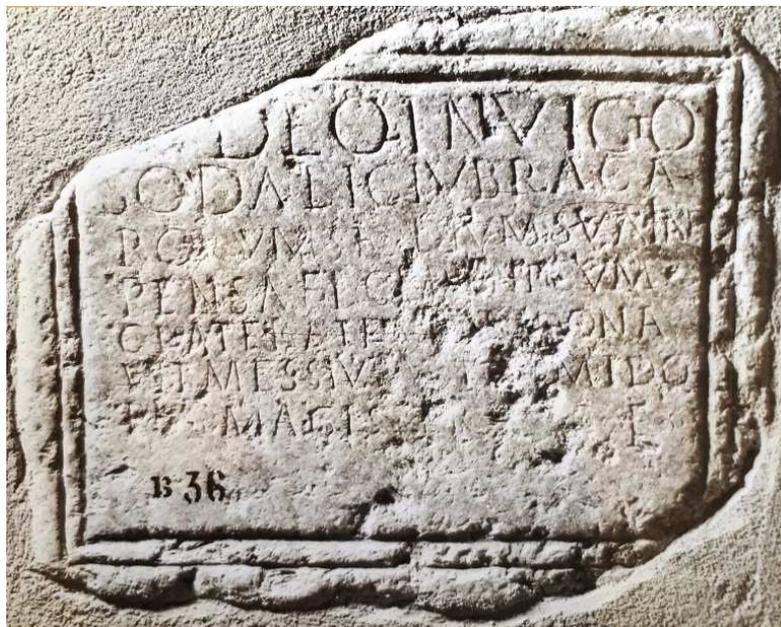


Figura 1. *IRCP 339*. Fuente: José d'Encarnação

3.2. Tratamientos digitales realizados

El material utilizado fue una imagen original tipo JPEG, a la que se dio un tratamiento digital integrado por un filtro de convolución de paso alto y un filtro de texturas co-ocurrencia. Se trabajó en escala de grises, también con algunas composiciones de falso color jugando con las bandas de la imagen, y se aplicó el algoritmo Mixband (algoritmo propio).

Los resultados obtenidos en falso color fueron discretos debido a la homogeneidad de la imagen, aunque no por ello menos significativos. El tratamiento se completó con la realización de pruebas experimentales con otros filtros como el Dstreich, Photographic Dstreich, Saturación y Sintético, y composiciones de falso color entre las diferentes bandas obtenidas (ACEVEDO, FRANCO, 2012: 152-175). No se obtuvieron buenos resultados en su aplicación debido a que emborronan aún más la imagen, mientras que la del filtro de textura fue muy satisfactoria en

cuando a calidad y detalle del epígrafe. Se presentan aquí las imágenes resultantes más relevantes, que permiten una mejor visibilidad de la inscripción tratada:



Figura 2. Filtro de Texturas co-ocurrencia. Escala de grises. Fuente: Aroa Gutiérrez Alonso



Figura 3. Filtro de Texturas co-ocurrencia. Composición falso color, en rojo. Fuente: Aroa Gutiérrez Alonso

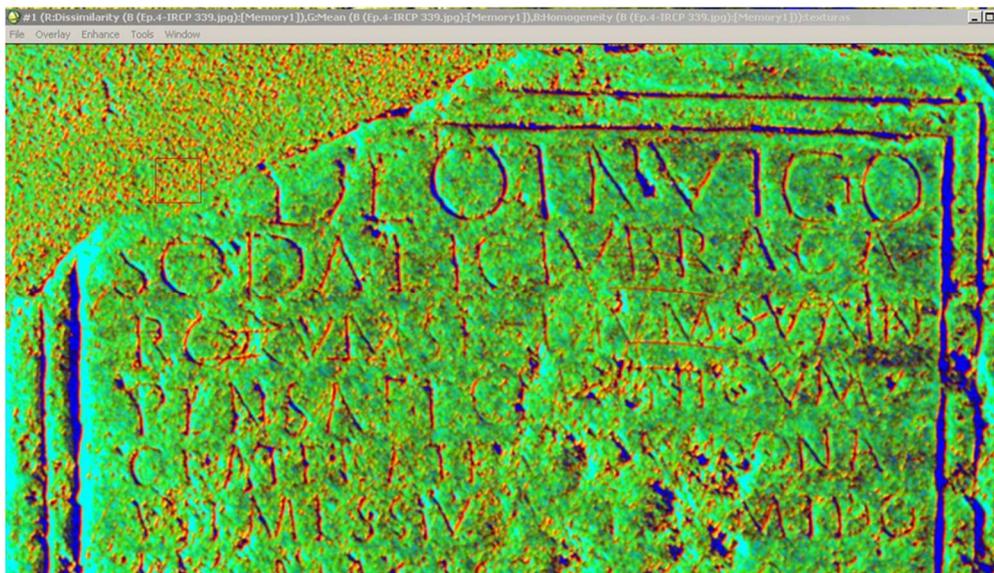


Figura 4: Filtro de Texturas co-ocurrence. Composición falso color. Fuente: Aroa Gutiérrez Alonso

4. Lecturas e interpretaciones de IRCP 339

Em 1946, Abel Viana deu a conhecer, quando publicou o catálogo da “secção lapidar” do Museu Regional de Beja (p. 11, nº 8), a placa epigrafada que foi submetida a tratamento digital (vd. **Figura 1.**). Não indicou – certamente por desconhecimento – onde fora encontrada e tal omissão tem-nos levado a pensar que seria proveniente de trabalhos arqueológicos desenvolvidos na própria cidade, pois, caso contrário, o mais lógico teria sido que Abel Viana referisse o local de achamento, por não ser o mais habitual: a cidade. Desconhecem-se, por isso, inteiramente as circunstâncias do achado e qual o seu eventual contexto arqueológico.

O estudo da epígrafe levado a efeito em 1984 (IRCP 339) procurou ser o mais exaustivo possível, nomeadamente dando conta do que sobre o assunto se escrevera até esse momento e apontando as questões em aberto. Para ele naturalmente remetemos. E, por isso, vamos abordar quatro pontos na nossa análise:

- 1º) o que se escreveu após IRCP;
- 2º) o que, na epígrafe, parece não sofrer contestação;
- 3º) o que, ao invés, ainda oferece dúvida;
- 4º) que achegas poderão ser dadas com vista à melhor compreensão do significado histórico-cultural do monumento.

Foi a seguinte a leitura interpretada que se publicou em 1984. Anote-se, contudo, que as letras que se reconstituíam sem dificuldade, mas que se encontravam pouco perceptíveis na lápide, tinham um ponto subposto, pormenor que, por não ser de fácil execução gráfica, ora se omite. Na versão final deste ensaio essas letras figuram entre parênteses rectos.

[M(*ithrae*)?] DEO INVICTO / SODALICIV(*m*) BRACA/RORVM STVDIVM SVA IN/PENSA [*sic*]
 FECERVNT CVM (*hedera*) / ⁵ CRATERA TI[TVLVM?] DONA/VIT MESSIVS [M(*arci*) L(*ibertus*)] [?]
 [ARTE]MIDO/RVS MAGISTER · [C(*oloniae*)?] (*hedera*) P(*acis*?) (*hedera*) l(*uliae*?) (*hedera*)

4.1. Edmondson 1984 e AE 1984, 465

Embora datada do mesmo ano que *IRCP*, a assaz pormenorizada análise epigráfica feita, linha a linha, por Jonathan Edmondson (1984: 79-86) não pôde ter em conta *IRCP* publicado depois. O editor de *L'Année Épigraphique* também não teve conhecimento de *IRCP* e, por isso, apenas sintetizou o que Edmondson mui meticulosamente escrevera. No aditamento a *IRCP*, datado de 1986, alude-se também (104) às informações veiculadas por AE 1984, 465.

Assim, propôs-se [*S(oli)?*] no início, muito desgastado, da epígrafe, embora e, por isso, sem hipótese viável de certezas, até porque a expressão *deo invicto* não se aplica exclusivamente a Mitra. Lê-se na ficha de *L'Année Épigraphique*: «Ce texte ne se rapporte pas nécessairement à Mitra qui n'est pas la seule divinité à être désignée comme Sol Invictus». Decerto terá havido distração, porque a questão a pôr-se seria que divindade poderia ter sido designada *deus invictus* e não *Sol Invictus*. A possibilidade de, em vez de uma sigla, ter aí estado uma *hedera* é também alvitada por Edmondson, o que poderia corresponder, de facto, à reconstituição, que igualmente apresenta, de o texto terminar da mesma forma, com uma *hedera*.

Na versão de Edmondson há outras divergências em relação a *IRCP*: *st[u]dium, fecer[un]t, ti[tulum]* (sem carácter dubitativo), *magis[t]er [d(e)] s(uo) f(ecit) ou s(uo) p(osuit) ou s(ua) p(ecunia)* – sugestões que reforçam, de facto, a dificuldade de leitura da parte final do texto, como se assinalara.

Sobre a l. 3, observa-se que *st[u]dium* é preferível a *s[el]dium* ou a *s[pon]dium*. Comenta-se, em AE, a este propósito, que se trata de reconstituição «non contrôlable sur la photographie, à cause de l'usure de la pierre». Embora literalmente, pudesse ser atribuído a *studium* o significado de 'lugar de estudo', Edmondson inclina-se para que identifique «a central meeting-place for the *sodalitium Bracarorum*» (1984: 79) e aceita a leitura *cratera*, na l. 5: «was certainly a common element in the ritual of the Mithraic cult and is often depicted in Mithraic iconography» (1984: 80).

Como poderá ver-se nas variantes transcritas em *IRCP* 339, essas hipóteses – *s[el]dium, s[pon]dium, t[ripodem]*... – tinham sido apresentadas pelos autores que haviam tratado da inscrição antes de 1984 e confirmam a dificuldade de leitura provocada pelo grande desgaste a que a superfície epigrafada fora sujeita.

Discute também Edmondson a ocorrência do vocábulo *magister*. E se «the title *magister* was indeed a normal one for the chief officer of a *collegium* and it was common for freedmen to hold this position», as inscrições que relacionam um *magister* com o culto mitraico não se lhe afiguram significativas, pelo que considera «dangerous to argue that the title *magister* was current in Mithraic communities in the earlier Empire», atendendo, inclusive, a que a designação *Pater* era, sem dúvida, «the more normal» (1984: 83).

Tendo em conta todas essas objecções, Edmondson conclui que espera ter demonstrado «that too many factors conspire to cast doubt on the generally held view that this inscription provides evidence for 'une institution mithriaque' at *Pax Iulia*» (1984: 85). Acrescenta, em nota, que esta fora a convicção de García y Bellido e que Scarlat Lambrino chegara até a falar na existência aí de um *Mithraeum*.

4.2. Alvar Ezquerria 1993, 1994 e 2002

Ao traçar a panorâmica dos cultos místéricos na Lusitânia, Jaime Alvar Ezquerria (1993: 792) e, em jeito de apoio à existência de um culto a Mitra, cita o achado na Herdade das Represas, Lobeira, da estátua «que representa una divinidad masculina, estilisticamente semejante a las

mitraicas del Cerro de S. Albín en Mérida», informação que colheu de Manuela Alves Dias (1981: 33 e nota 7).

Já voltamos ao depoimento de Alvar Ezquerria, para nos determos na opinião exarada pela citada Maria Manuela Alves Dias quando, em Oviedo, fez uma comunicação sobre os cultos orientais em *Pax Iulia*. Inclui *Messius (Arte)midorus* entre os «cultuantes de Mitra», mas, no que respeita ao *sodalitium Bracarorum*, afirma: «Nada mais sabemos, sequer se a sua associação era de tipo religioso ou sócio-profissional» (1981: 35). Contudo, o raciocínio que prossegue (DIAS, 1981: 36-37) faz-nos pressupor que poderia inclinar-se mais para que esse *sodalitium* tivesse uma característica mais socioprofissional que meramente religiosa, pois escreve, em conclusão:

«Em *Pax Iulia*, e na região mineira de que ela é cabeça, os cultos orientais devem entender-se como sintoma de crescimento económico duma pequena classe média local e como a primeira tentativa de corte com a estrutura tradicional da *gens*, numa procura de cobertura ideológica para a nova organização sócio-económica que se desenhava» (DIAS, 1981: 37).

Voltando ao texto de Alvar Ezquerria, verifica-se que, em sua opinião, apesar de haver argumentos a favor da existência de uma comunidade de *cultores Mithrae* em *Pax Iulia*, «esos indícios no son suficientemente concluyentes» (1993: 793, nota 11). Inclina-se, pois, a que estejamos perante «una cofradía de carácter civil (lo que facilita la ausencia de mención a un *fanum* o un *templum*). “(...) No veo, consecuentemente, nada especificamente mitraico, y no creo que la crátera justifique la interpretación de que nos encontramos ante una cofradía de miembros iniciados en los misterios de Mitra, aún a sabiendas de la importancia de las cráteras en la liturgia mitraica», ainda que continue a considerar provável a possibilidade de este ser, de facto, um «monumento mitraico (...)» (ALVAR EZQUERRA, 1993: 804).

Registe-se um pormenor chamado à colação por Alvar Ezquerria, que não é de somenos e que uma simples consulta à base de dados de Manfred Clauss permite confirmar: a fórmula habitual é *Deo Invicto Mithrae* (por extenso ou em siglas); também se regista *Soli Deo Invicto*, igualmente por extenso ou em siglas; e o qualificativo *Deo Invicto* – embora comumente atribuído a Mitra – não é exclusivo nem de Mitra nem do Sol, ainda que apenas tenhamos encontrado, numa pesquisa não aprofundada, a sua atribuição a Serápis: *Deo Invicto Sarapidi*, na *Africa Proconsularis* (AE, 2003, 1919) e *Invicto deo Serapidi*, em Astorga (AE 1968: 232). São esses dados que confirmam todas as perplexidades acerca do carácter mitraico do *sodalitium Bracarorum*. Aproveite-se o ensejo para informar que, nessa base de dados, a inscrição tem a referência EDCS-11901462, com esta leitura: [S(oli?)] deo Invicto / sodalicium(m) Braca/rorum studium sua i<m=N>/pensa fecerunt cum / ⁵ cratera ti[tulum] dona/vit Messius [3] [Arte]mido/rus magis[t]er [d(e)] s(uo) f(ecit). É também essa a versão que pode ler-se em HÉpOL, 23 699.

Em 1994, Alvar Ezquerria (1994: 283-284, nota 4) volta a referir-se a esta epígrafe «de compleja interpretación», para afirmar que «el *magister* del *sodalitium Bracarorum* afincado en *Pax Iulia*, asimismo liberto de origen oriental, parece haber ascendido en su comunidad más por su pertenencia al grupo de bracaraugustanos residentes en *Pax Iulia* que por su hipotética vinculación al culto de Mitra» (1994: 283). E não deixa de ser necessário referir as palavras finais da nota citada e compreender-se-á porquê:

«No obstante, desearía advertir la posibilidad de que las letras *M* y *L* de la línea seis pudieran ser desarrolladas como *M(ithrae) l(eo)* o de alguna otra manera que alterara parcialmente el sentido que en la actualidad posee para nosotros el texto».

Convidado a participar no catálogo da exposição sobre as religiões da Lusitânia realizada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), onde se preconizava a inserção de textos de síntese, Alvar Ezquerro escreveu:

«Fora da capital da província, os seguidores de Mitra deixaram vestígios muito escassos da sua devoção. Não obstante, de *Pax Iulia* procede uma interessante inscrição da segunda metade do século II, consagrada [...] *Deo Invicto* e custeada pelo *sodalitium* dos *bracaraugustanos* ali radicados, cujo *magister* era um liberto provavelmente de origem oriental, *Messius Artemidorus*. Não podemos determinar qual o tipo de relação que ligava o *sodalitium* com Mitra, nem sequer se *Messius Artemidorus* desempenhava um cargo na organização mitraica. De facto, se se tratasse de outro culto, aberto ou cívico, não se estranharia uma invocação como esta, mas não é provável que todos os moradores de *Pax Iulia* originários de *Bracara Augusta* estivessem empenhados no culto do deus persa. Todavia, parece que, em conjunto, custeiam um espaço onde se reúnem, encarregando-se o *magister* dos gastos inerentes à inscrição que comemora tal facto. Há a possibilidade de que a divindade *Invicta*, cujo teónimo desapareceu, seja efectivamente aquela sob cujo patrocínio se coloca o *sodalitium*, ou a sua sede recém-inaugurada; mas nada disso contribui para um melhor conhecimento do funcionamento do culto de Mitra nesta colónia» (ALVAR EZQUERRA, 2002: 206).

«Sem dúvida que se trata de um fenómeno urbano, mas de escassa implantação», acrescenta, «devido à ausência dos grupos mais especificamente implicados no mitraísmo e patentes nas províncias com maior densidade de documentos, como são todos aqueles que possuem algum tipo de relação com o exército» (ALVAR EZQUERRA, 2002: 207).

4.3. José d'Encarnação

Em *IRCP*, José d'Encarnação (1984: 808) previra: «Certamente muita tinta ainda há-de correr na tentativa de tornar mais explícito o único texto do *conventus* referente a esta divindade». E, na sequência do que escrevera Alain Tranoy, poder-se-ia pensar (afirmou) que, na verdade, sendo «devoção alheia ao *conventus*», reproduziria, de certo modo, um culto de *Bracara Augusta*.

Mantendo-se, porém, nessa tónica de culto mistérico, José d'Encarnação procurará explicar o significado sociopolítico que essa epígrafe pode revelar:

«Também a religião, designadamente através dos cultos místéricos, exerceu aqui o seu relevante papel, pelas complicitades que determina e pelo secretismo que envolve as cerimónias de iniciação. Nesse âmbito, assume particular destaque a referência ao *sodalitium Bracarorum* (IRCP 339), apesar de o demasiado desgaste da superfície epigrafada nos impossibilitar uma interpretação indubitável. De facto, se pensarmos que, na zona das explorações mineiras (Garvão, Ourique) a que seguramente muito ficou a dever a prosperidade de *Pax Iulia*, a família de *Ladronus, Dovai filius*, não hesitou em mencionar no seu epitáfio que ele é *Bracarus castello Durbede* (IRCP 122), tal significa que a comunidade de Brácaros – como outras, decerto – aqui se afirmaram e amplamente usufruíram do cosmopolitismo próprio de uma capital de *conventus*» (ENCARNAÇÃO, 2014: 20).

E, ao responder à questão se as «cidades do poder» da Lusitânia ocidental haviam aceitado facilmente cultos vindos do exterior, respondeu em relação a *Pax Iulia*:

«E, naturalmente, como em *Olisipo*, divindades de origem oriental, místicas, porque bem adequadas aos *lobbies* que controlam os negócios: o *sodalitium Bracarorum* reúne-se em torno de Mitra» (ENCARNAÇÃO, 2016: 353).

5. O que não sofre contestação

1. Pode, por consequência, concluir-se que não sofre contestação a existência, no ambiente urbano da *colonia de Pax Iulia*, de um *sodalitium Bracarorum*, ou seja, de Brácaros, designação que se nos afigura mais adequada do que Bracaraugustanos, uma vez que ambas implicam realidades diferentes.
2. O *sodalitium*, por se ter gravado esta placa dedicada a um *deus Invictus*, estaria sob a sua directa protecção.
3. As razões que levaram à instituição do *sodalitium*, independentemente da divindade sob cujo patrocínio se colocaram, terão sido predominantemente de carácter mais socioeconómico do que religioso, tendo em conta que se estava numa região de elevados interesses económicos relacionáveis com a exploração mineira. A vinda de brácaros para a região, que o epitáfio de *Ladronus* documenta ter começado bem cedo, teve, sem dúvida, nos proventos advenientes da mineração um móbil fundamental.
4. Pela sua onomástica, *Messius Artemidorus* pode, sem grande receio de se errar, incluir-se no estrato social dos libertos e atribuir-se-lhe, aqui sim, uma origem oriental. Não se tratará de mera vontade do *patronus* de ter dado ao seu liberto um nome de culta ressonância oriental.
5. Aparentes anomalias ortográficas não suscitam problema: a apócope do *m* (em *sodalitium*) é frequente; *impensa* por *impensa* também; a concordância *ad sensum* (*fecerunt*, em vez de *fecit*) igualmente se justifica por o sujeito ser um substantivo colectivo.

6. O que oferece dúvida

Todas as dúvidas advêm das dificuldades de leitura que a placa suscita:

– Que sigla terá existido no início do texto? Tanto *M* – de *M(ithrae)* – como *S* – de *S(oli)* – seriam admissíveis, porque atestadas noutras inscrições: *S(oli) d(eo) I(nvicto)*, por exemplo, numa epígrafe do *Noricum* (*AE* 2002, 1104); facto é, no entanto, que, em relação a Mitra, o habitual seja o teónimo vir depois: *D(eo) I(nvicto) M(ithrae)*, circunstância que levou Edmondson a preferir *S(oli)* a *M(ithrae)*. E se, como o próprio Edmondson sugere, não tiver existido teónimo e sim uma *hedera*, uma vez que outras há na epígrafe e, inclusive, uma no final? Teríamos, assim, a protecção de um indefinido «deus invencível» («invencível» tinha que ser!) e cada qual escolhia o da sua particular devoção!... De resto, importa frisar que são muitas as epígrafes dedicadas expressamente *Deo Invicto* sem qualquer outro teónimo e os exemplos vêm não de muito longe, da própria capital da província, *Emerita Augusta*: *HEpOL*, 19 989, 24 223 e 24 228!

– Que fez o sodalício dos Brácaros? O mais normal seria a construção de uma sede, que a placa, afixada numa das suas paredes, perpetuaria!... Todavia, qual será mesmo a palavra que está a meio da linha 3: *S ... DIVM*? Que duas letras estarão ali? E – se a expressão *CVM CRATERA* concita a concordância dos investigadores – que poderá ter uma cratera por companhia?

– Aceita-se que *Artemidorus* fez uma oferta (*donavit*): teve a iniciativa de mandar gravar a inscrição (*titulum*) que perpetuaria a dedicatória à divindade?

– E que letras poderão ler-se entre *Messius* e *Artemidorus*? O mais normal seria a indicação expressa do seu estatuto libertino; mas que solução dar à proposta de Alvar Ezquerria

– *M(ithrae) I(eo)*? Aceitá-la? Na verdade, ser *Mithrae leo* equivalia a dizer que se atingira o quarto grau da iniciação, o que propiciava a oportunidade de ser quem, nos rituais, depositava as oferendas. Recorde-se que Joseph Campbell descreve esse ritual que leva alguém a tornar-se *leo*: «He became here a ‘Lion’ (*leo*) and participated in a sacramental meal of bread and water mixed with wine, as a rite of supreme graduation» (1991: 256). Sendo *cratera* um vaso sacrificial onde essas oferendas se levavam, tal interpretação é susceptível de nos fazer penetrar no âmago das cerimónias mitraicas e poderá inclinar-nos a não retirar ao *sodalitium Bracarorum* o carácter religioso iniciático.

– Não oferece dúvida a leitura MAGISTER. A questão prende-se, neste caso, com o significado da palavra, uma vez que, como se viu, não se trata de designação comum em âmbito mitraico e, por outro lado, há dificuldade em entender que siglas vêm depois de *magister*. *C(oloniae) P(acis) I(uliae)*, como José d’Encarnação propôs, ainda que dubitativamente, resolveria dois problemas: ligava-se *magister* à colónia e não ao *sodalitium* e, por outro lado, evitava-se qualquer duplicação, pois já havia a forma verbal *donavit*.

7. Achegas para uma proposta

A circunstância de – por enquanto – a epígrafe somente estar acessível encastrada numa das paredes do Museu Regional de Beja tem impedido a utilização de melhor luz que permita realçar pormenores dos sulcos visíveis. O recurso a novas técnicas de digitalização fotográfica apuradas pela nossa equipa permitiu, no entanto, consolidar uma leitura, embora (a verdade seja dita!) a autêntica e mui minuciosa análise ‘cirúrgica’ levada a feito por Edmondson continue a considerar-se fundamental do ponto de vista epigráfico.

1. A paginação obedece a alinhamento à esquerda; na l. 1, a identificação da divindade está em módulo maior; embora pouco perceptível, é de aceitar a existência de uma pequenina *hedera* entre *Deo* e *Invicto*; houve a preocupação, por parte do lapicida, de pôr o nome da divindade por inteiro nessa 1ª linha (daí, ter inserido o T, mais pequeno, entre o C e o O); o espaço inicial que a fractura levou equivale a duas letras e meia da l. 2 (*SOD*), que estão grafadas, como se disse, em módulo menor.

Partindo dessas observações, é de excluir a hipótese de nesse espaço apenas ter existido uma *hedera*, que seria pequena; por outro lado, o espaço a ocupar equivale ao ocupado por *DE (vd. Figura 5.)*; por conseguinte, partindo do princípio de que apenas se requereria uma inicial, só podemos pensar em *M* seguido de *hedera*, pois *S* seria mais exíguo.

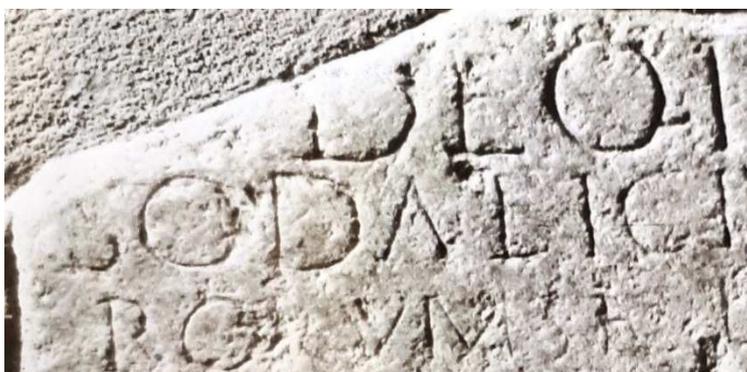


Figura 5. Pormenor de IRCP 339. Fonte: José d’Encarnação

Na l. 3, *DIVM* distingue-se bem e, antes, *ST* é plausível: o *S* vê-se bem, o *T* terá o travessão curto, a exemplo dos demais no texto. Resta, pois, reconstituir uma letra, que se preconiza ser *V* (o espaço é o adequado), para dar a palavra *studium*, que tem sido aceite, ainda que o seu significado concreto – de lugar onde se estuda ou se conferencia ou onde se fazem reuniões – não seja corrente nos autores clássicos. Documenta-se – e citamo-las a título de exemplo – em duas inscrições: uma, de Roma (CIL VI, 33 087), em que um casal de libertos, *Q. Pompeius Sosus* e *Satriena Salvia*, proclamam, no seu epitáfio «*dum suppeditat vita inter nos annos LX viximus concordēs; morte obita, ut monumentum haberemus, fecimus vivi studium*»; em outra, de Alba Fucens (CIL IX, 4016), a liberta *Novana Tryphera* informa que «*ex [testamento(?)] studium habui ut facerem viva mihi aet[ernam domum]*».

Na l. 4, os maus tratos levaram boa parte da palavra *TI*[*TVLVM*], cuja reconstituição também tem sido aceite, uma vez que faz sentido haver no texto referência à própria iniciativa de se fazer a epígrafe e o espaço disponível coaduna-se com a extensão da palavra.

Na l. 5, a restituição [*ARTE*]*MIDO/RVS* não tem levantado dúvidas; há, contudo, lugar (parece) para duas letras, mesmo que se pense na presença de *hederae*. A indicação do estatuto, como atrás se comentou, pareceria viável, ainda que possa faltar algum espaço para o efeito; a hipótese lançada por Alvar Ezquerro – *M(ithrae) Leo* – não deixa de ser aliciante, mas o mau estado da pedra (**vd. Figura 6.**) não é de molde a ter certezas.



Figura 6. Pormenor de *IRCP* 339. Fonte: José d'Encarnação

Mais cuidada observação da pedra levou a pôr de parte a engenhosa proposta de José d'Encarnação: [*C(oloniae)?*] (*hedera*) *P(acis?)* *I(uliae?)* (*hedera*). É que, nalgumas das fotos vislumbra-se o *S* seguido de hera peciolada e bem cordiforme e, no final, deverá mesmo ler-se *F*; aliás, para que não houvesse dúvidas na interpretação, o lapicida pôs *FE* em nexa e em módulo maior. Temos, assim, a fórmula *D(e) (hedera) S(uo) (hedera) FE(cit) (hedera)*, a contrabalançar, de certo modo, com o que atrás se escrevera. Aliás, José Manuel Garcia (1991: 450-451, nº 463) já preferira [*D(e)*] *S(uo) F(ecit) (?)*, opção seguida, como vimos, em *HEpOL* e na base de dados de *M. Clauss*. Ou seja, se o *sodalitium* fez o *studium cum cratera* a expensas suas, o *magister*, por seu turno, fez a inscrição (*titulum*) com o seu dinheiro.

Em síntese, é a seguinte a nossa proposta de leitura, atendendo às reflexões anteriores e ao que as manipulações fotográficas digitais mostram:

[M(*ithrae*)?] (*hedera*) DEO · INVICTO / SODALICIV(m) BRACA/RORVM ST[V]DIVM · SVA · IN/PENSA [*sic*] · FECE[RV]NT · CVM (*hedera*) / ⁵ CRATERA TI[T]V[LVM] DONA/VIT MESSIV[S] M(*arci*) [?] [L(*ibertus*)] [?] [ARTE]MIDO/[RVS] MAGIS[T]ER (*hedera*) [D(e)] (*hedera*) S(*uo*) (*hedera*) FE(*cit*) (*hedera*)

8. Conclusões

O uso das novas técnicas fotográficas digitais veio permitir reflectir melhor sobre o importante e singular conteúdo desta epígrafe da colónia romana de *Pax Iulia*.

Dispúnhamos, é certo, do estudo bem estruturado e deveras minucioso levado a cabo por Edmondson. Um estudo epigráfico exemplar e rigorosamente documentado. Havia, porém, dúvidas a pairar, que uma nova análise, passados quase sete lustros, poderiam ser susceptíveis de resolução, mediante a apresentação de novas hipóteses ou de reforço das já lançadas.

A conclusão mais saliente é, sem dúvida, a confirmação, em nosso entender, de que, sendo, até ao momento, um testemunho isolado, a tónica religiosa não poderá ser sobrevalorizada. O *sodalitium* – ainda que estrategicamente colocado sob a protecção de um «deus invencível» – visaria mais a prossecução de objectivos socioeconómicos do que rituais, servindo a divindade como que de pretexto para reuniões periódicas dos Brácaros residentes em *Pax Iulia* e que para a cidade se haviam deslocado por motivos económicos, a que a exploração mineira não foi, de forma nenhuma, alheia. O *studium* – e não a *schola* – sugeria, inclusive pela sua nomenclatura, um local de estudo, de conciliação de estratégias, de fomento de uma comunidade de interesses, quiçá precursor (perdoe-se-nos a ousadia da comparação) do que, séculos mais tarde, vai ser, tanto nas mansões privadas como nas instituições ditas culturais, a «biblioteca». Nos dois exemplos epigráficos citados, *studium* teve a conotação de lugar, de divisão de casa envolvida numa certa intimidade, porque se conota com uma sensação de enorme serenidade: *Sosus* e *Salvia* viveram em harmonia e, para que essa harmonia se mantenha e reforce, chegada a morte, decidiram fazer em vida um estúdio (*fecimus vivi studium*), a servir-lhes também de monumento. *Tryphera*, por seu turno, afirma que teve, em vida, um *studium* e dá a entender que será ele a sua eterna morada.

Continuaremos a interrogar-nos sobre que *deus invictus* terá sido ali invocado. Do ponto de vista epigráfico, atendendo, como se disse, à paginação da epígrafe, o M seguido de *hedera* tem mais viabilidade do que o S, por este ocupar menos espaço. A hesitação entre Mitra e Sol – como poderia ser com qualquer um dos outros deuses que também foram chamados de ‘invictos’ – acarreta a dúvida sobre a verdadeira identidade do númen protector do *sodalitium*. É aliciante manter a verosimilhança de ser Mitra, inclusive devido ao carácter, de certo modo ‘secreto’, que dá a impressão de ressumar de todo o texto. Sol faz pensar em claridade, em portas abertas e, ali, insiste-se em *sua impensa fecerunt* (não é inocente este plural e o uso da forma verbal por extenso...) e, verosimilmente, em *donavit* e *de suo fecit*, ‘ofereceu com o seu dinheiro’, ‘fez a expensas suas’, a pleonasticamente acentuar dádivas, riquezas que inteligentemente se põem ao serviço de uma comunidade própria, organizada... Também por isso se nos afigura legítimo pensar que não foi inocentemente escolhida a forma de identificar a divindade: em sigla o seu nome (cada qual entendesse como lhe parecesse melhor), mas o seu carácter de *deus invictus*, propiciador de vitórias e de êxitos, foi assinalado por extenso!...

Não será, pois, seguramente um *mithraeum* e teriam muita felicidade os arqueólogos que acompanham as obras urbanas de Beja se encontrassem, um dia, as paredes de um edifício passível de ser este *studium*. Apesar de ter sido um excelente arqueólogo no seu tempo, Abel Viana pecou neste caso, porque, mesmo não sabendo exactamente donde é que a placa proviera, poderia ter dito algo a esse respeito, como o não se esqueceu de dizer a propósito de muitas outras das lápides que descreveu. Teve, sem dúvida, noção clara da importância de que este texto se revestia; não nos mostrou, todavia, que o contexto arqueológico do achado também não deixara de o preocupar.

Por fim, sem querer repetir o que Edmondson bem focou, inclusive mediante a apresentação do mapa de distribuição dos Messii na Hispânia, há-de anotar-se que, pela onomástica, como se tem dito, estamos em presença de um liberto. E, da população de *Pax Iulia* que fez questão em perpetuar a sua memória até aos nossos dias, parte deveras substancial é justamente constituída por libertos. E libertos, pelo que podemos deduzir, endinheirados... Um *sodalitium* também podia servir, às mil maravilhas, para ajudar os que tinham vindo de *Bracara Augusta* a manterem aí o seu elevado estatuto social e económico, mormente sob a protecção de... um deus invencível!...*

* Este trabajo se realiza dentro del proyecto HAR2015-65649-C2-2-P (MINECO/FEDER) y del proyecto S2015/HUM-3377(CAM/FEDER)

ABREVIATURAS

EDCS = Epigraphik Datenbank Claus / Slaby. Disponível na [www:<URL: http://www.manfredclaus.de/gb/>](http://www.manfredclaus.de/gb/).

HEpOL = Hispania Epigraphica on line. Disponível na [www:<URL: http://eda-bea.es>](http://eda-bea.es).

IRCP = Encarnação, José d' (1984). Disponível na [www:<URL: http://hdl.handle.net/10316/578>](http://hdl.handle.net/10316/578).

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAFÍA

ACEVEDO, Agustín; FRANCO, Nora V. – Aplicación de Dstrech-Image J a imágenes digitales del arte rupestre de Patagonia (Argentina). In **Revista Electrónica de Arqueología**. ISSN: 1866-9565. Vol. 6, nº 2, (2012), p. 152-175.

ALVAR EZQUERRA, Jaime – Los cultos místicos en Lusitania. In **Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga**. Coimbra: Universidade de Coimbra, (1993), p. 789-814.

ALVAR EZQUERRA, Jaime – Integración social de esclavos y dependientes en la península ibérica a través de los cultos místicos. In ANNEQUIN, Jacques; GARRIDO-HORY, Marguerite (ed.) **Religion et Anthropologie de l'Esclavage et des Formes de Dépendance**. ISBN 2-251-60534-7. Paris: Belles Lettres (Annales Littéraires de l'Université de Besançon 534), (1994), p. 275-293.

ALVAR EZQUERRA, Jaime – Cultos orientais e místéricos na província da Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) **Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa**. ISBN: 972-776-148-8. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, (2002), p. 205-210.

CAMPBELL, Joseph – **The Masks of God: Occidental Mythology**. ISBN: 10 0140194401. New York: Arkana. 1991.

DIAS, Maria Manuela Alves – Os cultos orientais em *Pax Iulia*, Lusitania. In **Memorias de Historia Antigua**. ISSN 0210-2943. Vol. 5, (1981), p. 33-39.

EDMONDSON, Jonathan – Mithras at *Pax Iulia* – a re-examination. In **Conimbriga**. ISSN 0084-9189. Vol. 23, (1984), p. 79-86.

ENCARNAÇÃO, José d' – **Inscrições romanas do Conventus Pacensis: Subsídios para o estudo da romanização**. ISBN: 978-989-26-0554-8. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1984.

ENCARNAÇÃO, José d' – Sociedade e cultura em *Pax Iulia*, através da epigrafia. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; MACIAS, Santiago; LOPES, Virgílio (coord.) **O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN: 978-972-9375-45-3. (2014), p. 16-29 [versão inglesa: p. 354-357].

ENCARNAÇÃO, José d' – As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia. In **Revista de Historiografia**. ISSN 1885-2718. Vol. 25, (2016), p. 343-354.

ENCARNAÇÃO, José d' – O testamento do medicus Pacensis. In **Antrope**. ISSN 2183-1386. nº 7, (2017), p. 86-123.

GARCIA, José Manuel – **Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991. ISBN: 972-27-0480-X.

GUTIÉRREZ ALONSO, Aroa; FARJAS ABADÍA, Mercedes; DOMÍNGUEZ GÓMEZ, José Antonio – La ingeniería al servicio de la historia: imágenes invisibles del paleolítico. In **Virtual Archaeology Review**. ISSN: 1989-9947. Vol 5, nº 11, (2014), p. 14-19.

GUTIÉRREZ ALONSO, Aroa; FARJAS ABADÍA, Mercedes; DOMÍNGUEZ GÓMEZ, José Antonio – Morphometric Analysis and Detection of Invisible Archaeological Elements by Spectral Treatment of Digital Images. In **Archaeological and Anthropological Sciences**. ISSN 1866-9557. Vol. 10, 3, (2018), p. 647-656.

VIANA, Abel – **Museu Regional de Beja – Secção Lapidar**. Beja, 1946 [Separata de **Arquivo de Beja**: I (1944), p. 349-364; II (1945), p. 97-128 e 232-265].

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

GUTIÉRREZ ALONSO, Aroa – **Representación morfométrica de grabados y petroglifos: Nuevas tecnologías y procesos en el tratamiento digital de imágenes RGB**. [Em linha]. 2017 [Consultado a 15 de setembro de 2018]. Disponível na [www:<URL: https://doi.org/10.20868/UPM.thesis.47745>](https://doi.org/10.20868/UPM.thesis.47745).

GRAVURA RUPESTRE NO CENTRO HISTÓRICO DE LAGOS POR MRM – UM GENIUS LOCI ENCONTRADO?

Marco Valente

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
Pós-graduado em Arqueologia pela Universidade Fernando Pessoa;
Mestre em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo pela Universidade do Algarve/Campo
Arqueológico de Mértola
Rua da Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro, n.º 59, 7940-140 Cuba, Portugal
marcopvalente@gmail.com

Agustin Ortega Esquínca

Licenciado em Arqueologia e Mestre em Arqueologia pela ENAH (Escuela Nacional de
Antropología e Historia, Instituto Nacional de Antropología e Historia / Secretaría de
Educación Pública), México;
Doutoramento em Arqueologia Histórica pela Universidade de Sevilha;
Pós-Doutoramento em estudos do mundo camponês medieval, no Campo
Arqueológico de Mértola/CEAAA/FCT, Beja, Portugal
agortega@yahoo.com.mx
itzkink@sapo.pt

Gravura Rupestre no Centro Histórico de Lagos por mrm – um *genius loci* encontrado?

Marco Valente

Agustin Ortega Esquínca

Historial do artigo:

Recebido a 23 de outubro de 2018

Revisto a 15 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

RESUMO

No presente artigo, procuramos apresentar as leituras mais plausíveis acerca de uma figura rupestre muito danificada pela passagem do tempo e acção dos agentes erosivos. Esta foi identificada durante alargamentos executados na sondagem n.º 27, tida na Rua Mendonça Pessanha, Centro Histórico de Lagos (**vd. Figura 1.**) trabalhos tidos entre 27 de julho e 30 de novembro de 2017. A sondagem n.º 27 (e seus sucessivos alargamentos) revelaram realidades e artefactos de interesse para a compreensão da passagem e ocupação humana deste ponto específico do Centro Histórico da cidade de Lagos ao longo dos tempos, nomeadamente em época romana.

Palavras-chave: Arte Rupestre, Tardo-romano, *Genius Loci*, Religião

ABSTRACT

In this paper, we are looking to present the most plausible readings about a rock art figure very damaged by the passage of the time and action of the erosive agents. This was identified during extensions of archaeological works done at survey n.º 27, held in Rua Mendonça Pessanha, Historical Centre of Lagos (**vd. Figura 1.**) works held between 27 July and November 30, 2017. Survey n.º 27 (and its successive extensions) revealed realities and interesting facts for the comprehension of the passage and human occupation of this specific point of the historic center of the city of Lagos throughout the times, nominally in Roman era.

Key-words: Rock Art, Late Roman, *Genius Loci*, Religion

1. Introdução



Figura 1. Localização das Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico na Rua Mendonça Pessanha. Fonte: foto original, Google Earth

No âmbito da Empreitada de Requalificação de pavimentos e infra-estruturas de águas e esgotos no Centro Histórico de Lagos – 2ª fase, demos início, à data de 27 de Julho de 2017, à intervenção de Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico previstas no quadro de minimização arqueológica da Obra, em fase prévia à mesma (Rua Mendonça Pessanha) (vd Figura 1.). Foram concluídos os trabalhos no terreno a 14 de Outubro de 2017.

O Projecto em questão tinha como objectivo, proceder ao melhoramento das infraestruturas existentes e à requalificação dos pavimentos em diversos arruamentos da zona Oeste do Centro Histórico de Lagos.

Tendo em conta a localização da obra em zona de sensibilidade arqueológica (1), de acordo com a Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico, a dita (obra) foi assim sujeita a medidas de minimização arqueológica.

Os trabalhos arqueológicos foram realizados faseadamente, por cada uma das sondagens e respectivos alargamentos (casos das sondagens 27, 28 e 29), efectuando-se após o término da intervenção – em cada uma destas e em virtude dos achados colocados a descoberto – Nota Técnica, com apresentação dos resultados preliminares.

Foram abertas um total de 9 sondagens arqueológicas (com respectivos alargamentos pontuais em virtude das realidades arqueológicas postas a descoberto) ao longo do traçado deste arruamento.

Os trabalhos foram coordenados em co-direcção pelos signatários do presente artigo, os arqueólogos Marco Paulo Gouveia Ferreira Valente e Agustin Ortega Esquinca.

Os trabalhos efectuaram-se com a implantação georeferenciada das 9 sondagens de 2mx2m previstas, de acordo com a localização das caixas de visita a edificar e estabelecendo (sempre que possível), um alinhamento entre as sondagens ao longo do arruamento, por foma a possibilitar uma leitura longitudinal das mesmas.

2. Contextualização Histórica – a ocupação romana no Centro Histórico de Lagos

Ainda que a localização do assentamento de *Lacobriga* das fontes clássicas, não esteja definitivamente esclarecida, os dados apontam para que esse aglomerado populacional se tenha localizado, não na actual implantação da cidade de Lagos, mas nos seus arredores, no sítio do Monte Molião. A envergadura dos vestígios aí detectados parece apontar nesse sentido, ao invés das estruturas que têm sido identificadas na actual cidade de Lagos (ARRUDA, 2007).

A ocupação romana no perímetro da cidade é, no entanto, testemunhada, na zona do actual Centro Histórico, desde o século I d.C., verificando-se a presença de sítios arqueológicos que remontam a esse momento e daí em diante até à Antiguidade Tardia.

Testemunham a ocupação nesse período, diversos vestígios, nomeadamente, contextos funerários observados na necrópole da Rua da Oliveira e Rua Marreiros Netto (DUQUE et al., 2006) e contextos associados a unidades fabris, vocacionados para a realização de preparados piscícolas, que se reflectem nas diversas estruturas de cetárias descobertas na Rua 25 de Abril e na Rua Silva Lopes (RAMOS et al., 2006; RAMOS et al., 2008).

Parece tratar-se de um modelo de ocupação baseado na actividade industrial, à semelhança de outros locais que se observam ao longo da costa (MORÁN et al., 2009).

Durante o século II d.C., ter-se-á testemunhado o declínio da urbe existente na zona do Monte Molião e no século III d.C. de outros pontos importantes da Bética romana e Lagos pode ter beneficiado dessas situações, verificando-se ter mantido algum incremento até ao século VII d.C. (MORÁN et al., 2009), momento até ao qual se detectam vestígios no perímetro da cidade.

As sondagens arqueológicas tidas na Rua Mendonça Pessanha revelaram algumas realidades interessantes do ponto de vista da compreensão da dinâmica ocupacional humana neste espaço inserido no actual Centro Histórico da Cidade de Lagos.

No presente artigo iremos abordar uma figura rupestre em específico e as suas leituras e possíveis significados, face às estruturas arqueológicas colocadas a descoberto, sensivelmente a Este da dita gravura (vd. Figura 2.).



Figura 2. Levantamento fotogramétrico (2) da Sondagem n.º 27, após tratamento em gabinete. Fonte: foto de A. Ortega Esquínca. Fotogrametria: Hugo Pires

3. Metodologia

A escavação das sondagens foi efectuada por procedimentos manuais, removendo-se o substracto vegetal até ao substracto litológico ou arqueologicamente estéril, à excepção das zonas onde foram identificadas estruturas.

Este procedimento realizou-se segundo o método de Barker (BARKER, 1993) e Harris (HARRIS, 1989), procedendo-se à remoção dos depósitos em ordem inversa à sua deposição antrópica, com definição das diferentes unidades estratigráficas.

O desenvolvimento dos trabalhos foi registado em Fichas de Unidades Estratigráficas, onde se individualizou cada uma das unidades identificadas de acordo com as suas características físicas (seja a compactação, a espessura, a cor ou a composição), materiais incluídos e estabelecendo a relação estratigráfica com as restantes unidades.

A evolução da intervenção foi ainda registada exaustivamente, fotográfica (em formato digital) e graficamente, através do desenho de planos e dos perfis mais significativos à escala 1/20 ou 1/10 (sempre que caso disso). Procedendo-se desta forma ao registo planimétrico e estratigráfico (dos cortes mais significativos) no âmbito da intervenção, com indicações altimétricas em cotas absolutas.

O espólio identificado foi recolhido sistematicamente, descartando-se os materiais contemporâneos, após o registo da sua ocorrência.

O material recolhido, foi tratado em gabinete, procedendo-se à sua lavagem, marcação, classificação e catalogação sumária (num total de 2.490 artefactos).

3.1. Sondagem 27

Removemos uma série de aterros e derrubes pós-terramoto de 1755, de épocas Modernas e Medievais, adossados a um caneiro pétreo do esgoto, que indiciavam podermos estar na presença de algum elemento estruturado pré-terramoto de 1 de Novembro de 1755. Tal facto motivou um primeiro alargamento desta sondagem (27) para Este (27A) (vd. Figura 3.).

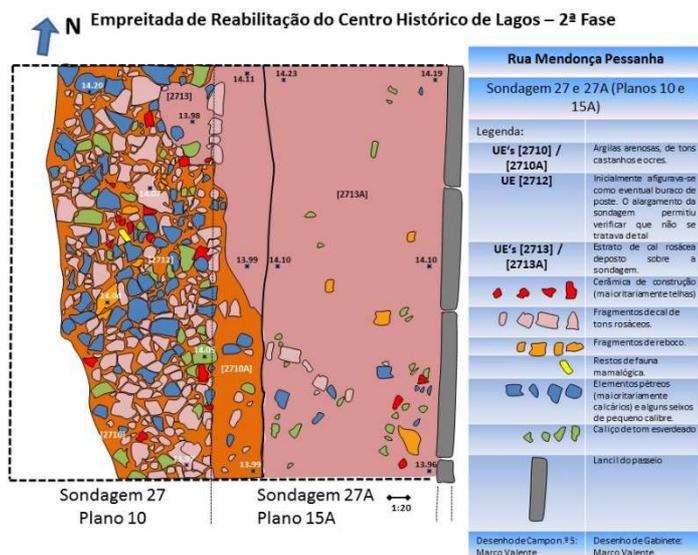


Figura 3. Derrubes modernos, pós terramoto de 1755. Fonte: desenho de Marco Valente

3.2. Sondagem 27A

Iniciamos assim a escavação do alargamento (Sondagem 27A) (vd. **Figura 3.**). Como se tratava de um alargamento existiam UE's que correspondiam às prévias (3) identificadas na Sondagem 27. Após a remoção de todas as UE's correspondentes a aterros de épocas Modernas, colocamos a descoberto uma unidade estratigráfica de argilas ocre ferruginosas [2718A] (vd. **Figura 4.**), que possuía escassos artefactos, mas exclusivamente de época romana. Esta UE [2718A] estava sobre o substrato litológico calcarenítico, UE [2720A], o qual tinha uma gravura rupestre que era preciso datar em termos relativos.

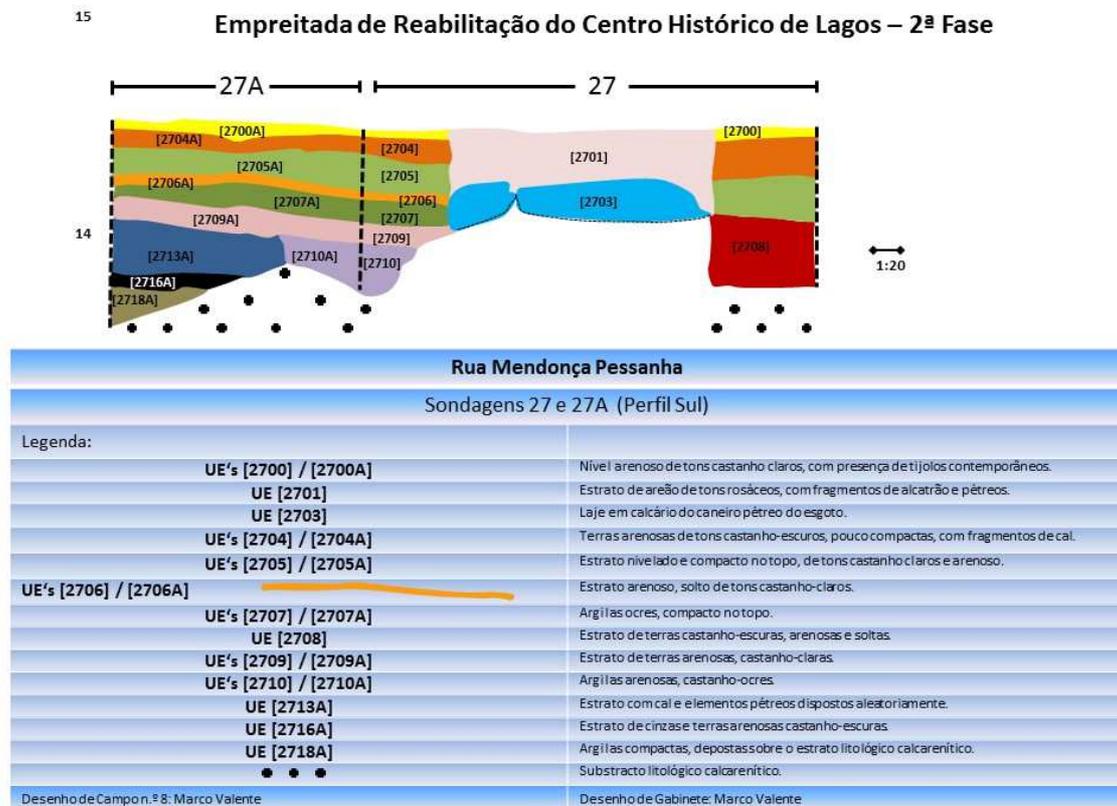


Figura 4. Perfil Sul, onde surge identificada a UE [2718A]. Fonte: desenho de Marco Valente

Entre tais artefactos poderíamos destacar uma tessela (4) de tom negro (nº de Inventário RMP 2165A) (vd. **Figura 5.**).



Figura 5. Tessela (RMP 2165A). Fonte: foto de Marco Valente

Um fragmento do que parecia ser uma pequena asa de vidro, de recipiente de pequenas dimensões, como um unguentário (RMP 2264). Um fragmento de escória metálica com 14.10Gr. (RMP 2306). As escórias metálicas recuperadas nesta sondagem e respectivos alargamentos (vd. **Figura 6.**), assim como em outras sondagens (vd. **Gráfico 1.**), indicavam podermos estar nas proximidades de uma forja de ferreiro, que infelizmente não conseguimos identificar e contextualizar plenamente (5).



Figura 6. Alguns fragmentos de escórias metálicas recuperadas nesta sondagem. Fonte: foto de Marco Valente

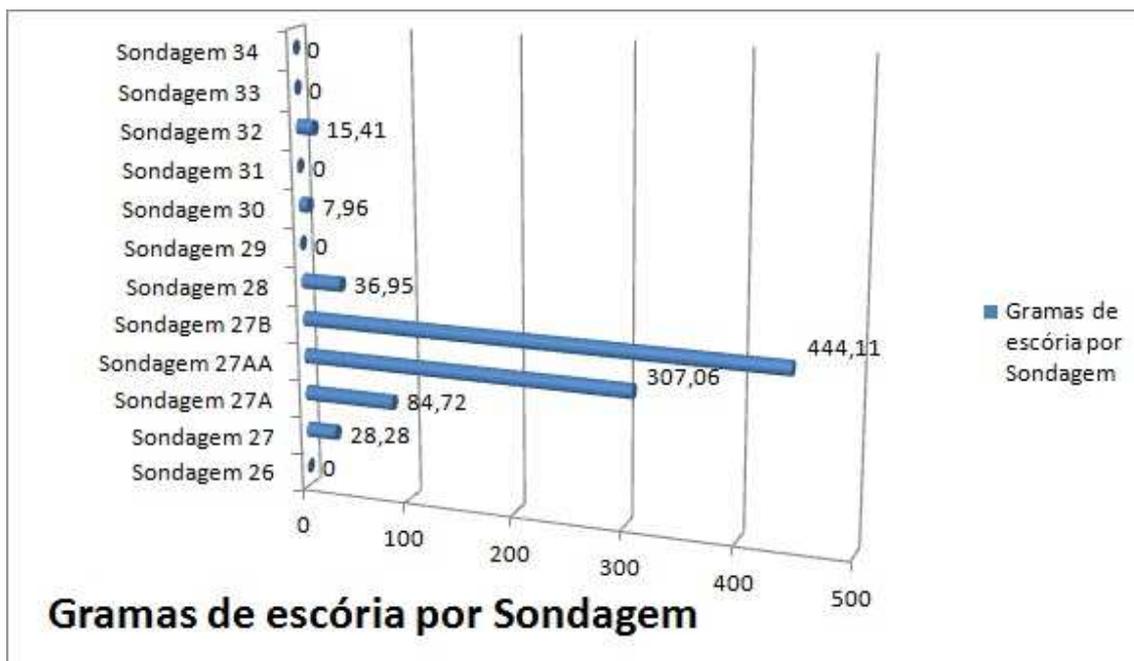


Gráfico 1. Gramas de escórias recuperadas por sondagem na Rua Mendonça Pessanha. Fonte: Quadro de Marco Valente

Três fragmentos de bojo de anforas, de pastas alaranjadas aparentemente da Lusitânia (RMP 1006 / 1007 e 1008) (vd. Figura 7.) e um fragmento de cerâmica de construção, um tijolo de formato rectangular e com marcas de *caligula* na superfície (RMP 1009).



Figura 7. Fragmento de bojo de anfora (RMP 1007A). Fonte: foto de Marco Valente

O facto de termos conseguido identificar esta UE [2718A], somente com materiais de cronologia romana, mas escassos, foi o que nos possibilitou aferir que os elementos gravados no substracto

geológico calcarenítico, colocados a descoberto e designados como UE [2720A], seriam de cronologia Romana ou pré-Romana.

4. A gravura rupestre: uma figura antropomórfica

Na análise macroscópico, observamos que a forma da figura não foi devida a fenómenos naturais, sejam geológicos ou do intemperismo atmosférico, e sim a uma intencionalidade escultórica sobre a superfície da rocha, evidentes nos indícios inegáveis de desgaste mediante abração em redor da cabeça da figura e no seu torso, para fazer uma escultura em alto-relevo, que em geral damos o nome arqueológico de gravura rupestre. Como resultado dos processos de formação do contexto arqueológico, nomeadamente à acção dos agentes erosivos, a figura rupestre está muito danificada (**vd. Figura 8.**) É indubitável que nos encontramos perante uma intencionalidade de esculpir uma figuração antropomórfica.

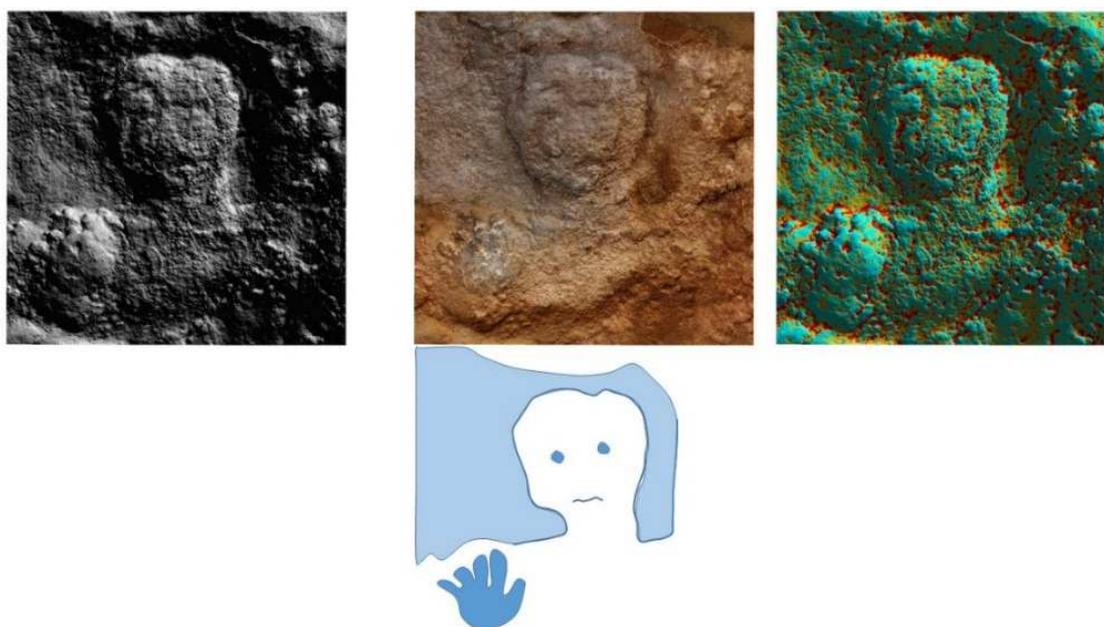


Figura 8. Da esquerda para a direita: cabeça por MDS; ortofoto; MRM cor; abaixo a azul área esculpida sujeita igualmente a efeitos antrópicos de abrasão e reconstituição de uma hipótese sobre o seu significado. **Fonte:** tratamento [MRM] Hugo Pires

Por causa de erosão da gravura (**vd. Figura 9.**) e difícil assegurar se tais desígnios escultóricos foram efectuados na sua plenitude, mas dado alguns indícios podemos verificar que sim.



Figura 9. Efeitos da abrasão antrópica bem visíveis em redor da cabeça antropomórfica. Fonte: foto de Marco Valente

Passamos em seguida a enumerá-los:

0.1.É distinguível uma face e ombros de uma figura (aparentemente masculina [6]), com a palma da mão direita aberta, à altura do peito, virada para cima, em jeito de saudação (**vd. Figura 8.**);

0.2.O facto de se ter utilizado/modelado Imagem Espectral (**vd. Figura 8.**) permitiu, entre outros aspectos, verificar essa mesma intencionalidade antrópica, nomeadamente em redor da cabeça da figura antropomórfica (**vd. Figura 9.**) – algo que uma observação macroscópica já tinha permitido identificar, os efeitos da abrasão antrópica em redor da cabeça antropomórfica de frente (7);

0.3. Uma segunda figura (aparentemente feminina) aparenta estar presente, de perfil, e relacionada com a figura antropomórfica (aparentemente masculina) bem mais visível macroscopicamente (**vd. Figura 10.**). Esta segunda figura apenas se tornou visível quando observada atentamente a imagem Micro (em baixo relevo) do painel gravado no substracto litológico. É duvidosa, porém, a sua existência.

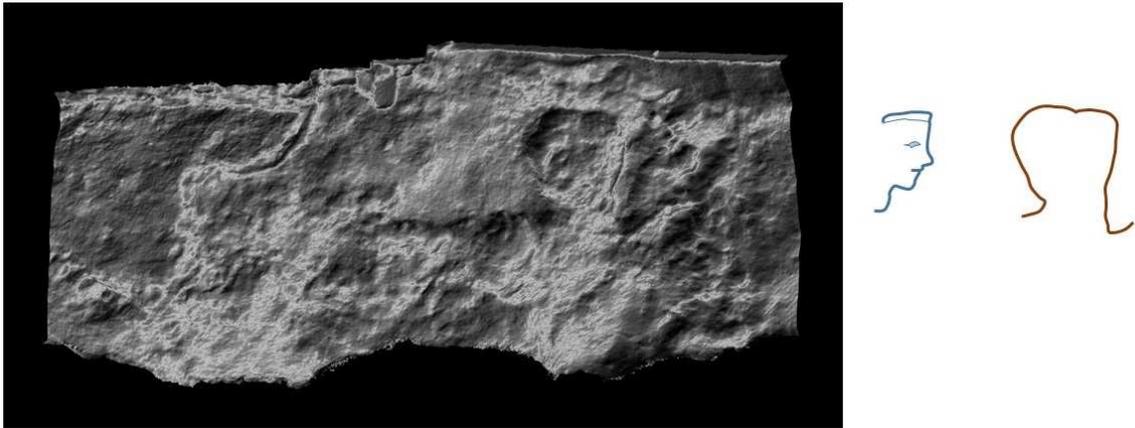


Figura 10. Imagem Micro em Baixo Relevo e aparente segunda figura feminina de perfil que ladeia a primeira figura identificada. Fonte: imagem de Hugo Pires, desenho de Marco Valente

0.4. Num primeiro momento, durante a escavação dos contextos das sondagens 27 e 28, colocamos a hipótese de se poder tratar de uma figuração de *Silenus* (vd. Figura 11.).



Figura 11. Face de *Silenus* (8) vista de frente em numisma de Mérida, Octávio César Augusto. Fonte: foto www.sixbid.com, desenho de Marco Valente

0.5.O desgaste observado na figura de frente é similar ao sucedido a diversos elementos esculpido um pouco por todo o mundo romano. Temos o exemplo do sucedido na Fonte do Ídolo, em Bracara Augusta (vd. Figura 12.).

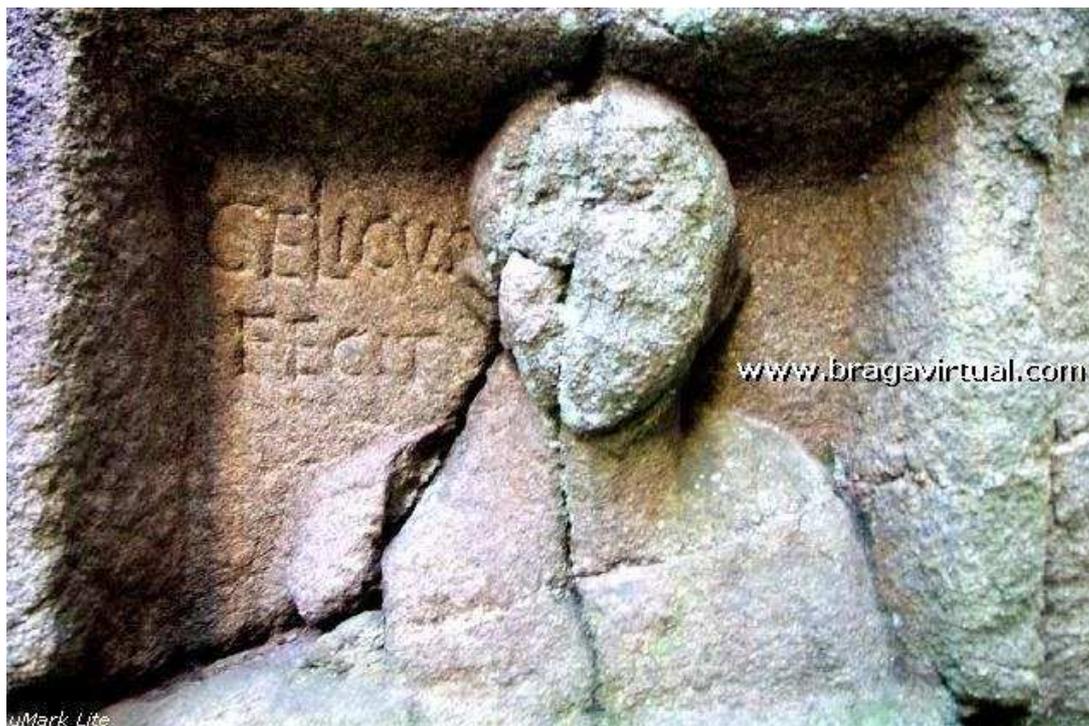


Figura 12. “Fonte do Ídolo” – Bracara Augusta. Observe-se e compare-se o desgaste ocorrido na face desta com a figura de Lagos.
Fonte: foto www.bragavirtual.com

O Modelo de Resíduo Morfológico [MRM] (vd. **Figura 8.** e **10.**) é uma metodologia que supera todas as demais metodologias convencionais (9), pois pode ser efectuada a partir de um bom Levantamento Fotogramétrico exaustivo da superfície gravada.

4.1. Sondagem 27AA

Este alargamento em concreto, foi efectuada com a intenção de verificar se os elementos esculpidos (vd. **Figuras 2., 8., 9. e 10.**) se prolongariam ao longo do afloramento, em direcção a Este e se alguma inscrição poderia estar presente no dito afloramento – à semelhança da “Fonte do Ídolo” em Bracara Augusta (vd. **Figura 12.**). Ou ainda se existiria por perto alguma nascente ou restos de um eventual Fontanário. Uma vez que na Sondagem 28, efectuada a apenas alguns metros mais a Sul, descobrimos uma calçada e um poço (vd. **Figura 13.**), presumivelmente datado como sendo do século XVI e aterrado por níveis do terramoto de 1 de Novembro de 1755.



Figura 13. Calçada e poço, sondagem 28. Fonte: foto de Marco Valente

No decorrer da escavação deste alargamento (27AA), descobrimos os restos de um pilar, no que parecia ter sido uma entrada num edifício posteriormente entaipada com recurso a elementos pétreos calcários disformes e argila de tons ocrés, como que selando um compartimento (vd. Figuras 2. e 14.).



Figura 14. Pilar e vão entaipado. Fonte: foto de A. Ortega Esquina

Essa entrada aparentava estar articulada com as gravuras rupestres (10) (vd. Figuras 2. e 14.).

4.2. Sondagem 27B

Por forma a verificar a eventualidade de existência de mais elementos gravados e qual a relação com os elementos estruturados que se prolongavam para Sul, foi efectuado novo alargamento para Sul da Sondagem, por forma a averiguar essas interrogações (11).

Nos enchimentos dos elementos estruturados foram identificados vários aterros com a presença de materiais de épocas Modernas, Medievais e Romanas (12). Alguma utensilagem lítica também surgiu, de cronologia aparentemente Neo-Calcolítica.

De entre estes materiais, poderíamos destacar em termos de exemplo: uma ponta de lança (sécs. XIII a XV) (**vd. Figura 15.**), fragmento de punhal, um *Passador em T*, Ceitis de D. Afonso V, *Centenional* de Constâncio II ou um ainda um dente de tubarão (**vd. Figura 16.**).



Figura15. Ponta de lança. Fonte: foto e desenho de Marco Valente

Os restos faunísticos aqui recolhidos indiciam, para além de toda a fauna mamalógica e malacológica recolhida, a ictiofauna, indiciadora das actividades piscatórias expectáveis num assentamento com esta localização geográfica. De que é exemplo o dente de tubarão abaixo (**vd. Figura 16.**).



Figura16. Dente de tubarão. Fonte: foto de Marco Valente

Nesta sondagem 27B, temos assim que, os aterros escavados, no que aparentam ser os alçados exteriores das estruturas existentes são superficialmente de cronologias contemporâneas, mas na sua maioria de cronologias Moderna, muito possivelmente Pós-terramoto de 1 de Novembro de 1755. Os aterros presentes nos enchimentos dos espaços estruturados (corredor e interior adjacente a Norte) serão de épocas Modernas, com eventuais remeximentos de contextos anteriores medievais / romanos / neocalcolíticos, caso todas as terras de aterros sejam provenientes destes exactos locais.

A estrutura que aparenta ser a primitiva, com os dois pilares e o vão, poderá ser de cronologia Tardo-romana ou Alti-Medieval (vd. Figura 17., em cor azul).

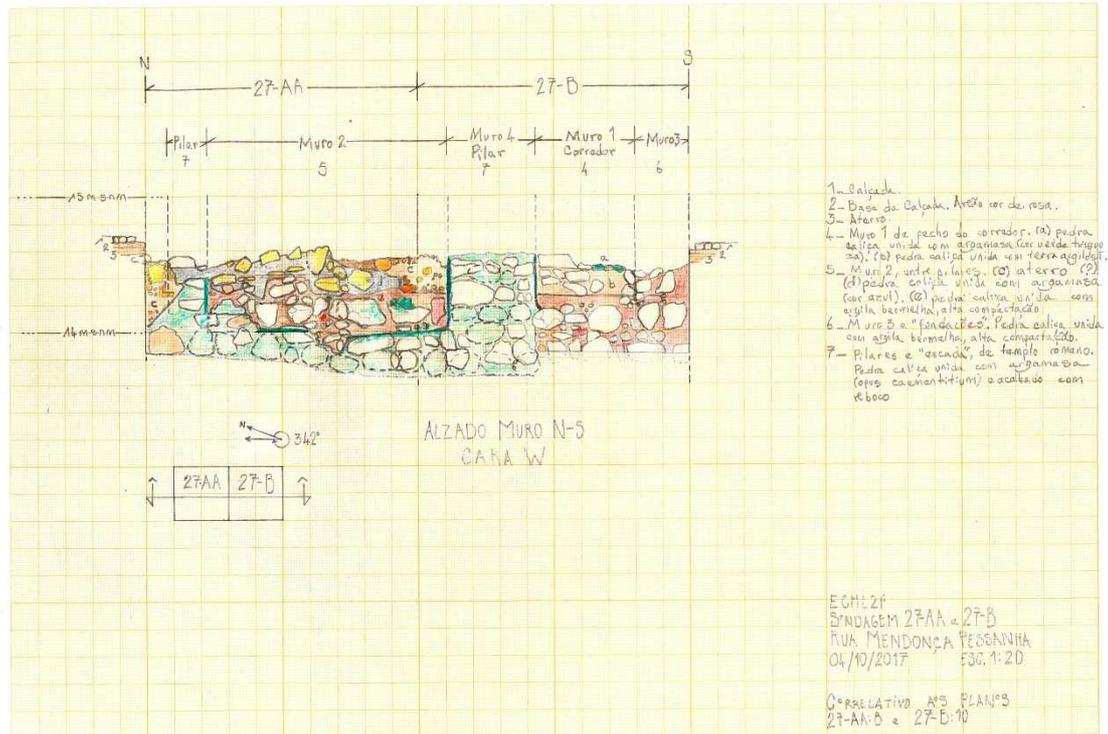


Figura 17. Elementos estruturados emparedados. Fonte: desenho de campo de A. Ortega Esquinca

O vão entre os pilares (vd. Figura 17., núm. 7) mede cerca de 1,78 metros, o que equivale a 6 pés romanos, um dos pilares tem cerca de 62cm de largura (cerca de 2 pés romanos) e o outro sensivelmente 29cm (1 pé romano). A base da estrutura, parece-nos ser constituída por *Opus Caementitium* e elementos pétreos de grande calibre (vd. Figura 17., elementos em azul).

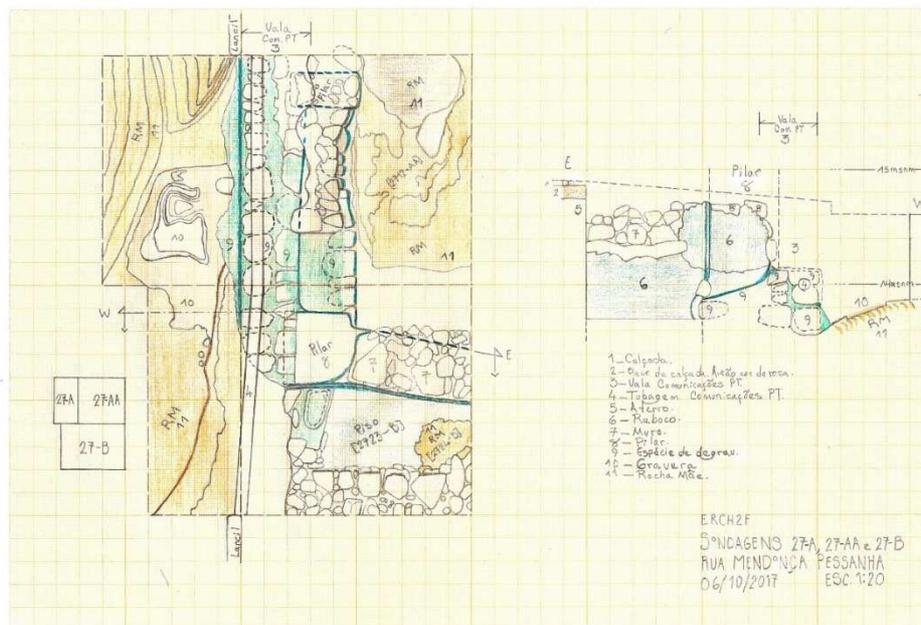


Figura 18. Elementos (números 8 e 9) estruturados existentes aparentemente em função da gravura (número 10). Fonte: desenho de campo de A. Ortega Esquinca

Além disso, ambos os pilares (vd. Figura 2.; 17., núm. 7.; 18., núm. 8.; 19.), especialmente o mais amplo (vd. Figura 18., núm. 8.), parecem existir em função da gravura (vd. Figura 2.; 18., núm. 10.; 19.) que ali está presente no substracto litológico.



Figura 19. Elementos estruturados e gravura. Fonte: foto de A. Ortega Esquinca

Existem, inclusive, 3 pequenos entalhes no afloramento rochoso – no seguimento do pilar mais amplo para Oeste – que indiciam a possibilidade de ter existido uma eventual estrutura em madeira no local, ou o encaixe de outro género de suporte.

A dita estrutura primitiva, poderia ter sido assim uma pequena Aedicula, Fonte ou Templum, existente em virtude da figura antropomórfica esculpida no afloramento rochoso.

O facto de os materiais de cronologias romanas estarem em níveis de aterros de épocas posteriores, não nos permitem, de momento, avançar com mais nenhuma outra hipótese. Apenas que estão localizadas (figura e estruturas) entre o espaço da necrópole e o espaço comercial de épocas romanas. Este facto também nos levou a colocar a hipótese de estarmos na presença de um eventual *Genius Locci*.

Após estes trabalhos, as estruturas (muros e gravura rupestre) foram protegidas e sinalizadas com geotêxtil e uma camada de areão.

Para além de todas as demais evidências do passado de Lagos recuperadas em todas as outras 8 sondagens, a gravura rupestre, artefactos e estruturas pétreas reveladas pela Sondagem 27/27A/27AA/27B vêm assim revelar mais alguns aspectos da História de Lagos, prestando assim um modesto contributo para o registo do seu passado.

Revelam igualmente que existem estratos que se mantêm incólumes, mesmo apesar de tantas afectações provocadas em épocas contemporâneas, pela colocação de infraestruturas (água, luz, esgotos e telecomunicações). As afectações causadas em elementos estruturados, pela colocação de tubagem de telecomunicações na sondagem 27, servem igualmente como alerta, para o que poderá suceder caso os trabalhos de colocação de novas e/ou reparação de antigas

estruturas de qualquer tipo não tenha o devido acompanhamento arqueológico / sondagens prévias de diagnóstico. Em boa hora Lagos e os responsáveis pela Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico salvaguardaram estes aspectos.

AGRADECIMENTOS

Desejavamos agradecer aos colegas arqueólogos e historiadores, com os quais fomos entabulando considerações e hipóteses, quanto às realidades físicas e materiais antrópicas observadas. Nomeadamente: Dra. Elena Morán, Dr. Rui Parreira, Dra. Daniela Nunes Pereira, Dr. João Pedro Bernardes, Dra. Maria João, Dr. Cardim Ribeiro, Dr. Vítor Rafael Sousa, Dr. Gonçalo Lopes e Dr. António Carvalho.

Ao Dr. Hugo Pires, uma vez mais entre tantas, agradecer o facto de ter utilizado o seu método MRM – Modelo de Resíduo Morfológico, o que possibilitou uma melhor leitura do afloramento gravado, por forma a podermos compreender de que figura se tratava. Apresentando em seguida algumas das hipóteses mais plausíveis, para uma tarefa até ao momento de difícil termo exacto.

NOTAS

(1) No caso concreto deste arruamento, que se situa “em área de sensibilidade arqueológica de grau 1 assinalada na Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico de Lagos, condicionando as obras intrusivas no subsolo à realização de escavação arqueológica integral da área a afectar (Aviso n.º 6561/2015 do Município de Lagos, DR, 2ª Série, n.º 113, de 12/06/2015), podendo esta ser antecedida de sondagens de diagnóstico dos contextos em presença, com vista a determinar o seu interesse e a poder eventualmente aplicar medidas cautelares adicionais” – Ofício da DRCAlg n.º S-2017/435818 (C.S:1201006) de 27/07/2017.

(2) Agradecemos ao Dr. Hugo Pires, o facto de ter tratado em gabinete as cerca de 750 fotos efectuadas da Sondagem em concreto, que nos permitiu obter a figura 2.

(3) Como se tratava de um alargamento e existiam UE's que se equivaliam umas às outras em ambos os casos, optamos assim por atribuir a uma nova UE a designação da sua equivalente, neste caso à UE [2704] era equivalente a [2704A], como a [2705] será equivalente a [2705A] e assim sucessivamente. No caso de UE's isoladas ou conjuntos, que não tenham equivalente neste alargamento, as ditas serão eliminadas. Por exemplo, as UE's [2701] / [2702] / [2703] como fazem parte do conjunto relacionado com o caneiro pétreo, e este não se prolonga para o alargamento em si, as mesmas são assim eliminadas. A mesma situação ocorrendo para a UE [2708] / [2711] e [2712].

(4) No total, surgiram mais algumas tesselas, resultantes da escavação desta sondagem 27 e seus respectivos alargamentos: de tons brancos os n. RMP 2220, RMP 2261, RMP 2314, RMP 2377; de tom negro o n. RMP 2165.

(5) Mais à frente voltaremos à hipótese da forja de ferreiro, ao analisar sucintamente as estruturas contíguas aos elementos gravados, situadas mais a Este destes.

(6) Compreender o seu significado afigurava-se difícil, em virtude do estado de conservação da mesma. Numa primeira análise, interrogávamo-nos se não poderia ser a representação de um defunto ou de um Caronte, saudando os defuntos na outra margem do Estyges, estando assim

associada a um possível Mausoléu(?), que a enquadraria a Este (e que será descrito na parte relacionada com o alargamento da presente sondagem, a 27AA). Poderia ser assim, na nossa opinião, uma representação romana ou pré-romana, de eventual culto às águas ou aos mortos. O carácter parcelar da intervenção, que não possibilitou, em virtude da mesma, a escavação na íntegra das estruturas no local, não permitindo assim avançar com uma hipótese inequívoca quanto à funcionalidade dos elementos estruturados e gravura a estes associados.

(7) Estas representações de frente, embora sejam muito comuns em época tardo-imperial, também sucedem noutras épocas, como por exemplo na época de Augusto (figura n.º 5), com o exemplar cunhado em Mérida que representa *Silenus*.

(18) Inicialmente, e dado os contextos em escavação na sondagem n.º 28 (calçada e poço), ainda por essa altura de cronologias indeterminadas, colocávamos a hipótese da figura representar *Silenus* – companheiro e tutor de Dionísio/Baco, devido particularmente ao episódio lendário em que Midas (Rei da Frígia), o aprisionou, lançando-o numa Fonte onde ele costumava beber.

(19) “Entre as principais limitações dos modos de representação convencionais, como o decalque directo, executados em campo, refira-se a dificuldade em estabelecer bons contrastes, principalmente em suportes graníticos erodidos, e as distorções resultantes da planificação do desenho de suportes com formas irregulares, não-planas, com acentuadas concavidades ou convexidades. O M.R.M. (PIRES et al., 2014; 2015) permite ultrapassar grande parte dessas limitações e garantir um armazenamento, digital, da representação tridimensional, georeferenciada, tanto das gravações como dos seus suportes pétreos.” (PIRES, 2016).

(20) As eventuais relações entre este aparente edificado e os elementos gravados no afloramento rochoso eram de difícil análise, uma vez que o seu alçado voltado a Oeste tinha sido afectado irremediavelmente por uma tubagem plástica de comunicações, colocada no local, aparentemente em 1990 e sem nenhum tipo de acompanhamento arqueológico ocorrido na altura. Tal facto levou a essa mesma afectação de estruturas e contextos arqueológicos. Porém, as estruturas primitivas em si aparentam estar em relação com os elementos gravados e poderão ser de cronologias tardo-romanas.

(21) Todos estes alargamentos iam sendo efectuados com a anuência dos colegas arqueólogos da Direcção Regional de Cultura do Algarve Dr. Rui Parreira e da Câmara Municipal de Lagos, a Dr.ª Elena Morán. Por forma a clarificar todas as questões que iam surgindo no decorrer do processo.

Estes materiais serão abordados mais especificamente em publicações próprias, uma vez que podem alguns apontar para mais alguns cenários relacionáveis com a passagem e ocupação humana de Lagos desde o Neo-Calcolítico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGORRETA, María Peréx; ALAIX, Carme Miró i (eds.) - **VBI AQUAE IBI SALVS Aguas mineromedicinales, termas curativas y culto a las aguas en la Peninsula Ibérica (desde la Protohistoria a la Tardoantigüedad)**, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2017.

ALARCÃO, Jorge de - **Roman Portugal**. Warminster: Aris & Phillips. Coimbra/Lisboa. Vol. 2. (fasc.2), 1988.

ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita - **Território e Identidade: aspectos morfológicos da construção do território e a identidade cultural saloia no concelho de Cascais**. Tese de Mestrado em Arquitectura, orientada pela Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008.

ARRUDA, Ana Margarida - Laccobriga e o seu território: A ocupação romana na Baía de Lagos. In **Laccobriga: A Ocupação Romana na Baía de Lagos**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2007.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina - As cerâmicas de engobe vermelho pompeiano da Alcáçova de Santarém. In **Revista Portuguesa de Arqueologia**. vol. 5, n.º 1, (2002), p. 221-238.

ARRUDA, Ana Margarida - **Los Fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el Centro y Sur de Portugal**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Cuadernos de Estudios Mediterráneos, nºs 5-6, 1999-2000.

BARKER, Philip - **Techniques of Archaeological Excavation**. London: Routledge, 1993.

BARRANHÃO, Helena - Necrópole Romana do Monte do Outeiro (Cuba). In **4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva O Plano de Rega (2002-2010)**. Memórias d’Odiana 2ª Série Estudos Arqueológicos do Alqueva. Évora: EDIA – Empresa de desenvolvimento e infra-estruturas do Alqueva / DRCALEN – Direcção Regional de Cultura do Alentejo, 2014, p. 178-184.

BERNARDES, João Pedro et al. - **Actas das I Jornadas – As Vias do Algarve**. C.M.S.B.A. / C.C.D.R. Algarve, 2006.

BLOT, Maria Luísa - Os Portos na Origem dos Centros Urbanos – Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-marítimas em Portugal. **Trabalhos de Arqueologia**. 28. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.

BLUNDELL, Geoffrey; CHIPPINDALE, Christopher; SMITH, Benjamin - **Rock art with and without ethnography**, 2010.

CARDO, M. - **Lagos Cidade – Subsídios para uma monografia**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 1998.

CARVALHO, António Galopim de - **Geologia morfogénese e sedimentogénese**. Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain - **Dicionário dos símbolos**. Lisboa: Editorial Teorema, (s/d).

COSME, Susana Rodrigues - A necrópole de incineração romana da Herdade do Vale 6, freguesia e concelho de Cuba. In **4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva O Plano de Rega (2002-2010)**. Memórias d’Odiana. 2ª Série Estudos Arqueológicos do Alqueva. Évora: EDIA – Empresa de desenvolvimento e infra-estruturas do Alqueva / DRCALEN – Direcção Regional de Cultura do Alentejo, 2014, p. 171-177.

DÍAZ-GUARDAMINO, Marta; MORÁN, Elena - **Entre muralhas e tempos: a intervenção arqueológica no Largo de Santa Maria da Graça, Lagos (2004-2005)**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2008.

DÍAZ-GUARDAMINO, Marta; MORÁN, Elena; FILIPE, Iola - Intervenção arqueológica no Largo de Santa Maria da Graça e a sua área envolvente (Centro Histórico de Lagos): a igreja, o cemitério e a muralha junto à Porta da Vila. In **Xelb**. n.º 6, 2006.

DUQUE, Luís; MORÁN, Elena; FILIPE, Iola; ALMEIDA, Patrícia; COSTA, Cláudia - Um caso de estudo: Necrópole tardo-romana no Centro Histórico de Lagos. In **Xelb**. n.º 6, 2006.

FABIÃO, Carlos - O Passado Proto-histórico e romano. In MATTOSO, José (dir.) **História de Portugal**. Lisboa, 1994, p. 79-299.

FERNANDES, Lídia; FILIPE, Victor - Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do teatro romano de Lisboa. In **Revista Portuguesa de Arqueologia**. vol. 10, n.º 2, 2007, p. 229-253.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela - **Levantamento Arqueológico – Bibliográfico do Algarve: Concelho de Lagos**. Faro: Delegação Regional Sul da Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

GUIMARÃES, Gonçalves - **Cerâmica arqueológica do Museu de Ervamoira**. (s/d).

HARRIS, Edward - **Principles of Archaeological Stratigraphy**. London: Academic Press, 1989.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - **Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Biográfico, & Etimológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias**. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 10 vols., 1873-1890.

LITTLETON, Covington Scott (Gen. Edit.) - **Mythology, The Illustrated Anthology of World Myth and Storytelling**. London: Duncan Baird Publishers, 2002.

LOPES, Fernando Carlos; SOUSA, Mónica - **Elementos de Geologia Estrutural e Tectónica**. Departamento Ciências da Terra, F.C.T.U.C., Coimbra, Vol. II, 1996.

MADEIRA, Maria Júlia Pendilhas Sepúlveda - **Subsídios para o estudo do material anfórico dos Castella da zona de Castro Verde**. Beja: Separata do Arquivo de Beja, III Vol., 2ª Série, (s/d).

MAGALHÃES, Natércia - **Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas (As Muralhas como Património Histórico) – Concelho de Lagos**. Faro: Letras Várias, 2008.

MAIA, Maria Garcia Pereira; MAIA, Manuel - **Lucernas de Santa Bárbara**. Castro Verde: Cortiçol, 1997.

MAN, Adriaan de - O sítio romano da Torre Velha 1. Trabalhos de 2008-09 (Barragem da Lage, Serpa). In **4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva O Plano de Rega (2002-2010)**. Memórias d' Odiana 2ª Série Estudos Arqueológicos do Alqueva. Évora: EDIA – Empresa de desenvolvimento e infra-estruturas do Alqueva / DRCALEN – Direcção Regional de Cultura do Alentejo, 2014, p. 197-202.

MARQUES, Teresa - Cartografia Arqueológica: o Algarve como exemplo. In **Noventa Séculos entre a Serra e o Mar**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1997.

MEDINA, João (dir.) - **História de Portugal**. (s/l): Ediclube, 2004.

MORÁN, Elena - Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Lagos: Estratégia de Intervenção e balanço dos resultados obtidos. In **Xelb**. n.º 6, 2006.

MORÁN, Elena; PARREIRA, Rui - Arqueologia Urbana em Lagos: uma década de actividade. In **Xelb**. n.º 10, 2009.

MORENO PERES, Santiago - Contexto y funcionalidad de las representaciones escultóricas pétreas de Pollentia. In **@rqueología y Territorio**. nº 4, 2007, p. 87-106.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de [et al.] - **Construções Primitivas em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

PARREIRA, Rui - **A propósito dos recintos amuralhados de Lagos**. In **Muralhas de Lagos** [reedição fac-similada do Boletim nº 104 (1961), Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais]. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2008.

PAULA, Rui Mendes - **Lagos – Evolução Urbana e Património**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 1992.

PIRES, Hugo Armando Miranda; SANTOS, Maria João Correia - **A Estela Funerária de Capela, Penafiel**. Ficheiro Epigráfico. Suplemento de «Conimbriga». 119. Inscrições 509-511. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Secção de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 2014.

PIRES, Hugo; CANINAS, João Carlos; HENRIQUES, Francisco - **Aplicação do Modelo de Resíduo Morfológico no registo de gravuras rupestres no Centro de Portugal**. (s/d).

RAMOS, Ana Cristina - Novos dados sobre a ocupação antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, nºs 53-55. In **Xelb**. nº 8, 2, 2008.

RAMOS, Ana Cristina; ALMEIDA, Rui de; LAÇO, Teresa - **O complexo industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira**.

TEIXEIRA, C.; GONÇALVES, F.: **Introdução à Geologia de Portugal**. Lisboa: I.N.I.C., 1980.

VALENTE, Marco; ESQUINCA, Agustin Ortega - **Requalificação do Centro Histórico de Lagos – 2ª Fase Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico Rua Mendonça Pessanha**. Relatório Final, Dezembro, 2017.

VALENTE, Marco - Pedra da Lua (Serra do Caldeirão, Almodôvar) – uma redescoberta à luz das novas tecnologias – M(odelo) R(esíduo) M(orfológico). In **Al-Madan Online**. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. n.º 22, tomo 2, Julho de 2018, p. 26-33.

VALENTE, Marco; MAÇARICO, Luís Filipe; ISABEL, Ana; MARQUES, Maria João - **Povo de Pias – Identidade e Imaginário Popular**. (no prelo)

VASCONCELLOS, José Leite de - **Religiões da Lusitânia**. Lisboa: I.N.C.M., 3 vols., 1989.

WILLIS, Roy (Gen. Ed.) - **World Mythology**. London: Duncan Baird Publishers, 2006.

CARTOGRAFIA

Instituto Geográfico do Exército – **Carta Militar de Portugal – Folha n.º 602** (Material cartográfico) – escala 1:25 000. Lisboa: I.G.E., 2005.

ROCHA, Rogério Bordalo da; RAMALHO, Miguel Magalhães; MANUPPELLA, Giuseppe - Carta Geológica de Portugal (Material cartográfico), Notícia Explicativa da Folha 52-A: Portimão - escala 1/50.000 - Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1979.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

DIRECÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – **Base de Dados Endovélico** [Em linha]
[Consultada a 15 Outubro 2018]. Disponível na www:<URL:<http://www.patrimoniocultural.pt>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS – **Plano Estratégico do Município de Lagos** [Em linha]
[Consultado a 7 Dezembro 2017]. Disponível na www:<URL:<http://www.cm-lagos.pt>>.

USING THREE-DIMENSIONAL SOFTWARE TO RECONSTRUCT FRAMES OF THE PAST BASED ON ARCHAEOLOGICAL EVIDENCE

Adolfo Miguel Martins

Early Stage Researcher, University of Wales Trinity Saint
a.martins@uwtsd.ac.uk

Selina Ali

Early Stage Researcher, University of Wales Trinity Saint David
Selina.Ali@uwtsd.ac.uk

Using Three-Dimensional Software to Reconstruct Frames of the Past Based on Archaeological Evidence

Adolfo Miguel Martins

Selina Ali

Historial do artigo:

Recebido a 15 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

ABSTRACT

The usage of three-dimensional representations of artefacts has been widely adopted in humanities to demonstrate how humans lived in the past. An increasing number of researchers present their results through a digital environment in which the achieved conclusions are expressed in very motivating and enthusiastic ways. On the other hand, it seems that archaeological data is being readdressed to the second level of scientific investigation. Films and other digital representations are now considered as the most efficient way for dissemination. However, how accurate and scientifically robust is the data presented nowadays? Which techniques were used to collect the data and which are the aims that driven that task? Would it be for pure dissemination purposes (revealing the existence of an archaeological site) or to report evidence following the higher standards in science?

The present article intends to demonstrate one of the potential ways of using CAD 3D software within the higher standards, by adopting specific protocols designed to record archaeological data. The study aims to identify, record and analyse evidence of forest practice and its relation to the shipbuilding industry during the Iberian Age of Discoveries. This includes a definition of clear objectives and methodologies for the recording of conserved ship timbers and underwater archaeological sites.

Key-words: Maritime archaeology, 3D recording, tree reconstruction, wood studies

RESUMO

O uso de representações tridimensionais de artefatos tem sido amplamente adotado em humanidades para demonstrar como os humanos viveram no passado. Um número crescente de pesquisadores apresenta seus resultados através de um ambiente digital no qual as conclusões alcançadas são expressas de maneira muito motivadora e entusiástica. Por outro lado, parece que os dados arqueológicos estão sendo endereçados ao segundo nível de investigação científica. Filmes e outras representações digitais são agora considerados como a maneira mais eficiente de disseminação. No entanto, quão precisos e cientificamente robustos são os dados apresentados hoje em dia? Quais técnicas foram usadas para coletar os dados e quais são os objetivos que impulsionaram essa tarefa? Seria para fins de pura divulgação

(revelando a existência de um sítio arqueológico) ou para relatar evidências seguindo os padrões mais elevados da ciência?

O presente artigo pretende demonstrar uma das maneiras possíveis de usar o software CAD 3D dentro dos padrões mais elevados, adotando protocolos específicos projetados para registrar dados arqueológicos. O estudo tem como objetivo identificar, registrar e analisar evidências da prática florestal e sua relação com a indústria naval durante a Era Ibérica dos Descobrimentos. Isso inclui uma definição de objetivos claros e metodologias para o registro de madeiras de navio conservadas e sítios arqueológicos submarinos.

Palavras-Chave: Digitalizadores para gravar madeiras de navios

1. Introduction

The use of three-dimensional digitisers to record ship timbers started during a project undertaken by a team from the National Museum Denmark in cooperation with Klaus Jensen of DKC (Hocker, 2000: 30). Fred Hocker (2000: 8) states in the paper *New tools for maritime archaeology* that:

“(...) our [archaeologists’] task is to develop better methods of collecting and managing the raw material of archaeology. ‘Better’ means producing higher quality data that will allow archaeologists to answer current questions with more confidence as well as new kinds of data to enable exploration of new avenues of research. ‘Better’ also means finding ways to produce usable data more efficiently and to communicate the results of our research effectively. Finally, it means finding more efficient means of preserving the objects and sites we investigate so that they can continue to generate new data for future archaeologists (...)”.

During the investigation of the Newport Medieval Ship, 3D digital timber recording became an established methodology shared with an international working group called FRAUG (Faroarm and Rhino Archaeological User Group. (JONES, 2008; NAYLING, JONES, 2014; RAVN et al., 2011). This project created a set methodology for recording and analysing timber assemblages using digital techniques. The recording of the complete set of timbers by using a Faro-Arm and the Rhino 3D, allowed the production of three-dimensional physical and digital solid 1:10 scale ship model by converting three-dimensional draw into “using modelling software packages including Rhino 3D and Solidworks” (JONES, 2008: 85).

In this paper three case studies will be presented to describe the techniques and technology employed to record ship timbers. The Belinho 1 ship, the Barland’s Farm boat, and the Graveney boat were the subjects of investigation using 3D techniques in order to collect accurate data for the purpose of ship and tree reconstruction exclusively from the archaeological evidence.

2. Recording the Belinho 1 Timber Assemblage Using 3d Digital Technology

During the ferocious storms of 2013/4, violent waves washed ashore a remarkable ship timber assemblage and hundreds of pewter plates onto the beach of Belinho in northern Portugal. The

relevance of these artefacts triggered the establishment of an international research team comprised by experts from the Council of Esposende and the ForSEAdiscovery project. The main goal aimed to develop some innovative timber recording methodologies to allow the reconstruction of the Belinho 1 ship and its ship timbers' parent trees.

The recording strategy included the use of a 3D digitiser arm to allow accurate and detailed recording of the surviving timbers. This work was then complemented by a photogrammetric record. The first recording stage comprised the selection of ship timbers which would potentially provide relevant information in terms of ship architecture and wood morphology. This selection included the floors, Y-frames, a fragment of the keelson (mast step), a section of a keel, a stern knee and the stern post. The recording process followed the same protocol employed during the research undertaken on the Newport Medieval Ship, with minor adjustments made to the layer names in Rhino. Once a suitable work location was established, each selected timber was placed on a recording table and digitised.

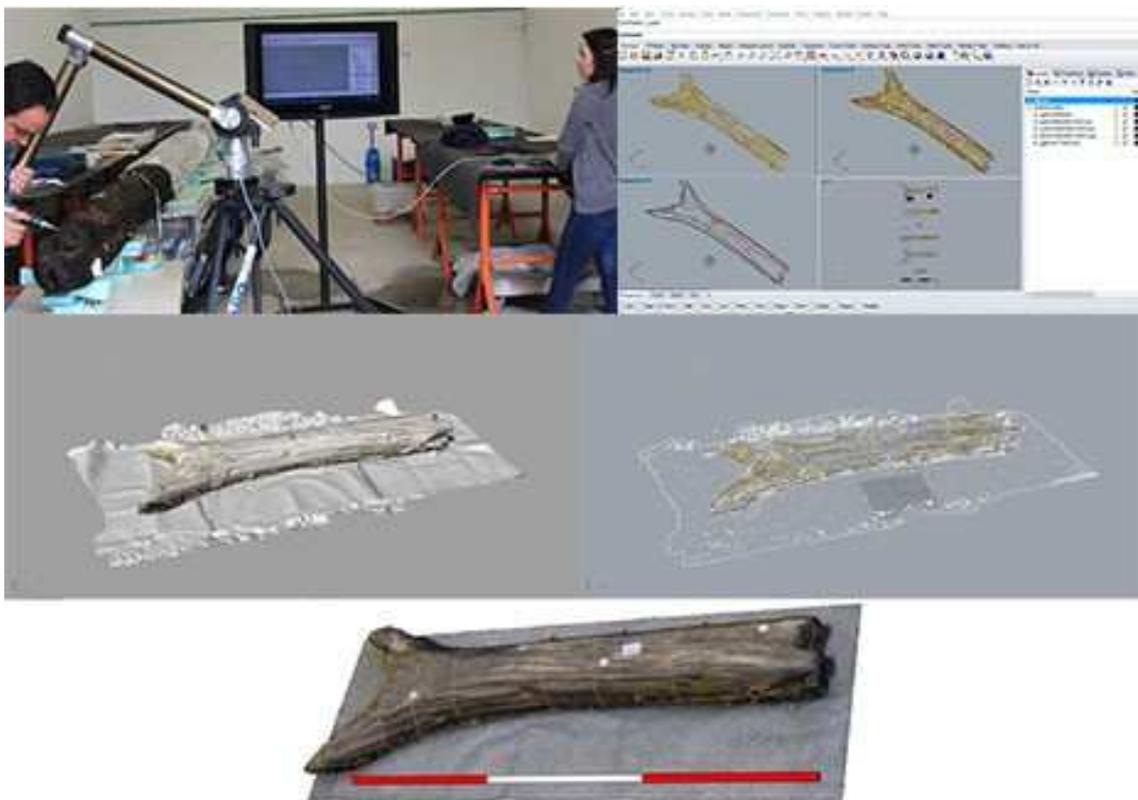


Figure 1. three stages for the recording of the Belinho 1 surviving timber – using a 3D digitiser arm to accurately record the timber surface, 3D digital drawing of a Y-frame, merging a photogrammetry model into a 3D digital drawing produced with a digitiser arm in a way to obtain an accurate record with the natural texture. **Source:** Adolfo Miguel Martins

3.3D Reconstruction of Ships and Trees

Evidence has shown that the Belinho 1 timber assemblage represents a unique shipbuilding technique. Each timber was first assessed by the archaeologist in order to identify interesting or diagnostic details about the timbers, this information was then recorded digitally, starting with the overall shape of the timber and ending with smaller details such as tool marks, fastening information and the growth pattern, using the 3D digitiser. Due to the high levels of erosion caused by site formation on the seabed and damage from the storms at the beach in Belinho, some features seemed to be lost. However, the wood features on the surviving timbers were still visible for recording. This includes information about wood morphology, such as knot

location, cracks, and indications of growth patterns such as grain, pith location and natural edges. Special attention was given to the visible annual rings on the bottom of the Y-frames and how the tree's stem divided into two branches.

The digital drawings comprise two types of layers in which one is related to the ship timber features including evidence of fastening and joinery. The second set of layers includes the wood morphologies such as evidence of growth pattern, knots, heartwood and sapwood boundaries and the location of the pith (first annual ring). The first set was used for the ship reconstruction studies. The drawing produced from the selected timber were copied to a single Rhino 3D file and analysed to identify a potential match within the surviving timber by correlating the fastening and joinery evidence. The second set allowed to gain a better understanding of the ship timbers' parent tree and provided the basis for tree reconstruction studies.

4. 3D Contact Tracing Suitable Techniques for Archaeology

During the Belinho project fieldwork researchers adopted 3D techniques to record ship timbers. A vast variety of tasks were included in this process, which enhanced the quality of the work accomplished. Collecting data from highly eroded timbers proved to be a complex task due to the lack of data.

This technique, paired with an understanding of historical shipbuilding, means digital data can be used to reverse engineer the key characteristics of the ship and the parent trees employed in the building process.

5. Archival re-examination in rhino 3D

Digital recording in Rhino is not only useful for current archaeological ship investigations, it can also lend a new perspective to legacy archaeological data that exists in the physical word as traditional 2D drawings. Information that is both published as books and reports, and that exists in archives around the country.

This part of the paper presents a short summary of work undertaken with this type of legacy data. This work was completed in partnership with the University of Wales, Trinity Saint David. The full reports of both these case studies can be found in Ali (2012) and Ali (2016).

6. Why Re-examine Archaeological Finds?

Archaeology is an inherently destructive science. Archaeologists attempt to counter-act this destruction by creating a detailed record of what they find and where they find items in the ground. This is done through photography, extensive record keeping, drawings, and descriptions. In the best-case scenario, these records go on to inform an academic publication that summarises the finds, site contexts, and archaeological conclusions, becoming a part of the archaeological discourse.

In nautical archaeology, it is commonly held that if enough evidence of an archaeological hull form remains, a theoretical reconstruction should be attempted (IFA 2014; COATES et al., 1995).

To do this however, an accurate and detailed record of the remains *in situ* must be compiled (ibidem). This includes a 1:1 scale drawing of all the archaeological remains, achieved either through contact tracing, as in the case of the two vessels studied here, or by non-contact tracing, a methodology used on ship remains such as the Skuldelev find (FENWICK, 1978; NAYLING, MCGRAIL, 2004; CRUMLIN-PEDERSEN, OLSEN, 2002). These drawings are then generally condensed into their precise counterparts otherwise known as scaled drawings. Following this, the archaeological remains are assembled as a 1:10 scaled research model to aid in the creation of a minimum reconstruction (COATES et al., 1995).

It is always the aim to create a minimum reconstruction of the archaeological vessels. A minimum reconstruction makes the least amount of assumptions from the archaeological remains while remaining consistent with them (NAYLING, MCGRAIL, 2004; CRUMLIN-PEDERSEN, 2006; MCGRAIL, 2006; COLES, 1977; COATES, 1977; COATES et al., 1995). Only objects that there is direct evidence for, or objects that are needed to form a full working boat, are included in the end interpretations (ibidem). These interpretations are traditionally presented as a series of scaled drawings and architectural lines plans (MCGRAIL, 1981). Several reconstructions can be presented from the same archaeological remains, depending on the extent and survival of the remains (MCGRAIL, 1986). "In the spirit of scientific inquiry" these reconstructions should be tested repeatedly to either refute or acknowledge their validity (MCGRAIL, 1986: 9; COATES et al., 1995). A resource underutilised by archaeologists appears to be site archives. These excavation records can provide valuable information to the researcher. Looking at a paper archive with the aid of 3D programs such as Rhino can offer a different perspective that may validate or disprove previous hypotheses and conclusions drawn in the past.

The following study examines two such reconstructions for their validity by digitising the archaeological paper record and comparing the archaeological remains to the proposed reconstruction, in Rhino 3D. Rhino 3D is an ideal program to test ship reconstructions because Rhino objects lack the ability to interact with each other. This allows for surfaces to run through each other in a way that cannot be done with real, physical models. This is useful in determining and demonstrating the change of the archaeological remains and allows every stage of the reconstruction data to be layered a top each other digitally.

7. Research Questions

The main research question asked for this study is as follows: Does the different perspective afforded from programs such as Rhino 3D affect our understanding of archaeological boats—either in terms of construction of theoretical reconstructions? Is this a meaningful exercise? (i.e. are we learning anything new)?

8. The Vessels

The Barland's Farm boat and the Graveney boat reconstructions are tested for validity in this study. The Barland's farm boat is a unique example of a Romano-British vessel found in the Severn Estuary in South Wales (NAYLING, MCGRAIL, 2004). The boat find consists of the remains of a flat bottom, flush laid boat with evidence of 7 port side strakes, 3 starboard strakes, 16 framing stations, 8 side frames on the port side and 1 side frame on the starboard, a stem post, and a forward mast step dated to the late 3rd century C.E. (ibidem). The Graveney Boat was excavated in the 1960's in Kent, where the remains of a clinker constructed vessel was found

under more than 2 metres of clay. There remain 10 framing timbers, 7 starboard strakes and 8 port planks. The vessel is dated to the 10th century C.E. (FENWICK, 1978).

9. Methodology

The Graveney Boat data was gathered from the paper archive of the find, located at the National Maritime Museum in Greenwich, UK. The Barland's Farm data was gathered from the published scaled timber drawings and reconstruction drawings. These scaled drawings for both vessels were scanned and modelled in Rhino 3D. Using the archaeological site plans and the reconstruction drawings, the archaeological timbers were placed inside the reconstructed hull forms to examine whether they demonstrate a plausible progression of thought from the archaeological remains.

In the case of most boat finds, the archaeological remains are compressed and broken apart by the weight of the sediments and soil atop of them, resulting in a wider, flattened hull shape in the ground. Once the timbers are reassembled by re connecting nail holes to each other, the hull form tightens as it pulls itself together. What one would expect from placing the archaeological remains in a reconstruction, is for the remains to be flatter and run through the reconstructed hull form. This is demonstrated best by the archaeological timber R9 from Graveney that was placed in the Graveney reconstruction taken from the publication of the find (FENWICK, 1978).

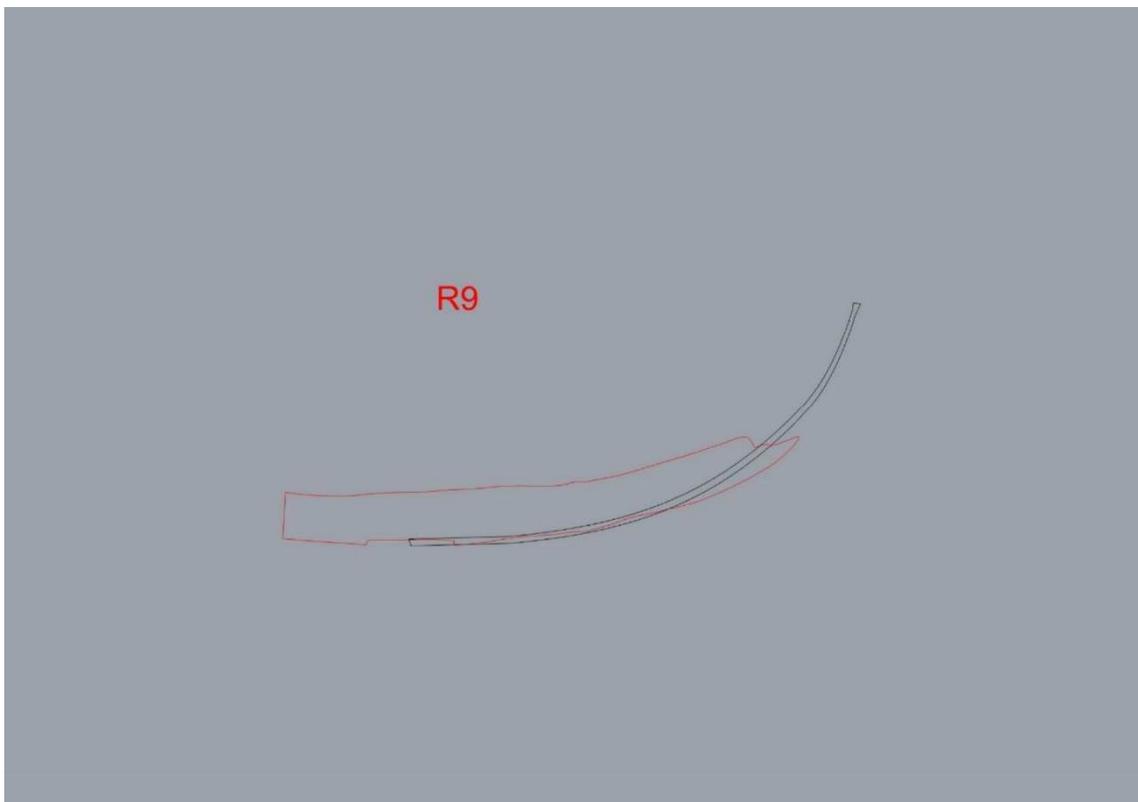


Figure 2. modelled archaeological timbers (red) placed inside published reconstructed hull form (black). **Source:** Adolfo Miguel Martins

The reconstruction allows for some tightening of the hull form and takes into account the compression of the archaeological remains. This result lends confidence to the Graveney reconstruction published by McKee in 1978. What one does not generally expect is what was found with the Barland's Farm boat.

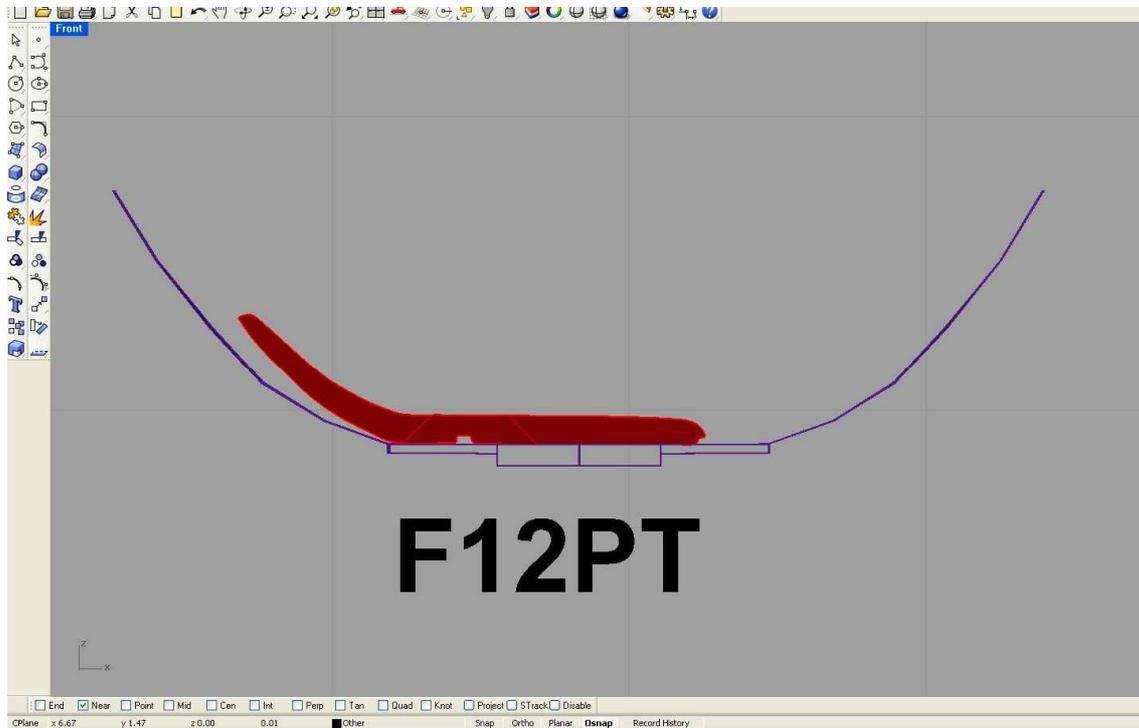


Figure 3. Modelled archaeological timbers (red) inside published theoretical reconstruction lines (purple). **Source:** Adolfo Miguel Martins

The archaeological timber F12PT is tighter than the reconstruction drawing, leading to the conclusion that the reconstructed hull form of Barland's Farm is potentially problematic, and does not follow what one would expect.

A new question arose from this finding, is there a mistake in the method of thinking for the modelling of the Barland's Farm timbers? The original 1:10 scale model used to create the published Barland's Farm reconstruction was laser scanned using a Faro ScanArm and compared to the modelled archaeological timbers created using published scale drawings. The results demonstrate that the method of modelling the timbers is sound and accurate, meaning the problematic result in the above illustration is indeed from the reconstruction lines and not the methodology.

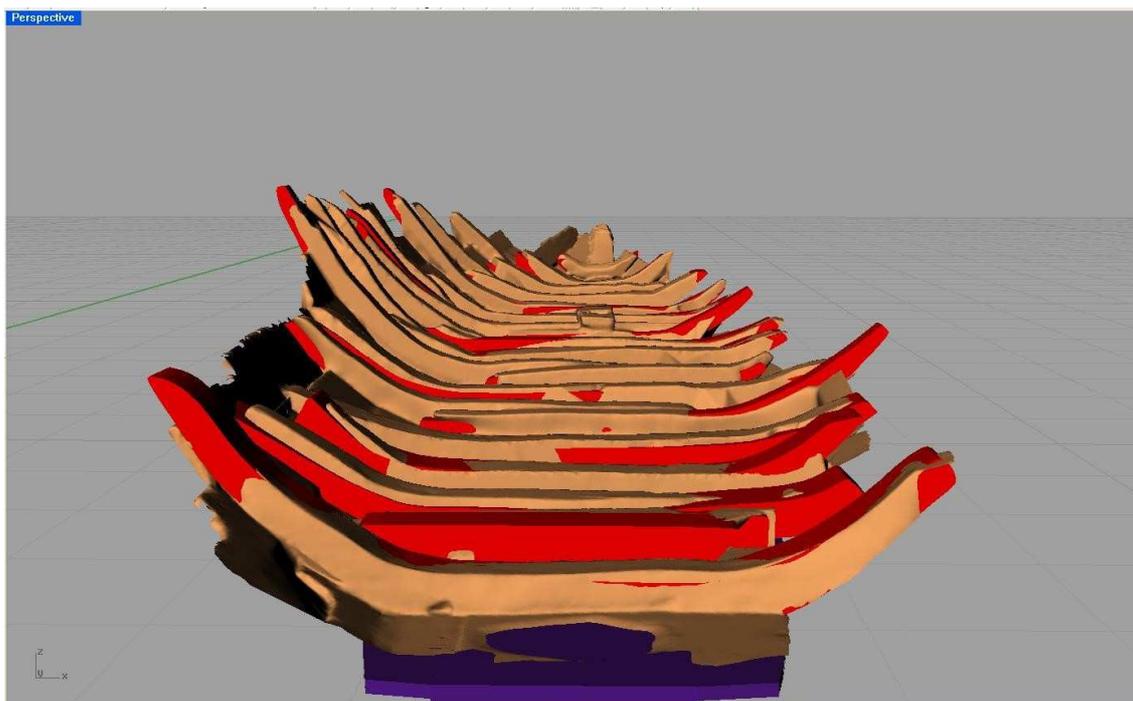


Figure 4. Reconstructed timber (Red) with Laser Scanned research model (Brown). Source: Adolfo Miguel Martins

10. Brief Case Study Conclusions

There are pros and cons to working in Rhino to re-examine archival archaeological information. Rhino allows the user to layer multiple data sets atop each other, without having to worry about the Rhino objects interacting with each other. It is hyper-accurate and allows the user to re-evaluate previously held conclusions about the archaeological remains. In this case study, Rhino gave further confidence to the reconstructed Graveney Boat hull form proposed in 1978 and shed light on potential problems with the Barland's Farm reconstruction, proposed in 2004 (FENWICK, 1978; NAYLING, McGRAIL, 2004). However, the 3D objects are only as good as the 2D drawings. In nautical archaeology we are often working with complex 3-dimensional objects, and the very act of condensing this information into 2D leads to a loss of data resolution and confidence. One must always keep this in mind when working with either scaled drawings or 2D drawings of complex 3D objects. In this case, the confidence of the 2D drawings were strengthened by a laser scan of a 3D research model, which confirmed our interpretation of the 2D drawings.

11. Conclusions

Digital recording, following clear and published methodologies, can allow the capture of high-resolution initial data of archaeological objects. This data can later be simplified for traditional publications, but it allows the researcher to ask a wide range of questions that previously could not be answered by employing traditional methods. By keeping complex 3-dimensional objects in 3D by recording them with digitisers, we now have the most accurate representation of the artefacts. That is not to say that these techniques are only good for 3D data. Using digital programs can also allow a fresh approach to re-examining traditional 2D data, allowing us to re-examine previously held beliefs and views of archaeological finds.

REFERENCES

CASTRO, Filipe - **In search of a unique ship design concepts**. 2008

CASTRO, Filipe; ALMEIDA, Ana; BEZANT, Jemma; CARMO, António; CRESPO, Ana; FARIAS, Isis; GONCALVES, Isabel; GROENENDIJK, Peter; MAGALHÃES, Ivone, MARTINS, Adolfo; MONTEIRO, Alexandre; NNAYLING, Nigel; SANTOS, António; TTRAPAGA, Koldo - **Belinho 1 Shipwreck Timber Catalogue**, 2015.

COATES, John; McGRAIL, Seán; BROWN, David; GIFFORD, Edwin; GRAINGER, Gerald; GREENHILL, Basil; MARSDEN, Peter; RANKOV, Boris; TIPPING, Colin; WRIGHT, Edward - Experimental Boat and Ship Archaeology: Principles and Methods. In **International Journal of Nautical Archaeology**. vol. 24, nº 4, 1995, p. 293-301.

COATES, John - Hypothetical Reconstruction and the Naval Architect. In **Sources and Techniques in Boat Archaeology**. McGRAIL, Seán (ed.). Oxford: BAR, 1977, p. 215-232.

COLES, John - Experimental Archaeology - Theory and Principles. In **Sources and Techniques in Boat Archaeology**. McGRAIL, Seán (ed.). Oxford: BAR, 1977, p. 233-244.

CRUMLIN-PEDERSEN, Ole; McGRAIL, Seán - Some Principles for the Reconstruction of Ancient Boat Structures. In **International Journal of Nautical Archaeology**. vol. 35, no. 1, 2006, p. 53-57.

CRUMLIN-PEDERSEN, Ole; OLSEN, Olaf - **The Skuldelev Ships I**. Roskilde: Vikingskibsmuseet, 2002.

FENWICK, Valerie - **The Graveney Boat, National Maritime Museum**. Greenwich: BAR British Series, 1978.

HOCKER, Frederick - New tools – for maritime archaeology. In **Maritime archaeology newsletter from Roskilde Denmark**. nr. 14, June, 2000.

HOCKER, Frederick - Shipbuilding: Philosophy, Practice, and Research. In HOCKER, Frederick; WARD, Cheryl (eds.) **The Philosophy of Shipbuilding Conceptual Approaches to the Study of Wooden Ships**. College Station: Texas A&M University Press, 2004, p. 1–12.

JONES, Toby - Timber Recording Manual: Digital reconstructing of ship timbers using a FaroArm 3D contact digitizer, FaroArm laser line probe and Rhinoceros 3D software. Newport, Wales, United Kingdom, 2014.

McGRAIL, Seán - Experimental Boat Archaeology: Has it a Future?. In BLUE, Lucy; HOCKER, Frederick; ENGLERT, Anton (eds.) **Connected by the Sea**, Oxford: Oxbow Books, 2006, p. 8-15.

McGRAIL, Seán - Experimental Boat Archaeology: Some Methodological Considerations. In CRUMLIN-PEDERSEN, Ole; VINNER, Max (eds.) **Sailing into the Past: Proceedings of the International Seminar on Replicas of Ancient and Medieval Vessels. Roskilde, 1984**. Roskilde: Viking Ship Museum, 1986, p. 8-17.

McGRAIL, Seán - **The Brigg 'Raft' and her Prehistoric Environment**. Oxford: BAR British Series 89, 1981.

NAYLING, Nigel; McGRAIL, Seán - **The Barland's Farm Romano-Celtic Boat**. York: Council for British Archaeology, 2004.

NAYLING, Nigel; JONES, Toby - The Newport Medieval Ship, Wales, United Kingdom. In **International Journal of Nautical Archaeology**. Vol. 43, issue 2, 2013, p. 239-278.

NAYLING, Nigel; JONES, Toby - **The Newport Medieval Ship Timber Numbering and Coding Systems**, 2013.

RAVN, Morten, BISCHOFF, Vibeke; ENGLERT, Anton; NIELSEN, Søren- Recent Advances in Post-Excavation Documentation, Reconstruction, and Experimental Maritime Archaeology. In CATSAMBIS, Alexis; FORD, Ben; HAMILTON, Donny (eds.) **The Oxford Handbook of Maritime Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 232-249.

WEBMAIL REFERENCES

ALI, Selina - **The Application of 3D Digital Methods in Nautical Archaeology: Barland's Farm, A Case Study**. [Online]. 2012. Unpublished Thesis. BA Archaeology, University of Wales, Trinity Saint David. Available at [www:<URL:https://www.academia.edu/4568963/The_Application_of_3D_Digital_Methods_in_Nautical_Archaeology_Barlands_Farm_A_Case_Study>](https://www.academia.edu/4568963/The_Application_of_3D_Digital_Methods_in_Nautical_Archaeology_Barlands_Farm_A_Case_Study).

ALI, Selina - **A Digital Re-Examination of the Graveney Ship Find**. Unpublished Thesis. [Online]. 2016. MA Maritime Archaeology, University of Southern Denmark. Available at [www:<URL:https://www.academia.edu/23635819/A_Digital_Re-Examination_of_the_Graveney_Ship_Find>](https://www.academia.edu/23635819/A_Digital_Re-Examination_of_the_Graveney_Ship_Find).

IFA - **Standards and Guidance for Nautical Archaeological Recording and Reconstruction**. [Online]. 2014, Miller Building, University of Reading. Available at [www:<URL:http://www.archaeologists.net/sites/default/files/CifAS%26GNautical_1.pdf](http://www.archaeologists.net/sites/default/files/CifAS%26GNautical_1.pdf) accessed 13 July 2017>.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE ASPECTOS PRÁTICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS: DA NECESSIDADE E RELEVÂNCIA DE CURSOS DE EXTENSÃO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Lucas de Paula Souza Troncoso

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de
Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

Arqueólogo na Zanettini Arqueologia, São Paulo/SP, Brasil.

lucastroncoso@hotmail.com

Luciana Bozzo Alves

Mestra em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

Arqueóloga na Zanettini Arqueologia, São Paulo/SP, Brasil.

luciana.b.alves@uol.com.br

Considerações a respeito de aspectos práticos e teórico-metodológicos da arqueologia de ambientes aquáticos: da necessidade e relevância de cursos de extensão, treinamento e capacitação

Lucas de Paula Souza Troncoso

Luciana Bozzo Alves

Historial do artigo:

Recebido a 16 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

RESUMO

Este trabalho busca refletir a respeito de alguns aspectos teórico-metodológicos que marcam o ensino e treinamento voltados às atividades de pesquisa relacionadas à prática da arqueologia desenvolvida em ambientes aquáticos a partir da experiência vivenciada pelos autores no âmbito de dois cursos pioneiros de extensão, treinamento e capacitação, a saber: “Patrimônio Cultural de Goiás: olhares da arqueologia subaquática e colaborativa”, oferecido pela Universidade Federal de Goiás no âmbito do Projeto Rio Araguaia: lugar de memórias e identidades, o primeiro a ser realizado na região Centro-Oeste do Brasil; e *Underwater Archaeology*, primeiro curso desenvolvido pela *National Association of Underwater Instructors* (NAUI) em território nacional, voltado não apenas a arqueólogos, mas a mergulhadores recreativos e comerciais, em geral. Nesse sentido, pretende-se demonstrar a relevância dessa prática de ensino, que deve ser entendida como vetor para o engajamento de pesquisadores e demais interessados na temática da arqueologia desenvolvida em ambientes aquáticos.

Palavras-chave: Arqueologia de ambientes aquáticos, Teoria e métodos, Treinamento e Capacitação

ABSTRACT

This work seeks to reflect on some theoretical and methodological aspects that mark the teaching and training related to research activities within the scope of the archaeological practice developed in aquatic environments, based on the lived experience by the authors related to the development of two pioneer courses of extension and training: "*Cultural Heritage of Goiás: looks at underwater and collaborative archaeology*", offered by the Federal University of Goiás within *Rio Araguaia Project: place of memories and identities*, first course to be held in the Midwest region of Brazil; and *Underwater Archaeology*, first course developed by the National Association of Underwater Instructors (NAUI) in national territory, aimed not only at archaeologists but at recreational and commercial divers in general. In this sense, we intend to demonstrate the relevance of this teaching practice, which should be understood as a vector for

the engagement of researchers and general public interested in the archaeological practice developed in aquatic environments.

Key-words: Archaeology of aquatic environments, Theory and methods, Training

1. Introdução

Apesar da distância que aparentemente o mundo marítimo e submerso guarda em relação ao nosso dia a dia e à arqueologia praticada em ambiente terrestre, devemos ter em mente que o patrimônio marítimo e subaquático apresenta enorme relevância na conformação tanto das sociedades passadas quanto da sociedade em que vivemos. Pode-se dizer, contudo, que essa distância se vê efetivamente concretizada a partir da constatação da ainda baixa oferta de cursos e programas de pesquisa voltados aos ambientes aquáticos, especialmente, diante do potencial que a temática apresenta em nosso país, dadas as dimensões costeiras do Brasil, assim como a quantidade de águas interiores que marcam nosso território.

As experiências de ensino vivenciadas pelos autores, aqui expostas, foram marcadas por cursos de caráter teórico e prático, voltados tanto a pesquisadores da área quanto a mergulhadores que não guardam, necessariamente, relação direta com o patrimônio arqueológico. Dessa forma, tais experiências, instrumentalizadas através dos cursos “Patrimônio Cultural de Goiás: olhares da arqueologia subaquática e colaborativa”, oferecido pela Universidade Federal de Goiás, e “*Underwater Archaeology*”, ministrado pela *National Association of Underwater Instructors* (NAUI), ofereceram uma possibilidade singular para aqueles que possuem interesse em ingressar no campo da arqueologia de ambientes aquáticos, cujo universo temático mostra-se ainda distante da maior parte dos estudantes, pesquisadores e demais profissionais envolvidos com a gestão do patrimônio arqueológico e histórico.

Faz-se necessário destacar que a oportunidade de entrar em contato com discussões sobre o patrimônio arqueológico associado ao universo aquático permite, entre outras coisas, aproximações entre os interessados na temática com profissionais já marcados pela experiência acadêmica e profissional, que vivenciam o cotidiano de pesquisas no âmbito da arqueologia de ambientes aquáticos e do mergulho. Nesse sentido, iniciamos esta reflexão apresentando alguns dos referenciais teórico-metodológicos sobre os quais cada uma das iniciativas de ensino se baseou, sendo apontados, mais adiante, os aspectos que caracterizam ambos os cursos.

2. Sobre a Arqueologia em ambientes aquáticos

No tocante aos aspectos teórico-metodológicos que marcaram as discussões no bojo das experiências que serão destacadas nesta reflexão, cabe frisar que, segundo Rambelli (2016), “*a arqueologia subaquática é arqueologia*” e, um dos principais problemas conceituais que marcam a disciplina é a sua imediata identificação “*como um ramo do mergulho, e não como o desdobramento ‘molhado’ e obediente da arqueologia ao ambiente aquático*” (RAMBELLI, 2016: 37). Sobre essa questão, Green (2004) destaca que muitas pessoas entendem mal o que é a arqueologia marítima, pensando que a mesma envolve apenas escavação e a subsequente publicação de um catálogo com as evidências identificadas, permitindo, por conta de tal concepção, que interesses de caçadores de tesouros, por exemplo, sejam entendidos como

legítimos, sob o disfarce de arqueologia, afetando o desenvolvimento da disciplina como campo acadêmico de estudo, bem como seu caráter científico rigoroso (GREEN, 2004: 347).

George Bass (2012) aponta que a importância das culturas marítimas para a história da humanidade é bastante clara, uma vez que foi apenas por meio da criação de embarcações que áreas mais remotas do planeta puderam ser povoadas. Ainda segundo o autor, há uma miríade de usos para uma embarcação, que inclui a pesca e a caça à baleia, o transporte de bens e pessoas, guerra, exploração, recreação, entre outros. Todos esses exemplos de uso das embarcações exigem tripulações, geralmente formadas por pessoas que vivem perto das costas, tais como marinheiros, carregadores, comerciantes e suas famílias, além de uma infraestrutura de apoio que incluía pelo menos habitações permanentes, fornecedores de alimentos e outros bens essenciais, transporte terrestre, instalações de manutenção, incluindo estaleiros e áreas de apoio (BASS, 2012: 2).

Embora na história marítima sempre tenha havido tentativas de recuperar bens de naufrágios afundados, seja por meio dos sinos de mergulho, mergulhadores de apneia ou outros métodos que remontam à antiguidade e idade média, tais ações encontram-se bastante afastadas daquilo que pode ser entendido como a prática da arqueologia em ambientes aquáticos. Dessa forma, ao discutirmos a respeito do universo que envolve essa arqueologia, ou segundo Blot (1999), do meio náutico, devemos levar em consideração que a mesma se desenvolveu ao longo do tempo a partir das diferentes perspectivas que marcam o campo da arqueologia, sendo que a arqueologia subaquática compartilha dos métodos aplicados tradicionalmente em ambientes terrestres, buscando torná-los aplicáveis ao meio aquático. Inclusive, com o desenvolvimento e difusão da tecnologia “*scuba*”, podemos apontar que, a partir da segunda metade da década de 1950, as restrições até então limitadoras da realização da prática da arqueologia subaquática acabaram por ser anuladas, sendo possível que mergulhadores escavassem debaixo d’água em padrões semelhantes aos da terra. Muckelroy (1978) destaca que os princípios, teorias e métodos da “arqueologia marítima” devem ser firmemente baseados naqueles já estabelecidos para a pesquisa arqueológica convencional (MUCKELROY, 1978: 22).

Ainda no tocante aos métodos, conforme pontuado ao longo das discussões travadas durante os cursos desenvolvidos, podemos mencionar, por exemplo, a utilização de princípios de estratigrafia que devem ser usados para estabelecer uma sequência de relações sincrônicas e diacrônicas no registro arqueológico, colocando, teoricamente, todos os contextos/eventos na ordem em que ocorreram. A estratificação pode ser estudada em diferentes escalas usando a mesma teoria básica, seja em ambiente terrestre ou em meio aquático. Dessa forma, o exame da sobreposição de contextos em uma área de pesquisa pode revelar muito sobre mudanças em grande escala em um dado depósito, como, por exemplo, quando aplicado em uma abordagem junto aos sedimentos entre as madeiras individuais em um dado contexto de deposição que pode ser tão revelador quanto a processos igualmente fundamentais na formação do local. Os princípios da estratigrafia fornecem uma estrutura dentro da qual as investigações arqueológicas são conduzidas, não impondo limites rígidos ou estanques sobre o modo como a estratificação é investigada, e, aplicá-las efetivamente requer uma disposição de combinar tais princípios com uma boa compreensão da natureza dos contextos submetidos à investigação (BOWENS, 2009: 27).

De acordo com Sommer (2012), durante a década de 1970 puderam ser observadas algumas mudanças de postura em relação às evidências e sítios identificados, como, por exemplo, no caso de um dado naufrágio, ao invés de uma abordagem voltada apenas à recuperação de artefatos, muita atenção passou a ser dada à questão da observação e entendimento da construção da embarcação, da tecnologia envolvida, e demais elementos e características (SOMMER, 2012: 7-8). Em virtude desse tipo de abordagem, os arqueólogos envolvidos com o

ambiente marítimo buscaram incorporar aspectos e técnicas de outros campos do conhecimento, ampliando o escopo da disciplina, que passou a dialogar com áreas como conservação, mergulho, localização de destroços, escavação, entre outros.

Pode-se destacar que a arqueologia e a história compartilham uma série de objetivos comuns, pois ambas as disciplinas buscam entender e interpretar a estrutura e os mecanismos das sociedades do passado, diferindo, entretanto, no seguinte ponto: os historiadores se valem dos registros escritos como fonte de estudo, enquanto os arqueólogos investigam os remanescentes físicos dessas sociedades e culturas.

3. Alguns conceitos teórico-metodológicos

A introdução à prática da arqueologia desenvolvida em ambientes aquáticos, ainda que marcada por cursos e disciplinas de caráter introdutório e incipiente, deve considerar a necessidade de se discutir os seus fundamentos teóricos. Nesse sentido, não é descabido apontar que, no campo teórico, ainda há um longo caminho a ser percorrido no âmbito da arqueologia marítima e subaquática no que diz respeito ao estabelecimento de um corpus teórico-conceitual que permita analisar e interpretar o registro arqueológico, desde um primeiro nível baseado na análise propriamente dos artefatos, até uma abordagem que busque entender padrões mais aprofundados de sistemas culturais.

Keith Muckelroy (1978: 10) apontava que a arqueologia marítima era marcada, ainda na década de 1970, por uma “*notável falta de desenvolvimento ou sistematização*”, apresentando certa “*imaturidade acadêmica*” quando comparada a outras vertentes da arqueologia. Naquele momento, a arqueologia marítima, um campo de estudo relativamente incipiente, estava apenas se aproximando de uma posição em que seus praticantes poderiam fazer um movimento preliminar para definir a natureza da disciplina a fim de desenvolver um paradigma teórico relevante. Nas décadas seguintes, a disciplina amadureceu consideravelmente, embora persista a percepção de alguns de que os arqueólogos marítimos são mais antiquários que arqueólogos, com mais interesse no particular, como, por exemplo, a cultura material remanescente recuperada do que no uso de tal cultura material por parte das sociedades a ela relacionadas (MEIDE, 2013: 1-2).

Devemos entender a pesquisa arqueológica como o processo que busca estudar e interpretar todas as informações coletadas em um dado sítio arqueológico. A forma como se dará tal estudo será determinada pelo arcabouço teórico específico que o pesquisador aplica aos contextos observados. No tocante às abordagens teóricas que marcam as pesquisas arqueológicas desenvolvidas em ambiente aquático, podemos destacar duas correntes teóricas: a primeira abordagem, marcada pelo particularismo histórico; a segunda, por uma abordagem antropológica. Os arqueólogos voltados ao particularismo histórico buscam por problemáticas orientadas aos artefatos em si, preocupando-se com as funções desempenhadas pelos mesmos (GREEN, 2004: 348). De acordo com Bass (1983) um dos objetivos mais importantes para a arqueologia marítima é a elaboração de catálogos de materiais a partir dos sítios de naufrágio, a fim de criar uma base que permitisse a geração de hipóteses, sendo, portanto, fundamental a compreensão clara do material antes da elaboração de hipóteses mais aprofundadas.

Por sua vez, a perspectiva antropológica está preocupada, principalmente, com o desenvolvimento de hipóteses que possam ser usadas para estudar as sociedades e o modo como elas operam, sendo uma abordagem utilizada, comumente, a partir do momento em que

os conjuntos artefatuais já foram classificados, havendo um entendimento claro a respeito do material. Um dos principais expoentes dessa corrente teórica, Richard Gould (1983a; 1983b) publicou alguns artigos que ilustram essa abordagem integrada, onde, tanto o registro arqueológico quanto o histórico são combinados para produzir um quadro geral com maior clareza. Como exemplo, podemos mencionar que grande parte da cultura material originalmente presente em um naufrágio não aparecerá, necessariamente, no registro arqueológico da embarcação, tal como itens perecíveis, que podem desaparecer. Da mesma forma, a origem, o destino e o motivo de uma determinada viagem podem não ser conhecidos. Por outro lado, o registro histórico pode não conter informações sobre itens carregados a bordo ou a maneira como o navio foi construído. Nesse sentido, por meio da integração cuidadosa de ambas as fontes, quando possível, surge uma Figura muito mais completa, permitindo uma compreensão mais ampla do significado do sítio (GREEN, 2004: 348).

Ainda a respeito de uma abordagem integrada, a pesquisa pós-escavação deverá enfatizar, inicialmente, os artefatos por meio de sua classificação e identificação. Neste primeiro nível, o objetivo é a identificação (GREEN, 2004; BASS, 2012). Técnicas científicas podem ser aplicadas para ajudar a determinar o tipo de material do objeto e sua datação. Além disso, o registro histórico pode ser útil na identificação e datação de objetos onde existem descrições contemporâneas de material análogo. Embora a pesquisa sobre a identificação dos artefatos seja importante, não deve ser esquecido que parte do objetivo arqueológico é colocar esses artefatos em um contexto histórico e social. Portanto, é necessário tentar determinar a função ou finalidade do objeto depois de sua identificação (GREEN, 2004).

A escala seguinte de análise deverá envolver a interpretação da função do objeto e sua relação com os outros objetos identificados no sítio. Para sítios que contam com um registro escrito de suporte, a evidência documental poderá fornecer informações para explicar por que objetos específicos estavam presentes e qual sua função. O estágio final de uma análise integrada é alcançado com o estudo do padrão do material em relação a outros sítios e sua relevância para uma interpretação histórica ampliada, possibilitando a formulação de teorias ou hipóteses que possam ser usadas para explicar as principais tendências ou processos (GREEN, 2004; GOULD, 1983a).

Ainda no bojo da discussão teórica, Duran (2012) destaca três propostas teóricas, ou definições conceituais, que marcam distinções entre os conceitos de arqueologia subaquática, arqueologia marítima e arqueologia náutica. De acordo com o autor, essa discussão se mostra necessária uma vez que existem vários conceitos similares que são utilizados, muitas vezes, como análogos, apesar das particularidades de cada um, proporcionando certa confusão nas discussões de cunho acadêmico (DURAN, 2012: 11).

Keith Muckelroy (1978), marcado por uma forte postura processualista e preocupado com a elaboração de uma base científica para o desenvolvimento da arqueologia marítima, a qual o autor considera como uma subdisciplina da arqueologia, aponta que o seu principal objetivo deveria ser o estudo científico dos restos materiais do homem e suas atividades no mar, estando voltada a todos os elementos da cultura marítima, contemplando aspectos técnicos, sociais, econômicos, políticos entre outros, de maneira que possa ser delineada uma compreensão holística da relação dos indivíduos com o contexto marítimo (MUCKELROY, 1978 *Apud* DURAN, 2012: 21-22). Tal abordagem, contudo, segundo o autor, deveria estar restrita ao ambiente marítimo, buscando interpretações apenas acerca da cultura material especializada, proveniente, exclusivamente, daquele ambiente, e marcada, portanto, por seu significado marítimo, a fim de que seja possível compreender a vida no mar em sua totalidade.

Dessa forma, apesar de Muckelroy entender que a arqueologia subaquática encontra-se voltada ao estudo de todos os ambientes aquáticos, sejam mares, lagos ou rios, para o autor, deve ser feita uma distinção clara quando da conceituação de uma arqueologia voltada exclusivamente para o mar (arqueologia marítima), ou seja, para uma sociedade exclusivamente marinha, o que torna essa abordagem restritiva no que diz respeito à sua abrangência em relação às demais manifestações de interação entre o homem e o universo aquático (DURAN, 2012: 23-24). David Gibbins corrobora as posições teóricas de Muckelroy, enfatizando o naufrágio como a principal fonte de informação da arqueologia marítima, devendo o mesmo ser tratado em sua totalidade, a fim de que sejam observados padrões que definiam as relações dos indivíduos na embarcação, seu principal ambiente no meio aquático, através da compreensão tanto dos aspectos tecnológicos, quanto dos conjuntos artefatuais que compõem esse universo (DURAN, ibidem: 25-26).

Por sua vez, McGrail (2004), que busca ampliar o escopo de atuação da disciplina para ambientes lacustres e fluviais, destaca a importância que a arqueologia náutica, voltada ao estudo dos componentes náuticos/tecnológicos, principalmente associados às embarcações, deve assumir diante do conceito de arqueologia marítima proposto por Muckelroy. De acordo com o autor, a cultura material proveniente de escavações junto a naufrágios possibilitaria compreensões muito mais associadas a componentes tecnológicos do que a aspectos do campo das ideias, evidenciando, portanto, o caráter náutico dessa abordagem, uma vez que, segundo Muckelroy (1978), “(...) as embarcações foram, durante muito tempo, a principal e mais complexa representação tecnológica das sociedades pré-industriais (...)” (MUCKELROY, 1978 Apud DURAN, 2012: 27).

Finalmente, Fontenoy (1998) discute a respeito da necessidade de inclusão de elementos terrestres que estejam associados a contextos marítimos, apontando que

“Sítios pertinentes à subdisciplina da arqueologia marítima existem tanto na terra quanto embaixo d’água (...) Arqueólogos marítimos precisam entender que é o conteúdo substancial dos sítios que é característico, não que o ato de mergulhar seja necessário para chegar até eles (...)” (FONTENOY, 1998: 47-49 Apud DURAN, 2012: 29).

Nesse sentido, a influência de um dado contexto marítimo ultrapassa os domínios do meio aquático, abrangendo comunidades costeiras, estruturas produtivas, cidades e outros aspectos que se articulam com as sociedades incidentes sobre ambiente terrestre (BRAUDEL, 1983: 185 Apud DURAN, 2012: 29).

Como observamos, as discussões conceituais e teóricas que norteiam a arqueologia praticada em ambientes aquáticos ainda carecem de maior aprofundamento, embora muito tenha sido produzido/pensado nos últimos anos no mundo. No Brasil, ainda estamos buscando o estabelecimento dessa vertente molhada da Arqueologia, apesar dos esforços empreendidos até o momento, há muito ainda a ser feito.

Partindo das premissas acima apresentadas, tornam-se ainda mais significativas as iniciativas, como as que apresentaremos a seguir, que buscam fomentar discussões a respeito do patrimônio cultural subaquático, sendo de suma importância a realização de cursos de extensão, treinamento e capacitação de arqueólogos visando tornarem-se aptos para pesquisas em ambientes aquáticos.

4. Estudos de caso

Antes de apresentarmos os estudos de caso, é importante apontar que no Brasil não há, pelo menos até o momento, nenhum sítio arqueológico submerso que possibilite atividades continuadas (sítio escola), que pudesse colaborar, efetivamente, na formação prática de arqueólogos que se dedicam a pesquisa subaquática. A possibilidade de um sítio submerso de pesquisa continuada (como, por exemplo, os sítios pesquisados pelo Centro de Arqueologia Subaquática da Catalunha), permitiria aos pesquisadores brasileiros o aprimoramento de técnicas, além de viabilizar a preparação de novos arqueólogos interessados em pesquisas subaquáticas. No entanto, a prática arqueológica em sítios submersos fica restrita a algumas universidades que possuem essa linha de pesquisa, e a cursos de curta duração que oferecem um primeiro contato com situações simuladas de prospecção e documentação de evidências submersas.

Conforme apontado anteriormente, no ano de 2018, tivemos a oportunidade de participar de dois cursos rápidos de arqueologia de ambientes aquáticos, que abarcaram aspectos disciplinares teóricos e atividades práticas. A principal diferença entre os dois cursos foi o público alvo: o primeiro, destinado a interessados em geral e que se sentissem confortáveis na água (Módulo 4 - Patrimônio Cultural de Goiás: olhares da arqueologia subaquática e colaborativa); o segundo, exigindo certificação de mergulho básico (*Underwater Archaeology*). Abaixo detalharemos as duas experiências, começando pelo curso realizado em Goiânia (Módulos 1 e 4), que congregou estudantes de graduação, de pós-graduação, além de profissionais de diversas áreas.

5. “Patrimônio Cultural de Goiás: olhares da arqueologia subaquática e colaborativa”

O curso Patrimônio Cultural de Goiás: olhares da arqueologia subaquática e colaborativa, realizado no âmbito do Projeto “Rio Araguaia: lugar de memórias e identidades”, foi uma iniciativa pioneira por parte da Universidade Federal de Goiás, a primeira desenvolvida na região centro-oeste do Brasil, sendo dividido em quatro módulos de ensino, a saber: Módulo 1, Introdução à Arqueologia Subaquática; Módulo 2, Reconstrução computadorizada de objetos arqueológicos; Módulo 3, Educação e Patrimônio Cultural Subaquático: Kit Educativo; e Módulo 4, Mergulho em Arqueologia Subaquática.

Para os propósitos desta reflexão, discorreremos a respeito dos Módulos 1 e 4, levando em consideração os aspectos de caráter introdutório que ambos apresentaram no tocante à sua aplicação como ferramentas basilares para a introdução aos principais temas, conceitos, teorias, métodos e técnicas que regem a prática arqueológica em ambientes aquáticos, uma vez que as discussões surgidas a partir das leituras propostas expuseram uma série de estudos de caso envolvendo sítios arqueológicos e cenários associados à uma grande variedade de contextos.

As premissas que marcaram os Módulos 1 e 4 embasaram discussões a respeito do histórico que caracteriza a Arqueologia Subaquática, destacando as principais referências da disciplina, contextualizando o seu desenvolvimento acadêmico, levando em consideração a história da arqueologia marítima, os recursos culturais marítimos, a formação do registro arqueológico

subaquático, além de métodos de prospecção e escavação subaquática, teoria e prática da arqueologia marítima e métodos de conservação relacionados a materiais provenientes de sítios submersos.

Deve-se destacar, contudo, o caráter prático do Módulo 4 (Mergulho em Arqueologia Subaquática), que, além de estimular a discussão teórica que envolve a arqueologia destinada a ambientes aquáticos, permitiu a realização de aulas práticas em piscina, aproximando os alunos do meio próprio onde são desenvolvidas as pesquisas destinadas à essa modalidade disciplinar. Nesse sentido, apresentamos a seguir um rápido apanhado das atividades desenvolvidas em cada um dos módulos:

Módulo 1 - Introdução à Arqueologia Subaquática: o objetivo principal desse módulo foi apresentar aos participantes reflexões sobre as potencialidades dos estudos voltados à Arqueologia Subaquática, proporcionando um apanhado substancial de textos específicos para abordagens submersas, exibindo um leque de possibilidades de investigação em sítios submersos. Esse módulo focou em três grandes temas: Tema 1 - Introdução à Arqueologia Subaquática, que abordou, sucintamente, a História da Arqueologia Marítima, Recursos culturais marítimos, Processos de formação dos sítios, Construção naval de barcos e a Interpretação dos naufrágios; Tema 2 - Práticas e métodos de campo da Arqueologia Marítima, cujos blocos se referiam à Prospecção arqueológica subaquática, Métodos de escavação e Teoria e prática de Arqueologia Marítima; Tema 3 - Interpretação e conservação de sítios arqueológicos que trouxe alguns estudos de caso, além de textos destinados à conservação de materiais arqueológicos provenientes de sítios submersos, sendo finalizado com quatro textos relacionados à investigação pós-escavação/publicação. Esse módulo esteve sediado na plataforma *Moodle*, entre os dias 2 e 13 de outubro de 2017, tendo sido acompanhado pelos professores George Schwarz (*Institute of Nautical Archaeology do Texas*) e Andreia Torres (CHAM-Centro de Humanidades de Portugal). Ao final do curso, todos os alunos foram incentivados a apresentar, como trabalho de conclusão, um estudo de caso, que contemplasse uma revisão de todo o conteúdo disponibilizado no módulo, apresentando uma reflexão crítica relativa às abordagens e problemáticas envolvidas nas pesquisas de sítios arqueológicos submersos.

Módulo 4 - Mergulho em Arqueologia Subaquática: esse módulo teve como objetivo principal proporcionar aos participantes a experiência de pesquisas em ambientes submersos. Durante uma semana inteira (de 26 de fevereiro a 2 de março de 2018), um grupo totalmente heterogêneo, composto por 17 pessoas, participou ativamente de discussões acerca de legislação, processos de formação de sítios arqueológicos, prospecções, escavações, métodos de mapeamento de sítios, entre outros. Esse módulo foi ministrado pelo arqueólogo Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe), pioneiro nas pesquisas arqueológicas subaquáticas no Brasil. Os três primeiros dias do curso foram dedicados à apresentação de teoria, métodos e estudos de caso. Alguns métodos de mapeamento de sítios foram exemplificados durante as aulas através da “corrida a seco” (simulação da realização de registros em profundidade), como por exemplo, a implantação de uma linha base de referência (**vd. Figura 1.**) e o levantamento de vestígios por meio de métodos de trilateração (triângulos equiláteros, por exemplo) (**vd. Figura 2.**).



Figura 1. Aula teórica ministrada pelo prof. Gilson Rambelli na Faculdade de Ciências Sociais da UFG (FCS/UFG) entre os dias 26 e 28 de fevereiro de 2018. Fonte: Equipe do Projeto Rio Araguaia, 2018



Figura 2. Aula teórica ministrada pelo prof. Gilson Rambelli. Demonstração da aplicação do método de triângulos equiláteros. Fonte: Equipe do Projeto Rio Araguaia, 2018

Os últimos dois dias aconteceram nas instalações da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás (FEFD), e abarcaram diversas questões práticas, proporcionando aos participantes, na grande maioria dos casos, o primeiro contato com o equipamento de mergulho autônomo (*SCUBA*). Foram disponibilizados aos alunos diversos métodos utilizados para a documentação de bens submersos, com inúmeras repetições de exercícios práticos, desde a marcação de um ponto de referência, linha de base de referência, passando por exercícios de trilateração da linha base, tomada de azimute, quadriculamento, levantamento perpendicular (**vd. Figura 3.**) (RAMBELLI, 2003: 70-72), por triângulos equiláteros, entre outros.



Figura 3. Aula prática – treinamento de métodos de coleta de dados – “corrida a seco”. **Fonte:** Equipe do Projeto Rio Araguaia, 2018.

Após essa “corrida a seco”, os alunos puderam experimentar o registro de informações por meio de desenhos obtidos a partir de um “sítio simulado” no fundo da piscina (**vd. Figura 4.**). Alguns talheres de inox foram colocados no fundo, sendo abarcados por uma quadrícula de 50 x 50 cm, que proporcionou aos alunos a experiência de fazer o registro dessas evidências, utilizando prancheta de PVC e lápis.



Figura 4. Aula prática – confecção de croqui em prancheta de PVC, coletando características dos artefatos submersos. **Fonte:** Equipe do Projeto Rio Araguaia, 2018.

6. “Underwater Archaeology” (NAUI)

Surgindo como uma especialidade do mergulho, o primeiro curso de Arqueologia Subaquática da NAUI (*National Association of Underwater Instructors*) no Brasil foi ministrado por Gilson Rambelli (Instrutor NAUI #19.640), no âmbito do XXII Encontro de Líderes de Mergulho 2018. Como prerrogativa aos participantes, se fazia necessária a certificação de (no mínimo) mergulho básico (*Open Water Diver*). O conteúdo programático abarcou métodos de pesquisa de arquivos, mapeamento de locais e geração de esboços, utilização de boias de marcação, estabelecimento de uma linha de base e técnicas de catalogação de artefatos, destacando também aspectos voltados à segurança do mergulho, perigos e cuidados necessários aos mergulhos focados no trabalho com evidências arqueológicas submersas.

Cabe destacar, como particularidade deste curso, sua abrangência, que buscou como público alvo não apenas pesquisadores envolvidos com a prática arqueológica, mas também profissionais do mergulho recreativo e/ou técnico-comercial, de maneira a ampliar o horizonte de atuação destes últimos, possibilitando uma sensibilização acerca da relevância do patrimônio cultural subaquático, e garantindo sua correta conservação e preservação.

A estruturação do curso *Underwater Archaeology* (NAUI) se pautou em muitos dos pressupostos que embasam os cursos do Programa da *Nautical Archaeology Society* (NAS), o qual, segundo Duran et al. (2014):

“(…) foi desenvolvido na Grã-Bretanha, na década de 1980, com a finalidade de apresentar a temática aos arqueólogos terrestres e integrar mergulhadores recreativos (não arqueólogos) aos trabalhos efetuados pelos arqueólogos-mergulhadores. Isso porque se constatou que esses mergulhadores interessados pelo tema, e que se envolviam com os projetos, representavam uma contribuição significativa nos trabalhos de campo da Arqueologia Subaquática, e também se transformavam em importantes agentes multiplicadores de conscientização e proteção dos sítios arqueológicos submersos (...)” (DURAN et al., 2014: 261).

O curso teve duração de quatro dias (15, 16 e 20 e 21 de agosto de 2018), sendo os dois primeiros realizados em Jundiaí, e os dois últimos em de Laranjal Paulista, ambos localizados no estado de São Paulo. Nos dois primeiros dias do curso foram apresentadas as principais diretrizes de seu conteúdo programático, com foco especial na segurança do mergulho. Além do acompanhamento explanatório da aula através da apresentação de slides, foram realizadas simulações por meio de “corrida a seco”, buscando, através da repetição de métodos de mapeamento de sítios, eliminar dúvidas e dar confiança aos mergulhadores em relação, principalmente, aos levantamentos por meio do método de trilateração da linha de base, levantamento perpendicular e por triângulos equiláteros (vd. **Figura 5.**) (RAMBELLI, 2003: 70-72).



Figura 5. Treinamento de métodos de coleta de dados – “corrida a seco”. **Fonte:** Gilson Rambelli, 2018

Esses exercícios foram realizados em ambiente confinado (piscina) visando à familiarização com o manuseio dos equipamentos sob as águas, principalmente o “esticar de trenas” que pode se tornar complexo em levantamentos submersos (**vd. Figura 6.**).

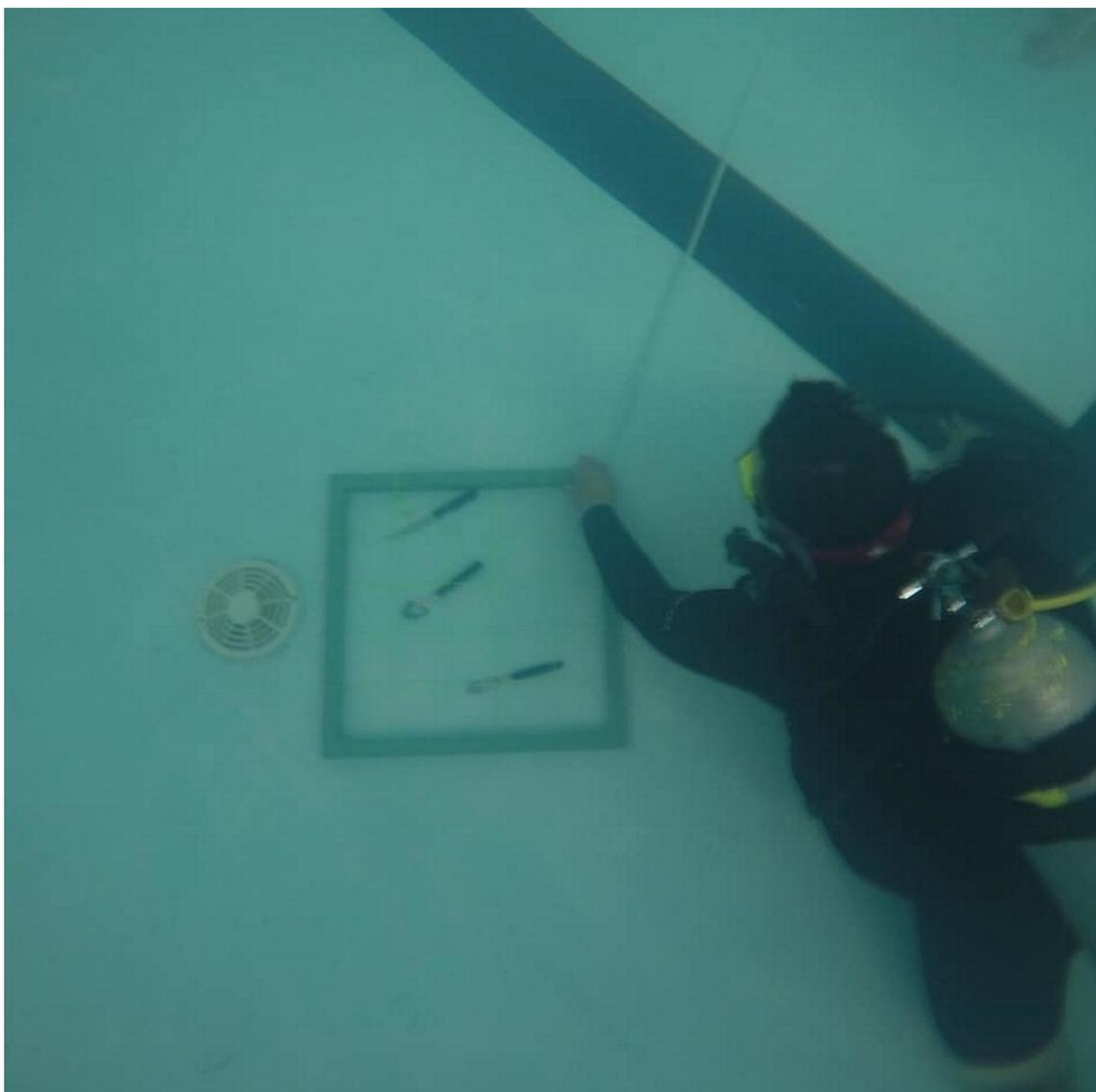


Figura 6. Utilização de um dos métodos de mapeamento de sítios, especificamente a trilateração. **Fonte:** Gilson Rambelli, 2018

Os exercícios em águas abertas foram obrigatórios para conclusão do curso para fins de certificação e registro. Foram realizados entre os dias 20 e 21 de agosto de 2018, em uma pedreira desativada (Pedreira Esmeralda) (**vd. Figura 7.**), hoje alagada, localizada na estrada do Britador, em Laranjal Paulista, estado de São Paulo.



Figura 7. Pedreira desativada em Laranjal Paulista/SP utilizada para os exercícios em águas abertas. Fonte: Luciana Bozzo Alves, 2018

Os exercícios desenvolvidos na pedreira alagada corresponderam aos mesmos que foram praticados na “corrida a seco” e também em ambiente confinado (piscina). Todos os equipamentos utilizados nas simulações ficaram alocados na margem, visando facilitar a equipagem dos arqueólogos/mergulhadores (vd. Figura 8.).

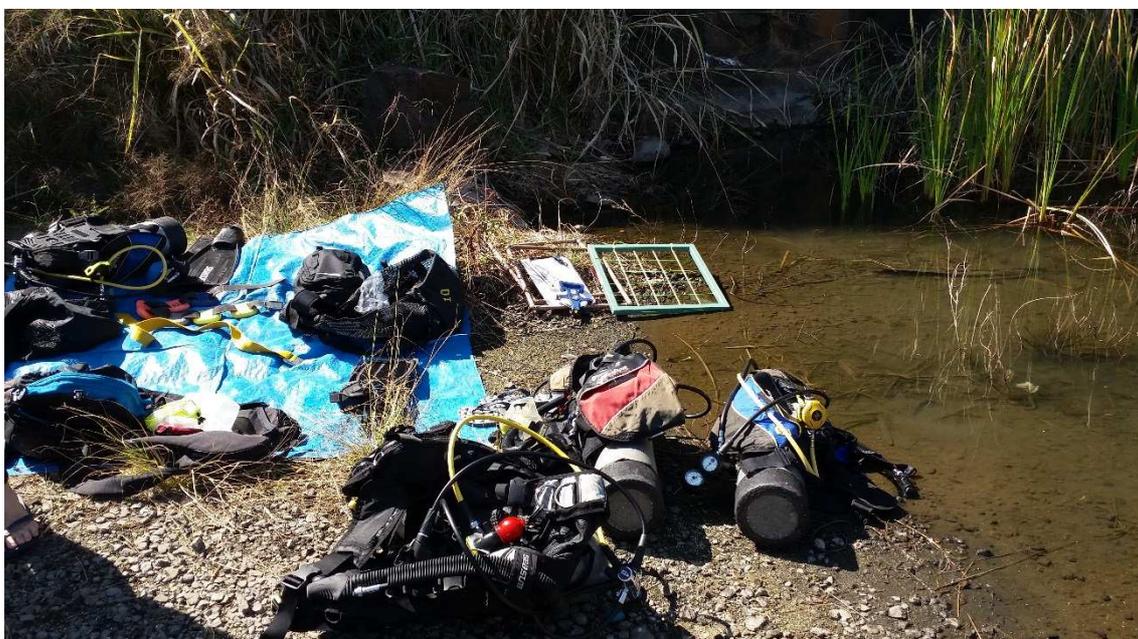


Figura 8. Equipamentos *scuba* já montados e materiais a serem utilizados nos exercícios: quadrículas, pranchetas e trenas. Fonte: Luciana Bozzo Alves, 2018.

Após um rápido “*briefing*” (vd. Figura 9.), nos equipamos e fomos em duplas realizar os exercícios anteriormente praticados. A água estava fria, com temperatura em torno de 18 graus Celsius, e a visibilidade bem abaixo de um metro, devido à intensa partículação de sedimento no local, potencialmente agravada pela presença de outros mergulhadores na área, visto a

utilização da mesma porção da pedra para outros treinamentos dentro do propósito de reciclagem técnica proposto pelo XXII Encontro de Líderes de Mergulho da NAUI.

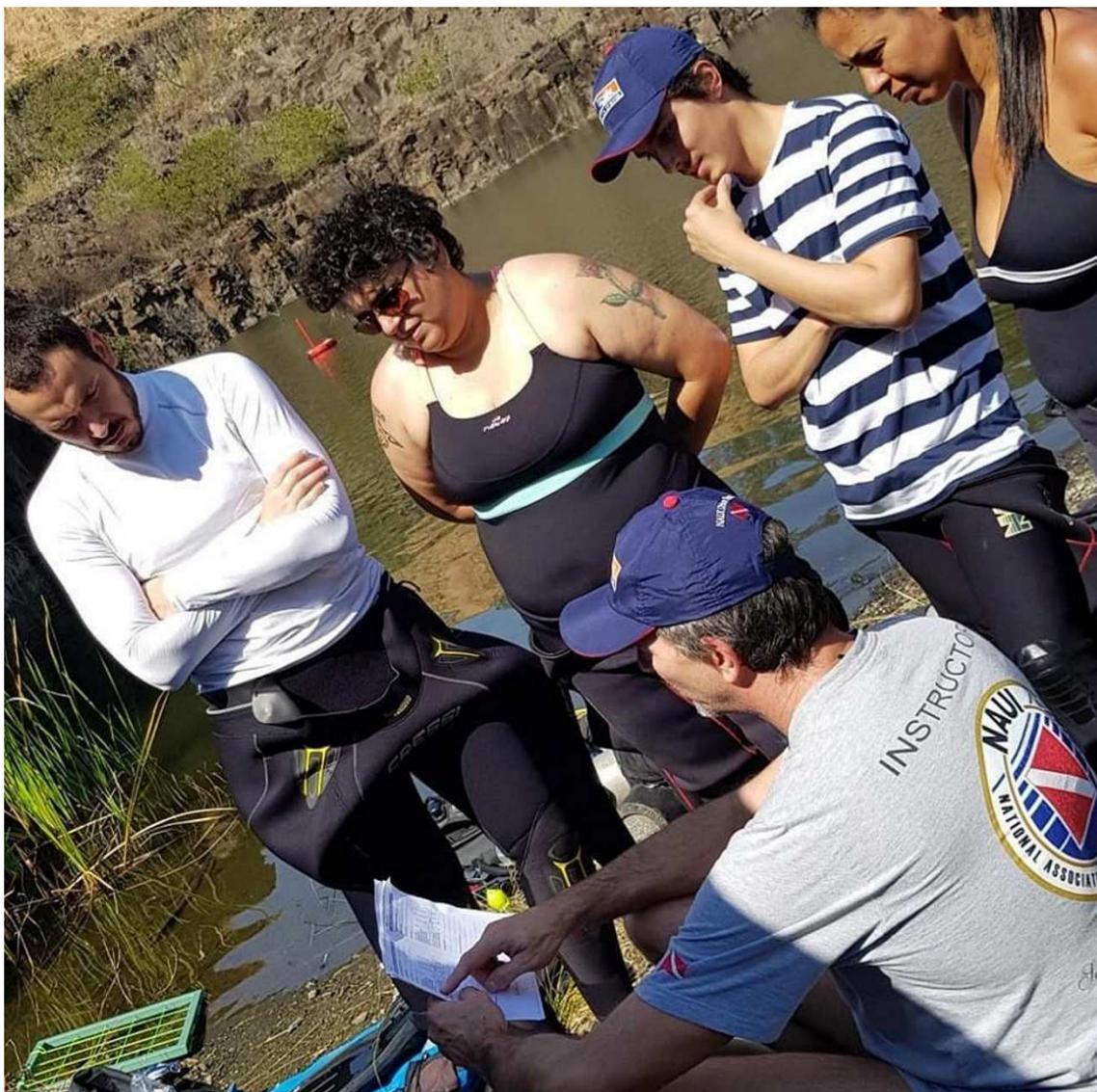


Figura 9. O professor Gilson Rambelli passando as últimas informações antes do início dos exercícios. Fonte: Alvanir Oliveira "Jornada", 2018

Destacamos que, entre os objetivos dos cursos expostos nesta reflexão, encontram-se a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos no bojo da prática arqueológica, através da possibilidade de especialização de competências voltadas ao estudo de ambientes aquáticos; a identificação e caracterização de contextos arqueológicos, de modo a colaborar com a elaboração de inventários e cartas arqueológicas que permitam detalhar e gerir um conjunto de recursos culturais. Da mesma forma, não se pode deixar de apontar que iniciativas dessa natureza constituem uma das maneiras de formar e qualificar recursos humanos que possam contribuir com a preservação e gestão do patrimônio arqueológico marítimo e subaquático. Entendemos que somente por meio da socialização, ou seja, da partilha de conhecimentos relativos ao patrimônio cultural subaquático, e através dos estudos possíveis a cargo da arqueologia de ambientes aquáticos, é que podemos desacelerar os processos de depredação e de retirada de suvenires dos sítios submersos.

Além disso, acreditamos que, por meio de cursos como esses apresentados, voltados à prática da arqueologia de ambientes aquáticos, novos pesquisadores e mergulhadores em geral poderão se engajar visando à preservação do patrimônio cultural subaquático.

7. Considerações Finais

Independente do quadro teórico adotado, o objetivo de um arqueólogo envolvido com o ambiente aquático será descobrir o máximo possível sobre o contexto submetido à investigação. Isso pode ser usado em conjunto com outras informações de natureza similar para obter um conceito mais amplo de sua significância junto ao sítio e, conseqüentemente, sua relevância em termos históricos amplos.

A arqueologia desenvolvida em ambientes aquáticos vem trilhando um longo caminho, desde meados do século XX, quando das primeiras pesquisas que conseguiram recuperar carregamentos de ânforas no mediterrâneo, até o presente, quando são promovidas discussões aprofundadas a respeito da *práxis* arqueológica e sobre qual a melhor abordagem para lidar com as questões teórico-metodológicas que marcam a disciplina. O caráter científico rigoroso que caracteriza as pesquisas em arqueologia de ambientes aquáticos permitiu a legitimação da prática da disciplina, e, à medida que novas metodologias e tecnologias são desenvolvidas e refinadas, torna-se possível obter uma compreensão mais completa do passado por meio de interpretações históricas e antropológicas do comportamento humano a partir dos dados provenientes das pesquisas em ambientes aquáticos (MEIDE, 2013: 15).

Nesse sentido, as mudanças de percepção diante da disciplina permitem que se vislumbre uma arqueologia de ambientes aquáticos preocupada tanto com o desenvolvimento e execução de projetos de pesquisa que busquem o avanço do conhecimento prático acerca do trabalho no meio aquático, quanto com métodos e técnicas de proteção e conservação do patrimônio arqueológico subaquático por meio do envolvimento e treinamento de profissionais especializados no campo, alcançando o maior público possível, informando-o e incentivando a participar de ações voltadas à proteção e interação com esse patrimônio.

Nesse ponto devemos destacar as iniciativas de cursos que objetivem capacitar arqueólogos que não detêm experiências em atividades de pesquisa em ambientes aquáticos, assim como mergulhadores e público leigo que demonstre interesse pelo patrimônio cultural subaquático. Diante dos desafios impostos pelas empresas que praticam a “caça ao tesouro”, ou mais particularmente, aos mergulhadores em geral que praticam a “coleta de *souvenir*” e, devido ao caráter não renovável desse patrimônio, ações como estas, aqui discutidas, ainda que pontuais, são extremamente relevantes, necessárias e urgentes.

Nesse sentido, destacamos a iniciativa da equipe do Projeto Rio Araguaia (UFG), que possibilitou o acesso de diversos interessados em uma arqueologia de ambientes aquáticos, propondo um módulo prático, ainda que em ambiente confinado (piscina), tornando palpável essa vertente arqueológica em uma cidade distante centenas de quilômetros do mar (Goiânia), mas, tão próxima do Rio Araguaia. Igualmente, o Projeto, em si, entende os rios como elementos estruturadores das sociedades que ocuparam e ocupam o atual território do estado de Goiás, construindo identidades e memórias. Por esse viés, é possível estabelecer um novo olhar para o potencial arqueológico dessa região do centro oeste do Brasil, apontando que ainda há muito a ser feito em prol das pesquisas arqueológicas nos rios e lagoas de Goiás.

Da mesma forma, o curso de arqueologia subaquática proposto pela NAUI Brasil vem preencher uma lacuna no currículo das credenciadoras de mergulho, buscando aproximar os mergulhadores das possibilidades investigativas acerca do patrimônio cultural subaquático.

As possibilidades de capacitação expostas acima buscam atribuir novos olhares ao patrimônio arqueológico submerso. Vem ao encontro das recomendações da UNESCO, e objetivaram instrumentalizar, ainda que genericamente, estudantes e pesquisadores na defesa do patrimônio cultural subaquático. Entendemos que somente agregando cada vez mais interlocutores interessados na defesa desse patrimônio, é que teremos alguma possibilidade de compreender aspectos relativos à vida social a bordo, técnicas construtivas de embarcações, rotas de comércio, entre outros. Todo esse empenho se deve a uma longa trajetória de retirada de artefatos dos sítios submersos, principalmente aqueles formados por restos de embarcações naufragadas. Sabemos que as pilhagens realizadas nessas embarcações são contemporâneas aos próprios naufrágios, e estiveram, por muito tempo, associadas à recuperação de cargas provenientes desses acidentes, seja em águas abertas ou nos muitos rios que rasgam os continentes.

Na maioria dos casos, ocorreram tentativas de resgate desse material, como nos sugere a própria Lei de Rodes (Lex Rhodia), datada de mais de dois mil anos. Essa lei descreve recompensas oferecidas aos mergulhadores em função da dificuldade do trabalho a ser executado, por exemplo, um terço dos bens retirados, caso a profundidade não passe de quinze metros, e metade deles, se alcançar vinte e sete metros de profundidade (BLOT *apud* RAMBELLI, 2002). Ou seja, é praticamente nula a possibilidade de naufrágios “intactos”, pelo menos em uma profundidade de até 30 metros. Profundidade essa onde a grande maioria dos mergulhadores recreativos atua, e onde, de acordo com notícias constantemente veiculadas na mídia, encontra-se grande quantidade de embarcações naufragadas. Dessa forma, cada artefato retirado de uma determinada embarcação naufragada reduz o poder informativo que um sítio arqueológico submerso poderá nos fornecer.

Mesmo com iniciativas como as que apresentamos no decorrer do texto, ainda existe uma lacuna entre os trabalhos desenvolvidos nas universidades e aquele desenvolvido por mergulhadores recreativos e comerciais no que diz respeito à percepção sobre o patrimônio cultural subaquático. O curso *Underwater Archaeology*, atualmente na grade de especialidades da NAUI Brasil, sem dúvida poderá propiciar a inclusão de profissionais em pesquisas arqueológicas realizadas sob as águas. Entretanto, um esforço grande ainda deve ser empreendido no sentido de mostrar a relevância e o poder informativo que os artefatos submersos têm na construção de narrativas associadas à formação da nossa sociedade. As certificadoras de mergulho no Brasil, excetuando-se a NAUI, não tem demonstrado, pelo menos até o momento, compromisso com o patrimônio cultural depositado sob as águas, quando, por exemplo, oferecem curso de mergulho em “Naufrágios” e permitem que em seu conteúdo conste a temática “Limpeza e conservação de artefatos”, incentivando a retirada de peças e impactando, de maneira negativa, através da depredação dos sítios arqueológicos de naufrágios.

O Brasil, por não ser signatário da Convenção da UNESCO de 2001, caminha, em nossa opinião, na contramão do mundo. Quando tantos países fecham suas portas às empresas “caçadoras de tesouros”, vemos nossa costa sendo pilhada. Entendemos que somente o constante diálogo entre os segmentos sociais é que pode provocar mudanças no quadro atual. Quanto mais oportunidades para a prática da arqueologia de ambientes aquáticos que não priorizem apenas a comunidade acadêmica, mas o público em geral, maiores serão nossas chances de agregar pessoas interessadas nessa preservação.

Por fim, buscamos apresentar sinteticamente, no decorrer do presente trabalho, algumas fundamentações teórico-metodológicas possíveis para a prática da arqueologia em ambientes aquáticos, além de exibir duas possibilidades de capacitação que os autores tiveram a oportunidade de participar no decorrer do ano de 2018. Nesse sentido, ratificamos que a preservação dos sítios arqueológicos submersos se mostra cada vez mais necessária. Na verdade, urgente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a equipe do Projeto Rio Araguaia: lugar de memórias e identidades, principalmente à Camila Moraes. Também agradecemos ao professor Gilson Rambelli e ao instrutor Alvanir de Oliveira "Jornada" (NAUI). À diretoria da Zanettini Arqueologia, pelo incentivo ao constante aprimoramento do fazer arqueológico. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores desta reflexão.

BIBLIOGRAFIA CITADA

BASS, George Fletcher - A plea for historical particularism in nautical archaeology. In GOULD, R. A. (ed.) **Shipwreck anthropology, School of American Research**. University of New Mexico Press, 1ª Edição, 1983. ISBN 082630687X.

BLOT, Jean-Yves - O mar de Keith Muckelroy: O papel da teoria na arqueologia do mundo náutico. In **Al-madan**. ISSN 0841-066X. IIª série, nº 8, (1999), p.41-53.

BRAUDEL, Fernand - **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. 1ª Edição: São Paulo: EDUSP. 2016. ISBN 788531415364.

FONTENOY, Paul - A discussion of maritime archaeology. In BABITS, L.; TILBURG, H. (eds.) **Maritime Archaeology – A reader of substantive and theoretical contributions**. Plenum Press, New York. Editors: Babits, Lawrence E., Van Tilburg, Hans (eds.), 1998, p. 47-52. ISBN 978-1-4899-0084-5.

GOULD, Richard Allan (ed.) - **Shipwreck anthropology**. Series: School for Advanced Research Advanced Seminar Series, University of New Mexico Press, 1983a. ISBN-10 1938645049.

GOULD, Richard Allan - The archaeology of war: Wrecks of the Spanish Armada of 1588 and the Battle of Britain, 1940. In GOULD, R. A. (ed.) **Shipwreck anthropology**. School of American Research, University of New Mexico Press, 1983b. ISBN-10 1938645049.

GREEN, Jeremy - **Maritime Archaeology. A Technical Handbook**. Elsevier Academic Press, 2004. ISBN 0-12-298632-6.

MCGRAIL, Sean - **Boats of the world: From the stone age to medieval times**. Oxford University Press, Oxford, 2004. ISBN-10 0199271860.

MUCKELROY, Keith - **Maritime Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press (New Studies in Archaeology), 1978. ISBN-10: 0521293480.

NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY - **Underwater Archaeology. The NAS Guide to Principles and Practice**. 2ª Edição. United Kingdom: Nautical Archaeology Society. Editor Amanda Bowens. 2009. ISBN 978-1-4051-7592-0.

RAMBELLI, Gilson - **Arqueologia até debaixo d'água**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Amaranta, 2002. ISBN 85-87563-02-5.

RAMBELLI, Gilson - **Arqueologia Subaquática em Cananéia**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Prismas, 2016. ISBN 978-85-5507-135-5.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BASS, George Fletcher - The Development of Maritime Archaeology. [Em Linha]. In FORD, Ben; HAMILTON Donny L.; CATSAMBIS, Alex (orgs.) **The Oxford Handbook of Maritime Archaeology**. Oxford University. 2012. [Consultado em 18.04.2018]. Disponível na [www:<URL: http://oxfordindex.oup.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199336005.013.0000>](http://oxfordindex.oup.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199336005.013.0000). e-ISBN 9780195375176.

DURAN, Leandro Domingos - Arqueologia subaquática ou arqueologia marítima? definindo conceitos, contextualizando práticas e assumindo posições. [Em Linha]. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol. 6, número 2, 2012, p. 07-34. [Consultado em 15.04.2018]. Disponível na [www:<URL: https://seer.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/10628/8155>](https://seer.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/10628/8155). ISSN (online) 2316-9699.

DURAN, Leandro Domingos; CAMARGO, Paulo Fernando Bava; RAMBELLI, Gilson; CALLIPO, Flávio Rizzi [Em Linha] - Educando Embaixo D'Água: o ensino de arqueologia subaquática no Brasil (1992-2014). In **Habitus, Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**. Vol. 12, número 2, 2014, p. 257-270. [Consultado em 21.04.2018]. Disponível na [www:<URL: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4080/2331>](http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4080/2331). ISSN (online) 1983-7798.

MEIDE, Chuck - **The Development of Maritime Archaeology as a Discipline and the Evolving Use of Theory by Maritime Archaeologists**. [Em Linha]. 2013 [Consultado em 11.04.2018]. Disponível na [www:<URL: https://www.academia.edu/4376520/The_Development_of_Maritime_Archaeology_as_a_Discipline_and_the_Evolving_Use_of_Theory_by_Maritime_Archaeologists>](https://www.academia.edu/4376520/The_Development_of_Maritime_Archaeology_as_a_Discipline_and_the_Evolving_Use_of_Theory_by_Maritime_Archaeologists).

SOMMER, Isger Vico - **The development of underwater archaeology in the Bay of Cadiz**. [Em linha]. 2012 [Consultado em 15.04.2018]. Disponível na [www:<URL: http://docplayer.net/72047082-Maritime-archaeology-assignment-course-master-thesis-semester-4-th-semester-spring-summer-name-isger-manuel-vico-sommer.html>](http://docplayer.net/72047082-Maritime-archaeology-assignment-course-master-thesis-semester-4-th-semester-spring-summer-name-isger-manuel-vico-sommer.html).

O «QUINTO PODER»: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA IMPrensa PORTUGUESA NO FINAL DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Miguel Ribeiro Pedras

Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa

migpedras@gmail.com

O «Quinto Poder»: subsídios para o estudo da imprensa portuguesa no final da monarquia constitucional

Miguel Ribeiro Pedras

Historial do artigo:

Recebido a 15 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

RESUMO

Neste artigo procurou criar-se uma sùmula sobre a História da Imprensa portuguesa no final do século XIX e princípios do século XX. Aqui pretendemos revelar a importância da imprensa finissecular, que conquistou um espaço singular no quotidiano de uma sociedade que se formava cultural, política e até moralmente através das páginas dos jornais. De como esses mesmos periódicos eram manipulados pelos detentores do poder político e do poder financeiro, fosse para captar votos e simpatias partidárias, fosse para lucrar. E de como a lei era usada como arma para restringir a liberdade de imprensa.

Para este trabalho, que se enquadra num período cronológico que corresponde, sensivelmente, aos reinados de D. Carlos (1889-1908) e D. Manuel II (1908-1910), reuniu-se aquilo que de mais relevante se escreveu sobre esta matéria. Procurámos construir um texto historiograficamente cuidado, onde se expõe os principais conceitos e mais relevantes temáticas deste tópic, com o intuito de fornecer ferramentas a conhecedores, mas fundamentalmente a desconhecedores da História da Imprensa, para que sobre ela possam reflectir e trabalhar.

Palavras-chave: História da Imprensa, Jornalismo, Monarquia Constitucional, Opinião Pública, Censura

ABSTRACT

The purpose of this article is to create a summary of the History of the Portuguese's Press in the late 19th and early 20th century. Here we intend to reveal the importance of the press on those same periods, which conquered a singular space in the daily life of a society that was formed culturally, politically and even morally through the pages of the newspapers. We intend to show how these same newspapers were manipulated by the holders of political power and financial power, whether to capture votes and partisan sympathies, or to profit. And how the law was used as a weapon to restrict the press's freedom.

For this work, which falls within a chronological period that corresponded sensibly to the reigns of D. Carlos (1889-1908) and D. Manuel II (1908-1910), we gathered the most relevant pieces written on this subject. Our aim was to construct a careful historiographical text, where the main concepts and the most relevant themes of this topic are presented, with the aim of providing

tools to the connoisseurs, but fundamentally to the strangers to the History of the Press, so that they can reflect and work on it.

Key-words: History of the Press, Journalism, Constitutional Monarchy, Public Opinion, Censorship

1.Introdução: Do que foi feito e do que falta fazer

Parece consensual o papel que a imprensa tomou no virar do século XIX para o XX, tal como a relevância da profissão de jornalista para compreender essa mesma sociedade e as suas transmutações no dealbar do século passado, onde, como dizia Hegel, «o jornal era a oração diária do homem moderno» (*Apud RAMOS, 1994: 43*).

Todavia, apesar dos múltiplos estudos que vêm surgindo, existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de melhor esclarecer a história do jornalismo e a dimensão do seu percurso na própria história do país. Isabel Nobre Vargues reflecte sobre esta questão na sua “Nota de Apresentação”, à obra de Mário Matos Lemos, *Jornais Diários Portugueses do século XX*:

«Os estudos sobre a história do jornalismo e dos jornalistas, a história da imprensa, a história da comunicação e da informação e, mais recentemente, os estudos sobre a história dos media têm conhecido um impulso crescente, em vários países, em particular desde os últimos anos do século passado. (...) reconhece-se ainda a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre essa história, a qual se deve iniciar com um melhor conhecimento sobre o processo de construção e de afirmação do jornalismo, em curso desde os fins do século XIX.» (VARGUES, 2006: 7).

Na sua análise, Isabel Nobre Vargues presta particular atenção ao caso português, referindo que o estudo da imprensa é algo recente, tendo vindo, porém, nos últimos anos do século XX e já no século XXI, a conhecer um considerável crescimento. O primeiro historiador a debruçar-se seriamente sobre a temática foi José Tengarrinha num artigo sobre a “Imprensa”, publicado no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. A ele, seguiram-se outros, como José Manuel Motta de Sousa e Lúcia Maria Mariano Veloso, com a *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*, na qual «para além da valiosa informação bibliográfica sobre os temas da imprensa periódica, do jornalismo e dos jornalistas, se publicou um mapa do movimento anual da imprensa periódica entre 1897 e 1983» (VARGUES, 2006: 10). Tengarrinha viria de novo dar o seu importantíssimo contributo para o estudo dos media com o seu livro sobre a *História da imprensa periódica portuguesa*. Apesar de a sua primeira edição datar de 1965, esta continua a ser uma obra de referência para quem se propõem estudar a evolução da imprensa na História de Portugal. No que diz respeito ao artigo que aqui publicamos, esta revelou-se particularmente útil, uma vez que explora exemplarmente o período por nós tratado.

Nesta panóplia de estudos, não deveremos esquecer os contributos de Rocha Martins através da *Pequena história da imprensa portuguesa*, mas também de autores como Isabel Nobre Vargues, Mário Mesquita, José Miguel Sardica, José Augusto dos Santos Alves, entre outros. Em 1994, o historiador Rui Ramos, daria igualmente uma importante contribuição para a história da imprensa, ao retratar “A Nação Intelectual” na obra *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Neste texto, Rui Ramos ilustra o mundo da imprensa no fim da monarquia, dando particular destaque à sua politização. Esta, chamada de “imprensa imunda”, atacava despreocupadamente os seus

opponentes, humilhando-os e caricaturando-os. Em 2007, Luís Trindade, no seu livro, *Primeiras Páginas O Século XX nos Jornais Portugueses*, faz uma interessante abordagem sobre o papel dos jornais no seio da sociedade, demonstrando que nesta moldada ao sabor da modernização vivida no século XIX, também o Homem comum podia participar, dando origem a «um jornal feito por todos» (TRINDADE, 2007: 12).

A imprensa é um importante utensílio para qualquer historiador da época contemporânea, uma vez que nos jornais é possível «colher a notícia dos acontecimentos, a informação mais ou menos especializada ou mesmo verificar a omissão da informação, a actualidade, a opinião, o combate que todos os dias alimentaram a opinião pública e redefiniram o espaço público no século XX.» (VARGUES, 2006: 17). Porém, farão os historiadores uso deste tão importante utensílio de trabalho? Tengarrinha, que faleceu recentemente, deixou-nos um último testemunho para a história do jornalismo com o livro *Nova História da Imprensa Portuguesa: Das origens a 1865* onde nos alerta para o facto, já mencionado, de que «durante muito largos anos, em Portugal, considerou-se o jornalismo como um género menor, *a latere* da literatura, muito pouco a sua história preocupando os nossos investigadores históricos ou literários, embora eventualmente pudessem recorrer a ele como fonte» (TENGARRINHA, 2018: 16). De facto, a história da imprensa não está ainda totalmente desenvolvida e muitas vezes os investigadores optam por não consultar periódicos, preferindo outro tipo de fontes, como cartas, memórias, diários ou documentos oficiais. Sendo poucas as obras que utilizam a imprensa como fonte, são ainda menos aquelas que a utilizam como objecto de estudo. Ainda assim, mais recentemente, começam a ser publicados trabalhos que fazem de jornais e revistas a fonte principal, em torno dos quais se aborda um qualquer momento da nossa história. É o caso, por exemplo, de *O Século na Crise do Ultimato*, onde Ricardo José Gouveia, faz uma análise do jornal em 1890, focando-se num eventual *agenda-setting* procurando “medir” a influência d’ O Século junto dos seus leitores. Ou o trabalho de Noémia Malva Novais, *Imprensa e I Guerra Mundial: censura e propaganda 1914-1918*, (que foge à nossa baliza cronológica, mas merece menção) onde se procura compreender, em período de guerra, de que forma a imprensa era instrumentalizada pela política. E ainda, a importância da imagem, que se foi proliferando nos meios de comunicação e que, tal como as palavras, podia servir um propósito muito claro, mesmo que o leitor fosse alheio a tal objectivo (1). Sobre este tema fala-nos Leonor Pires Martins no seu volume: *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*.

Contudo, nas prateleiras nacionais, rareiam os trabalhos sobre os jornais mais lidos e influentes da época. É certo que menções, citações e notas de rodapé em torno do *Diário de Notícias* e *O Século* são recorrentes, tratam-se dos periódicos que mais atenção recebem dos historiadores, por terem sido, também, os mais folheados naquele *fin de siècle*. Não existe, porém, ainda, uma “biografia”, isto é, um estudo aprofundado e crítico sobre o *Diário de Notícias* ou sobre o *Século*.

Rareiam igualmente trabalhos acerca da história da imprensa regional que, tem ainda pouca expressão na historiografia lusa. Já na imprensa dos dois grandes centros urbanos, Lisboa e Porto, ainda que com bem mais destaque e, obviamente, maior número de tiragens, estão por estudar jornais com elevado reconhecimento como por exemplo *O Novidades* e o *Diário Ilustrado* de Lisboa ou o *Comércio do Porto* e o *Primeiro de Janeiro*, da cidade invicta. Também muitas das figuras que fundaram o jornalismo português encontram-se ainda hoje na penumbra do esquecimento. Ainda que alguns directores de jornais e jornalistas nos tenham deixado memórias e testemunhos (2), fundamentais para o estudo da profissão que exerceram e da época em que viveram, as biografias sobre estes homens escasseiam nas nossas bibliotecas e livrarias.

Perante tal cenário, é relevante salientar a cada vez maior facilidade de acesso aos periódicos portugueses. Tanto a Biblioteca Nacional como a Hemeroteca Municipal de Lisboa raramente colocam entraves à sua leitura, salvo em casos de grande degradação dos jornais. Neste domínio, ambas as instituições têm desenvolvido um esforço de preservação deste importante património, mas nem sempre com sucesso, existindo ainda uma série de periódicos em estado de deterioração, não podendo, por isso, ser consultados. Ainda assim, cada vez mais jornais vão sendo digitalizados ou colocados à nossa disposição na internet, facilitando a pesquisa aos investigadores.

1.1. Imprensa e Sociedade

Desde meados do século XIX que a imprensa ocupava um lugar de singular destaque em Portugal. Ainda que a taxa de analfabetismo fosse elevada, com cerca de 74% da população portuguesa, em 1900, sem saber ler nem escrever (MARQUES, 1991: 519), os jornais, lidos em privado ou em público, começaram a ser parte indispensável no quotidiano do país. Havia por isso o hábito, geralmente em vilas e aldeias, da leitura em voz alta, fosse no café ou na praça para os amigos, ou até, em casa para a família (MARQUES, 1991: 600). Costume este que se revelava fundamental para a formação da população analfabeta, uma vez que os jornais e revistas, como meio privilegiado de transmissão cultural, «cumpriam um papel decisivo na difusão de notícias e conhecimentos, mesmo entre os iletrados» (CASCÃO, 2011: 229).

Por sua vez, nas zonas urbanas, onde se concentrava grande parte da elite intelectual do país, a leitura em silêncio, feita no recato do lar, começava gradualmente a implementar-se (VAQUINHAS, 2011: 15). Sendo o analfabetismo entre as mulheres de cerca de 80% (MARQUES, 1991: 519), ler o jornal era essencialmente um acto masculino, «a oração matinal do homem moderno», como declarou Hegel, tida aliás como «uma forma de participação na vida pública» (VAQUINHAS, 2011: 15). Por vezes, esta participação não se ficava pela leitura. O jornalismo em mudança permitia, ao simples leitor, a função de colaborar com o jornal, informando-o de acontecimentos relevantes que seriam assim divulgados ao restante público (TRINDADE, 2007: 12). Em algumas circunstâncias parecia haver mesmo uma incumbência civilizadora, na qual o «homem moderno» tinha a obrigação de esclarecer e educar os leitores, uma vez que os jornais existentes nem sempre satisfaziam essa necessidade. Foi o caso de Ramalho Ortigão, que idealizara uma revista dedicada à *América Latina* (CASTILHO, 1983: 558-559) ou de Eça de Queirós que sonhara uma *Revista de Portugal*, exemplo paradigmático do papel da *intelligentsia* portuguesa no mundo da imprensa. Um ano antes da fundação da *Revista de Portugal*, em 1888, são publicados *Os Maias*, onde já Eça e Carlos ambicionavam «uma revista que dirigisse a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização, remoçasse o carunchoso Portugal...» (QUEIRÓS, 2005: 529) ou, recordemos igualmente, *A ilustre Casa de Ramires*, onde também o «Fidalgo da Torre» rabisca uma novela histórica para os «Anais de Literatura e de História, revista nova, fundada por José Lúcio Castanheiro» (QUEIRÓS, 1982: 39).

Apenas através dos jornais se daria a conhecer a sua revista, e Eça sabia-o bem. Em carta datada de 12 de Março de 1889, José Maria Eça de Queirós pede a Emídio Navarro, director do periódico *As Novidades*, que este faça, no seu jornal, propaganda à sua futura publicação (CASTILHO, 1983: 575). Também no jornal *O Tempo*, dirigido pelo seu amigo e membro dos *Vencidos da Vida*, Carlos Lobo d'Ávila, é feito o anúncio do nascimento da *Revista de Eça*, onde era apresentado o programa da revista. Aí, o escritor português, clarificava aos leitores que espaço, cultural e social, pretende ocupar, comunicando que:

«Portugal é actualmente na Europa o único país que não possui uma REVISTA - uma publicação onde, além de se apresentarem criações da imaginação no Romance e na Poesia, resultados da

investigação na Ciência e na História, trabalhos de Crítica Literária e de Crítica artística, se estudem, com desenvolvimento e adequada competência, os assuntos que genericamente se prendem com a Política, com a Economia, com as Instituições, com os Costumes, com todas as manifestações dum organismo social.» (QUEIRÓS, 1889: 1).

De influência inglesa e francesa (3) esta revista efémera seria apenas mais uma de entre as centenas de publicações portuguesas. De facto, cada vez em maior número, ainda que maioritariamente sediados em Lisboa e Porto, os periódicos portugueses, no início do século XX, eram já mais de quatrocentos (RAMOS, 1994: 48). Sendo que, no último ano de oitocentos, em todo o Império e no estrangeiro, a imprensa de língua portuguesa (4) alcançava os 583 periódicos (*Apud* ARANHA, Brito, TENGARRINHA, 1989: 233). Não deixa de ser interessante notar que, apesar deste número crescente de jornais, Eça de Queirós não achasse em Portugal qualidade na imprensa, que, como diplomata, encontrava lá fora. Filho de Almeida ajuda-nos a compreender a angústia de Eça. Conta-nos o autor *d'Os Gatos* que «o repórter português não corresponde nitidamente ao repórter do jornalismo lá de fora», segundo Fialho, os repórteres eram incultos, incapazes de escrever uma linha com estilo e de articular num parágrafo qualquer tipo de crítica (ALMEIDA, 1986: 139). A posição como jornalista «permite-lhe o gozo de imunidades de que ele abusa, e dá margem a exorbitâncias profissionais de que ele se vangloria» (ALMEIDA, 1986: 139). Mas Fialho de Almeida explica: O chefe de redacção dedicado à política, raramente lê o que o repórter escreve, e este, atolado em trabalho, pois «é o repórter afinal quem faz o jornal», aproveita, por se achar indispensável, para imprimir as suas opiniões no periódico que pouco dinheiro lhe paga (ALMEIDA, 1986: 140). Na hierarquia da redacção havia ainda os informadores. Abaixo dos repórteres, estes desempenhavam um papel fulcral para a publicação, procurando notícias e tirando nota de discursos. Ainda que fosse o cargo mais baixo do meio jornalístico, servia para os inexperientes se iniciarem e eventualmente singrarem na carreira (BAPTISTA, 2012: 70).

Perante este jornalismo e um país moribundo, tanto Eça como a geração à qual pertencia exigiam uma «grande revolução cultural que transformasse as mentalidades, a sociedade e a política, e que finalmente sintonizasse o país com um novo ideal de cidadania consciente, democrática e participativa» (SARDICA, 2009: 18), algo bem patente, não apenas no programa da *Revista de Portugal*, como também na sua obra literária.

Nos finais de oitocentos, quem pretendia notabilizar-se na escrita, ou até mesmo viver dela, era imperativo fazê-lo nos jornais (RAMOS, 1994: 47). Esta «migração» de intelectuais para a imprensa alteraria significativamente o rumo que o jornalismo até aí tomara.

«Todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica, ao contrário do que acontecera, como vimos, nos séculos XVII e XVIII. Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos, além de melhor apresentação gráfica, sejam redigidos correctamente e num estilo cada vez mais individualizado» (TENGARRINHA, 1989: 191).

Desta forma, o estilo descuidado que marcara os primórdios do jornalismo era posto de parte, dando lugar a uma escrita mais fluida e pensada, indissociável dos novos jornalistas. Mas também esta elite devia algo ao jornalismo, uma vez que «a situação portuguesa no último quartel do século XIX deve ser compreendida em termos da existência no País de uma classe intelectual cuja influência era garantida pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massas» (RAMOS, 1994: 67).

A par da evolução no estilo jornalístico, o próprio grafismo e impressão deram um salto qualitativo. A modernização quer das tipografias, quer das vias de comunicação permitiriam que

aos poucos a imprensa alcançasse o interior do país (TENGARRINHA, 1989: 233), baixando também o seu custo de porte, factor que encarecia as publicações, sendo por isso costume nas zonas rurais a partilha do jornal, que passava de mão em mão (CASCÃO, 2011: 230).

Pioneiro, o *Diário de Notícia (DN)*, fundado em 1865, inauguraria uma nova forma de se noticiar, abandonando as colunas opinativas e dando lugar a artigos puramente noticiosos. O seu baixo preço (10 réis) tornava-o acessível aos leitores mais desfavorecidos e, ao contrário dos restantes jornais portugueses, não tinha quaisquer tipos de tendências ou filiações partidárias. Na verdade, o *Diário* seguia as inovações jornalísticas que estavam a ocorrer na Europa e Estados Unidos. Na América a «revolução» dos *penny papers* (5), nos anos 1830, dera início a este jornalismo barato e acessível a toda a população (SCHUDSON, 1981: 17). O velho continente seguiria pelo mesmo caminho (6).

De facto, quando o *DN* surgiu, o jornalismo português estava longe de ser autónomo e abrangente. Feito essencialmente por políticos e escritores, a imprensa era uma forma de servir os seus intentos, ou seja, de se fazer política ou literatura (TRINDADE, 2007: 11). Esta nova forma de abordagem tinha um claro propósito, o lucro. Eduardo Coelho, fundador deste diário sabia que para obter rendimento teria que criar em quantidade e qualidade, possibilitando o seu acesso a todas as bolsas e agradando as diferentes classes sociais «e todas as inteligências» (TENGARRINHA, 1989: 266). Obtinha assim um extenso público o que possibilitava baixar o preço de venda. Outro incontornável factor que fazia, e muito, diminuir os preços dos diários e semanários advinha do lucro proporcionado pela publicidade. Segundo José Manuel Tengarrinha:

«Comparando com a imprensa estrangeira, em 1879 vemos que os jornais populares portugueses se encontravam em terceiro lugar entre os jornais europeus que mais anúncios publicavam: em cada número do *Times* chegava a haver 4000 anúncios; no *Tagblatt*, de Viena, 1000; e no *Diário de Notícias* chegou a atingir o número de 600» (TENGARRINHA, 1989: 225-226).

O *Diário de Notícias* seria, sem dúvida, o modelo para os futuros jornais portugueses. Por fazer da publicidade a sua maior fonte de receita. Em Dezembro de 1907, o próprio *Diário* explicava que, ainda que o papel de cada exemplar fosse menos de dez réis (que era o preço de venda ao público do jornal), havia ainda os custos da sua «composição, impressão, redacção, administração, distribuição, venda, selagem, e estampilhagem». O segredo para o sucesso é revelado: unicamente com a publicidade se poderia manter um preço baixo e permitir que os leitores do *Diário de Notícias* adquirissem um exemplar «por menos da quinta parte do que ele nos custa» (Cit. por TENGARRINHA, 1989: 226).

As inovações implementadas por este periódico transformariam a imprensa portuguesa. O jornalismo passava, assim, a ser um ofício de uma indústria, como qualquer outra. O número de proprietários cresceu, tendo apenas o lucro como objectivo final. As notícias eram um simples meio para alcançá-lo. O jornal, desta forma, desempenharia um factor fulcral no desenvolvimento do capitalismo, dando a conhecer a um vasto número de consumidores os produtos à venda no mercado (TRINDADE, 2007: 21). Ainda que em Lisboa a indústria dos jornais funcionasse sem problemas maiores, onde uma larga população letrada permitia a sobrevivência dos periódicos, no interior a imprensa teria uma vida mais dificultada, principalmente os periódicos ligados à esquerda política, que tinham menos procura.

Não obstante, estendendo-se a grande parte do país, a folha impressa, fosse ela opinativa ou noticiosa, torna-se, junto da população, um veículo privilegiado de comunicação e saber. Porém, grande parte da imprensa não constituía apenas um noticiário. Compreendida a sua influência, esta rapidamente funcionaria como arma de intervenção, uma espécie de fórum público de

debate da vida nacional (TENGARRINHA, 2001: 11). Assim, auto-designados de «quinto poder» os jornais desempenhavam um papel imprescindível para o construir de uma opinião pública. Moldavam uma sociedade que cada vez mais se interessava pela vida política não só do seu país, mas também do mundo. Daqui advém a importância das agências de notícias, fundadas nesse mesmo século, como a Havas, a Reuters ou a Wolf, que tirariam o melhor partido da expansão do telégrafo, ligando os países da Europa, mas chegando também à América, Ásia e às colónias africanas (TRAQUINA, 2007: 24). O poder de influência da imprensa sob a sociedade era notório, devido à sua função civilizadora era imperativo educar o trato e cultivar o bom gosto, sugerindo leituras e ideias (SANTANA, LOURENÇO, 2011: 254). A sua relevância no moldar na opinião pública, demonstrara-se essencial, por exemplo, para a melhor aceitação da monarquia constitucional, dando a compreender às gentes do reino as novas vertentes do Estado liberal, tão divergentes dos antigos costumes (TENGARRINHA, 2006: 170).

Em 1895, os jornais de Lisboa, conscientes do valor que detinham e desconfiados de que contribuíssem para o elevado número de suicídios, acordaram diminuir a publicação de tais notícias. «Pouco tempo depois, constataram com satisfação que as ocorrências diminuíssem» (RAMOS, 1994: 53). Era a prova do seu poderio.

1.2. Imprensa e Política

Os jornais viviam, nos finais da monarquia, uma grande liberdade de expressão e não hesitavam em usá-la da forma que lhes fosse mais conveniente. Ainda que no princípio do século, França Borges, fundador e dirigente do eminente jornal republicano *O Mundo*, recriminasse «as constantes perseguições aos jornalistas, as apreensões arbitrárias de ‘folhas legalmente habilitadas’, os assaltos às redacções, e as pressões exercidas sobre os jornalistas, reduzidos a ‘autómatos inconscientes do juiz Veiga’ (a figura cimeira do repressivo aparelho policial português)» (SARDICA, 2000: 36), longe ia o tempo da repressora e efémera «Lei das rolhas», de Costa Cabral. Na verdade, os jornais nunca abandonaram os discursos apaixonados ou as críticas ferozes que os caracterizavam. E bem cedo os partidos políticos souberam tirar proveito da eficaz arma que era a imprensa e da liberdade de expressão que ela permitia.

De facto, na sua maioria os jornais estavam intimamente ligados a um partido, fazendo ecoar pela sociedade, através das suas folhas, a mensagem da força política que apoiavam. Mais, «os jornais pareciam tão poderosos que a principal organização dos partidos políticos eram os seus jornais, com a redacção a servir de sede» (RAMOS, 1994: 53).

E se é verdade que um escritor que se quisesse notabilizar não poderia deixar de escrever num periódico, também os políticos pareciam seguir a mesma lógica. Uma vez mais, Eça de Queirós, ilustra bem esta realidade na sua obra. Em *A ilustre Casa de Ramires*, José Lúcio assegurava a Gonçalo Ramires que «de folhetim em folhetim, se chega a S. Bento! A pena agora, como a espada outrora, edifica reinos» (QUEIRÓS, 1982: 15). Desta forma, o homem político não podia deixar de se imiscuir no mundo jornalístico. «No confronto de ideais e nas rupturas de regimes, os políticos eram o cerne, mas também o alvo preferencial, da opinião pública positiva ou destrutiva, plasmada nas colunas da imprensa periódica. Sujeitos à crítica, ora promoviam ondas de veneração, ora suscitavam ódios exacerbados» (SILVA, 2011: 414). De resto:

«O senso comum ditava algumas regras à elaboração e organização da folha impressa. A primeira página era em geral preenchida não apenas com as notícias de maior destaque, mas também com os editoriais. Estes ocupavam, não raras vezes, a primeira coluna do jornal, à esquerda. Local privilegiado, uma vez que é para onde o leitor dirige, usualmente, a sua atenção.

A escolha do título também não era feita ao acaso pois esta influenciava mais uma vez as opções de leitura. Estes pormenores não devem ser alheios a quem faz uma análise da imprensa política. Os tons conferidos às notícias, bem como a escolha das palavras, permitem-nos tirar algumas conclusões face às posições tomadas pelos partidos políticos através dos seus periódicos» (PEDRAS, 2016: 40).

Segundo Carla Baptista, o tratamento das questões políticas nos jornais fora desde cedo considerado uma função especial. O artigo de fundo era em geral redigido pelo director do periódico, um jornalista da sua confiança ou até ditado pelo próprio líder do Partido. (BAPTISTA, 2012: 22). É importante salientar que, ainda que um líder partidário necessitasse do seu periódico para, em certa medida, sobreviver no mundo político (publicitando-se a si e ao seu Partido e atacando os adversários), também o jornal estava dependente deste chefe para sobreviver no mundo jornalístico. Não apenas pelas suas directrizes e opiniões políticas, mas também pelo capital inicial, no momento da fundação da publicação ou em casos de dificuldade financeira e, claro, pela obtenção de notícias oficiais sempre que o Partido estivesse no poder (SCHUDSON, 1981: 15).

Talvez o melhor exemplo dessa relação mútua de interesses entre força política e folha impressa sejam os líderes republicanos, todos eles dirigentes de jornais ou de alguma forma ligados a uma redacção. O Partido Republicano fora, aliás, o que maior proveito tirou da imprensa, agarrando-se fortemente ao descontentamento social finissecular que se arrastou até à centúria de novecentos. Segundo Alberto Pena Rodríguez, a proclamação da República espanhola em 1873, impulsionaria a imprensa republicana portuguesa, aumentando o seu volume e propagando as suas ideias (RODRÍGUEZ, 1996: 362). Por seu lado, Jorge Couto crê que também a implantação da Terceira República Francesa, igualmente na década de setenta, a par com a vizinha Espanha, teria um papel fundamental no aprofundar dos sentimentos anticlericais e laicizantes, concluindo que «em Portugal, as primeiras repercussões dos acontecimentos em França verificaram-se sobretudo nos meios académicos e intelectuais com reflexos na imprensa» (COUTO, 2011: 11).

Na década seguinte, em 1880, era fundado aquele que seria um dos mais activos diários da causa republicana. *O Século* (7), sob alçada de Sebastião de Magalhães Lima, revelar-se-ia inovador, dando à sua primeira página o aspecto apelativo conferido apenas a cartazes de propaganda (RAMOS, 1994: 50). Peremptório e incansável nos ataques à monarquia, *O Século* conseguiria, graças à publicitação da sua índole marcadamente republicana, uma vasta popularidade (GOUVEIA, 2010: 47), alcançando um papel crucial junto da opinião pública e servindo como «catalisador de muita da perturbação política social e cultural que se viveu em Portugal durante o ano de 1890» (GOUVEIA, 2010: 140). A adesão a esta publicação era de tal forma sólida que, quando em 1895 o seu novo director, Silva Graça, retira ao *Século* quaisquer ligações partidárias, pretendendo imprimir-lhe uma orientação puramente informativa, este não só mantém, como aumenta a sua procura (RAMOS, 1994: 51).

Ainda que tenham conquistado destaque nos últimos anos do século XIX, os jornais republicanos, no princípio da nova centúria (mais precisamente a partir de 1903, com a reestruturação do partido Republicano) «ganham progressivamente rumos mais definidos e maior dinamismo» e em 1906-1907 estes «radicalizam as suas posições passando a ser órgãos verdadeiramente revolucionários» (TENGARRINHA, 1989: 239). *O Mundo* representa bem esta reafirmação da imprensa republicana, revelando-se um dos jornais mais fatais à monarquia, devido à sua projecção e influência. José Tengarrinha, citando, na sua *História da Imprensa periódica portuguesa*, o político e jornalista republicano, João Chagas, demonstra a ascensão deste jornal, onde, para além do incrível número de vendas que atinge, pode também notar-se a histeria que a imprensa por vezes gerava.

«Nos primeiros anos da sua existência, *O Mundo* teria apenas 3000 leitores, segundo João Chagas. Depois de 4 de Maio de 1906, porém, ‘trinta, quarenta, cinquenta mil passam a lê-lo e a disputá-lo’ De um dia para o outro ‘todos os vendedores de jornais de Lisboa correram para a rua das Gáveas (onde ficava, então, a sede de *O Mundo*) e enchem-na de um lado ao outro’, sendo preciso até ‘organizar um serviço de polícia’. No editorial de *O Mundo* de 16 de Setembro de 1906, França Borges manifestava a sua satisfação por ver, ‘desde meses, mantida a sua tiragem no máximo que até hoje atingiu entre nós um jornal de opiniões políticas abertamente definidas’» (TENGARRINHA, 1989: 239).

Rui Ramos, clarifica que o sucesso ganho pelo *Mundo* se devia, unicamente, às calúnias, escândalos e rumores que o «*Mundo imundo*», nome pelo qual era conhecido o jornal, publicava nas suas páginas (RAMOS, 1994: 51).

Em 1906, ano em que João Franco subia ao poder, como chefe do Governo, mais um diário republicano era fundado, notabilizando-se por conseguir uma atenção significativa entre as facções mais à direita (TENGARRINHA, 1989: 239). *A Lucta*, dirigida por Brito Camacho, evidenciava-se ainda pela colaboração de alguns notáveis do Partido Republicano, dos quais se salientam António José de Almeida, Basílio Teles, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, João de Barros e Ana de Castro Osório (LEMONS, 2006: 423). Esta última colaboração é de resto um exemplo interessante do início da participação das mulheres num meio, que pode dizer-se ser, unicamente masculino. Não apenas os ideais republicanos, mas a própria imprensa teria um papel preponderante para os movimentos feministas que despontariam no século XX. Como enuncia Irene Vaquinhas «o número crescente de publicações dirigidas a mulheres a partir de meados do século XIX fará dos periódicos femininos um dos veículos privilegiados de transmissão de novos ideais (inclusive feministas) e novos modelos de se ser mulher (‘cultura, trabalhadora, produtiva, desempoeirada’) ...» (VAQUINHAS, 2011: 16).

Na capital, para além dos periódicos republicanos, também os monárquicos tinham destaque. Vejamos os mais influentes nos últimos anos da dinastia brigantina:

«Com 15 000 exemplares de tiragem, havia o jornal do Governo de então [regenerador-liberal], o *Diário Ilustrado*, que era também o caderno de acontecimentos da alta sociedade (...). O *Novidades* (8000), que na década de 1890 fora o jornal da moda entre os literatos e aristocratas, estava agora decadente e, segundo o embaixador inglês, ao dispor de quem lhe pagasse. Por fim, havia uma série de títulos partidários: o *Correio da Noite* e o *Liberal* (ambos progressistas); o *Diário Popular*, o *Notícias de Lisboa* e o *Correio da Manhã* (todos regeneradores, o primeiro depois de deixar de ser progressista); o *Dia* (progressista dissidente); (...) e a *Nação*, o mais antigo título, velhinho jornal escrito para poucos fiéis miguelistas e reaccionários» (RAMOS, 1994: 52)

A partir de 1906 e especialmente em 1907, os partidos Progressista e Regenerador, em consonância com os dissidentes de José Maria de Alpoim, iniciam nos seus jornais um discurso mais agressivo. Ambos postos à margem da governação do país e privados da discussão parlamentar devido ao encerramento das Cortes, atacavam, através da palavra impressa, o Governo de Franco e o rei, “cúmplice” da ditadura. João Franco, apesar dos ataques que lhe eram feitos, tentou tirar o máximo proveito da imprensa. Fosse no seu *Diário Ilustrado*, que se apresentava como «o órgão da boa sociedade», captando o apoio da elite portuguesa, fosse através de entrevistas a jornais apoiantes do regime. Todavia, as campanhas de charme pareciam não ser suficientes para cativar a oposição. O Presidente do Conselho de Ministros viu-se na obrigatoriedade de usar os meios que lhe restavam. Pois, se os jornais podiam funcionar como arma política, assim também o era com a legislação, usada para diminuir a liberdade dos

periódicos e silenciar os ataques. Foi numa tentativa de abafar as constantes críticas que lhe vinham sendo feitas que Franco fez aprovar a 11 de Abril de 1907 a «Lei da imprensa».

1.3. A Repressão como escudo político

A revolução francesa dera à imprensa uma nova pujança quer na sua qualidade, quer na quantidade. Esta potencialidade adquirida devia-se à formação de opinião pública, por parte dos jornais e, à divulgação do debate político, que abandonava os senados e parlamentos, chegando às praças e habitações, no fundo, alargando-se aos cidadãos (SARDICA, 2000: 28). Desta forma, para fazer cumprir os seus objectivos e o normal funcionamento da redacção, a imprensa agarra a liberdade, considerando-a um bem legítimo e inalienável da própria indústria. Seguindo o ideário da revolução francesa e americana, o jornalismo teria na liberdade o principal sustentáculo à sua sobrevivência, uma vez que sem ela, seria impossível garantir a defesa da democracia e conseqüentemente a luta política contra o poder absoluto (TRAQUINA, 2007: 28). Eram aliás suas obrigações «vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes» (TRAQUINA, 2007: 35). Como defendia o marquês de Mirabeau perante os Estados Gerais «Que a primeira das vossas leis consagre para sempre a liberdade de imprensa. Esta é a mais intocável, a mais incondicional liberdade – sem a qual as outras liberdades nunca poderão ser asseguradas» (MIRABEAU *Apud* TRAQUINA, 2007: 30).

Na História de Portugal, os momentos de repressão da imprensa estão, em geral, intimamente ligados a esta luta entre um poder absoluto, que pretende manter-se na governação, e as forças da oposição que, através da imprensa, procuravam dar fim ao despotismo. Assim, a decisão de João Franco, ao legislar contra a liberdade de imprensa não é caso único no país.

Se é verdade que a Regeneração representaria uma época propícia à imprensa. Concedendo aos jornais a oportunidade de se desenvolverem e fortalecerem em torno da acalmia e liberdade sentida (SARDICA, 2000: 35). Antes houvera casos de censura, como no período miguelista (1828-1834).

«(...) durante os seis anos do ‘terror miguelista’, o número de periódicos e o volume de tiragens decaiu drasticamente. Como depois se escreveu, ‘era defeso a todos exprimir o que pensassem por meio da palavra dita ou escrita (...) não era precisamente o crê ou morres do Alcorão, mas era a perseguição, o cacete, o cárcere, o desterro, a quem ousasse combater as prepotências, arbitrariedades e má direcção dos governantes’» (SARDICA, 2000: 31)

Finda a guerra civil, e já com D. Maria II no trono, seria a vez de Costa Cabral agravar as perseguições feitas à imprensa. Desta forma, o primeiro marquês de Tomar, voltaria a restaurar a Carta Constitucional em Janeiro de 1842 e com ela, segundo José Tengarrinha, iniciar um dos períodos mais difíceis da história da imprensa portuguesa (TENGARRINHA, 1989: 160). Enquanto se legislava nas Cortes a fim de minorar a independência dos periódicos, «(...) por outro lado, sucediam-se os arrestos e assaltos às tipografias pelos próprios agentes do Governo Civil (8) ou por arruaceiros pagos por ele: arrombavam as portas, destruíam e roubavam o material, espancavam e ameaçavam de morte o pessoal que trabalhava nelas» (TENGARRINHA, 1989: 162). No mês de Agosto de 1850 era promulgada, pela rainha portuguesa, aquela que seria perpetuada como «Lei das Rolhas». Para José Miguel Sardica, não restam dúvidas de que se tratava de um pesadíssimo diploma de repressão, «fora do tempo», e que violava a liberdade de expressão consagrada na Carta Constitucional.

«É certo que, na letra dessa lei, não se restabelecia a censura prévia, declarando-se, bem ao invés, que se pretendia regular o bom uso da liberdade de expressão. Mas de nada valia isto, quando (...) na prática se esmagava o direito de livre expressão e publicação, agravando para

níveis impensáveis as penas de multa e de prisão a aplicar até nos casos de ‘ironia mais subtil’, entregando ao governamentalizado parlamento o processo de acusação e julgamento» (SARDICA, 2000: 34)

Após aquela que é considerada a mais violenta lei, alguma vez feita na Monarquia Constitucional, contra o jornalismo, vinha por fim a acalmia da Regeneração (SARDICA, 2000: 34-35). No entanto, a iminente queda da monarquia, traria consigo mais episódios de censura e repressão. A crise geral vivida, do sistema político, económico e na consciência nacional, tal como a ascensão republicana, tornara o regime vigente a principal vítima da imprensa. A resposta não tardaria. Na década de oitenta surgiram as «portarias mudas», assim denominadas devido a alguns indícios de uma repressão camuflada (TENGARRINHA, 1989: 246). Em Março de 1890, após o ultimato inglês, saía um diploma, reafirmando as perseguições aos periódicos. Como argumento desta deliberação salientava-se que «os abusos de manifestações de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra de quase constante impunidade» (TENGARRINHA, 1989: 247). Esta, a que os críticos chamaram de «2ª Lei das Rolhas», era na verdade uma resposta do Estado às arruaças originadas pela nota diplomática do Governo britânico.

A agonia do regime faria deste, um legislador produtivo em matéria censória. Seis anos depois, Hintze Ribeiro voltaria a tentar inutilizar a imprensa. O artigo 1º ilustra e resume perfeitamente em que é que consistia este novo acto. Qualquer indivíduo que incitasse ou se prenunciasse favoravelmente sobre um acto subversivo, mesmo que «a provocação não surta efeito» seria preso e deportado (TENGARRINHA, 1989: 251-252).

Já no século XX, em pleno consulado de João Franco, o parlamento recebia uma nova proposta de lei, a 28 de Novembro de 1906. Este diploma de ataque aos jornais tinha origem na necessidade de Franco abafar os protestos causados pela questão dos adiantamentos (SARDICA, 2000: 36). Mostrava-se, por isso, estranguladora, dificultando o aparecimento de novos periódicos, aprovando o alargamento da censura prévia e facilitando a apreensão, suspensão e proibição dos jornais (TENGARRINHA, 1989: 255).

Todavia, a própria lei, seria alvo de inúmeros ataques. Logo em Dezembro era entregue nas Cortes um protesto, pelas Associações de Jornalistas de Lisboa e Porto. Às contestações juntaram-se os apartidários *Diário de Notícias* e *O Século* (TENGARRINHA, 1989: 255). Em Janeiro do ano seguinte, José Augusto Moreira de Almeida, director do diário progressista dissidente, *O Dia*, publicava um texto impugnando a proposta de lei. Num tom messiânico, Moreira de Almeida, comparava a imprensa a Cristo, ambos símbolos de uma minoria iluminada e esclarecida e também ambos perseguidos. «Se nesse tempo houvesse na Judeia a Imprensa, com esta lei da *virtude triunfante*, e a sua *mesa censória*, a que novos suplícios sujeitaria ela o Nazareno!» Contudo no seu texto, o monárquico atingia um ponto fulcral: «na actual questão da Imprensa não há política partidária. Nem há distinções entre monárquicos e republicanos. Há defensores de um princípio, sagrado e inviolável: há opressores desse princípio» (9). Na mesma linha de pensamento João Chagas declarava que «a liberdade de imprensa tem em Portugal bastantes amigos verdadeiros para constituírem um bloco independente dos seus falsos amigos. Este bloco é indispensável. Enquanto ele não se organizar a defesa da liberdade de imprensa andarão de rastos por todas as redacções do país» (10).

A 11 de Abril, surdo face às contestações, o Governo franquista conseguia fazer aprovar em Cortes, a lei com 51 votos contra 38 (TENGARRINHA, 1989: 256). De quem eram estes votos? A maioria era por certo da coligação liberal que unia os progressistas de José Luciano de Castro a Franco. Porém, é relevante notar que também o partido Regenerador de Hintze Ribeiro votou favoravelmente. Apesar das suas críticas feitas ao executivo, segundo Rui Ramos, Hintze, por

incentivo do rei D. Carlos, apoiaria a lei, com a perspectiva de que no futuro esta lhe viesse a ser útil (RAMOS, 2006: 267). Em Maio de 1907, começaram a funcionar os *gabinetes negros* que zelavam pelo seu cumprimento, dando azo a contestações e ao encerramento de periódicos monárquicos e republicanos, inimigos do Governo (TENGARRINHA, 1989: 257). Embora tivesse desferido um duro golpe na imprensa, em breve Franco compreenderia que era impossível travar os jornais e com eles as duras críticas que inundavam as suas páginas. Com a ditadura implantada e a governar por decretos-lei, o Presidente do Conselho agravaria a situação da imprensa. A 20 de Junho, dois dias após a violenta recepção, que tivera no Rossio, aquando do seu regresso do Porto, João Franco decretava a proibição da «circulação, exposição ou qualquer outra forma de publicidade dos escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou segurança pública», a publicação de qualquer jornal fazia-se com autorização prévia, estando estes sujeitos à arbitragem dos governos civis (TENGARRINHA, 1989: 257). Numa espécie de desabafo o *Diário do Governo* explicava:

«De há muitos anos que os desmandos de linguagem e a perniciosa atitude de grande parte da imprensa periódica em Portugal têm sido uma das dificuldades com que lutam todos os Governos, obrigando-os ou a recorrer continuamente às disposições extremas da legislação respectiva, como apreensão dos jornais, ou a sair para fora da lei, estabelecendo de facto a censura prévia» (11)

Vários periódicos foram encerrados, dos quais se salienta *O Mundo*. O jornal republicano com mais visibilidade era suspenso, por 60 dias, passadas 48 horas da publicação do decreto-lei, tendo o seu director, França Borges, que se exilar em Espanha, fugindo das perseguições. Estas continuariam ao longo do mandato de Franco. O escritor, Trindade Coelho, traça uma panorâmica sobre a razia censória na capital portuguesa em Dezembro de 1907:

«(...) de todos os jornais diários de Lisboa estão suspensos os seguintes: *Correio da Noite*, órgão do Partido Progressista; *Popular*, órgão do Partido Regenerador; *Dia*, órgão dos dissidentes progressistas; o conservador *Jornal do Comércio*; a *Época*, o *Liberal*; e os jornais republicanos *País*, *Vanguarda* e o *Mundo*. Subsistiam: *Diário de Notícias* (cujo director, Alfredo da Cunha, suspendera voluntariamente a sua direcção); *Século*; *Portugal*; *Novidades* (que já fora suspenso sob a direcção de Barbosa Colen); *Notícias de Lisboa*; o jornal republicano *a Luta*; e os dois jornais do governo, *Diário Ilustrado* e *Jornal da Noite*» (COELHO *Apud* TENGARRINHA, 1989: 258)

Como se pode notar, fossem monárquicos ou republicanos, a todos se aplicava a chamada «Lei contra a Imprensa», inclusive aos jornais afectos a partidos, como o Regenerador e o Progressista, que aprovaram este penoso diploma.

Com a «acalmação» do reinado de D. Manuel II a repressão acabou por recuar. Os jornais, porém, teriam de esperar até à implantação da República para ver a lei de 11 de Abril de 1907 revogada (SARDICA, 2000: 37). Todavia, a censura, essa, não acabou com o novo regime, comissões de censura formaram-se e a análise prévia da folha impressa foi também aprovada em lei (12). Em 1933, o Estado Novo trouxe novas leis e a censura aprimorou-se como se o passado monárquico e republicano tivesse sido apenas um ensaio da arte censória.

NOTAS

(1) Quanto à questão da imagem, José Miguel Sardica chama a atenção para uma outra vertente, também ela nova no século XIX, que se prende com a mediatização de certas personalidades, em particular de figuras da política nacional, fruto do «voyeurismo da imprensa e [d]a divulgação da fotografia». In SARDICA, José Miguel - O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In **Análise Social**, vol. XLVII, (2012), p. 345.

(2) Veja-se, a título de exemplo: NORONHA, Eduardo - **Vinte cinco anos nos bastidores da política**. Porto: Comp. Portuguesa Editora, 1913; BORGES, França - **A imprensa em Portugal**. Porto: Empr. Lit. e Typ., 1900; ARANHA, Pedro Venceslau de Brito - **Factos e Homens do meu tempo. Memórias de um jornalista**. 3 volumes, Lisboa: Parceira A. M. Pereira, 1907-1908.

(3) Veja-se: ANDRADE, Miranda - **Eça de Queirós e a «Revista de Portugal»**. Lisboa: ed. Revista Ocidente, 1953, p. 25 e CASTILHO, Guilherme - **Eça de Queirós, Correspondência**. Vila da Maia: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. Vol. I, p. 558.

(4) A história da imprensa de língua portuguesa no mundo está ainda em desenvolvimento. Ainda assim, damos nota do trabalho de José Augusto dos Santos Alves que publicou recentemente, em 2017, *A Imprensa de Língua Portuguesa no Oriente*. Merece igual destaque a obra, em dois volumes, intitulada *Uma História da Imprensa Lusófona*, da organização de Jorge Pedro Sousa (et al.), sobre a história da imprensa nos países lusófonos, sendo que o primeiro volume trata do Brasil e Galiza e o segundo foca-se exclusivamente em Portugal. Este foi inicialmente editado em inglês, em 2014, tendo sido convertido para a língua de Camões em 2016 (vol.I) e 2017 (vol.II).

(5) A expressão *penny press* tem origem no custo dos jornais americanos que, de forma a tornarem-se mais acessíveis às classes baixas, começaram a ser vendidos a um *penny* em vez de 6 cêntimos.

(6) Tengarrinha sugere que o *Diário de Notícias* seguia os moldes dos jornais parisienses de 5 cêntimos. Seriam, portanto, estes os *penny papers* franceses. In. TENGARRINHA, José Manuel - **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Portugalá, 1989, p. 215.

(7) O primeiro número do Século só sairia no ano seguinte, a 4 de Janeiro de 1881; o número de 15 de Dezembro de 1880 trata-se do programa, redigido por Magalhães Lima.

(8) O governador civil de Lisboa, à época, José Bernardo da Silva Cabral, era irmão de António Bernardo da Costa Cabral, 1º marquês de Tomar.

(9) «O protesto da imprensa», *O Dia*, 26.01.1907.

(10) «A defesa da liberdade de imprensa», *O Mundo*, 25.03.1907.

(11) «Presidência do Conselho de Ministros», *Diário do Governo* n.º 136, 21.06.1907, pp. 443-444.

(12) Por exemplo: «As publicações serão apresentadas à censura em prova de página e em triplicado na localidade onde se fizerem a sua composição e impressão», *Diário do Governo* n.º 62, 31.03.1916, p. 1.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Imprensa:

Diário do Governo

O Dia

O Mundo

BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Augusto dos Santos - **A Imprensa de Língua Portuguesa no Oriente**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2017.

ALMEIDA, Fialho - **Os Gatos**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1986.

ANDRADE, Miranda - **Eça de Queirós e a «Revista de Portugal»**. Lisboa: ed. Revista Ocidente, 1953.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito - **Factos e Homens do meu tempo. Memórias de um jornalista**. 3 volumes, Lisboa: Parceira A. M. Pereira, 1907-1908.

BAPTISTA, Carla - **Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses: do século XIX ao Marcelismo**. S. l.: Escritório Editora, 2012.

BORGES, França - **A imprensa em Portugal**. Porto: Empr. Lit. e Typ., 1900.

CASCÃO, Rui - Em casa o quotidiano familiar. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 222-252.

CASTILHO, Guilherme - **Eça de Queirós, Correspondência**. Vila da Maia: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. Vol. I.

COUTO, Jorge - **Jornais republicanos 1848-1926**. Lisboa: BNP, 2011.

GOUVEIA, Ricardo José - **O Século na crise do ultimato**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.

LEMOS, Mário Matos - **Jornais Diários Portugueses do Século XX, um Dicionário**. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira - **Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. Vol. XI.

MARTINS, Leonor Pires - **Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)**. Lisboa: Edições 70, 2014.

MARTINS, Rocha - **Pequena história da imprensa portuguesa**. Lisboa: Inquérito, 1941.

NORONHA, Eduardo - **Vinte cinco anos nos bastidores da política**. Porto: Comp. Portuguesa Editora, 1913.

NOVAIS, Noémia Malva - **Imprensa e I Guerra Mundial: censura e propaganda 1914-1918**. Lisboa: Caleidoscópio, 2016.

PEDRAS, Miguel Ribeiro - A Imprensa e o Império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África. In **Revista Brasileira de História da Mídia**, nº1, (2016), p. 33-43.

QUEIRÓS, Eça - **Programa**. In **Revista de Portugal**. Porto: Chardron, 1889.

QUEIRÓS, Eça - **A Ilustre Casa de Ramires**. S/l.: Atelier Editorial, 1982.

QUEIRÓS, Eça - **Os Maias**. Lisboa: Livros do Brasil, 2005.

RAMOS, Rui - A Segunda Fundação (1890-1926). In MATTOSO, José **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. Vol. VI.

- RAMOS, Rui - **D. Carlos**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena - História do Jornalismo Português. In QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.) **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta Editora, (1996), p. 351-364.
- SANTANA, Maria Helena, LOURENÇO, António Apolinário - No leito. Comportamentos sexuais e erotismo. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 254-289.
- SARDICA, José Miguel - Poderes políticos e liberdade de expressão no séc. XIX. As censuras à imprensa durante a Monarquia. In **Revista História**, nº23, (2000), p. 28-37.
- SARDICA, José Miguel - O jornalismo e a Intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional. In **Comunicação & Cultura**, n.º 7, (2009), p. 17-38.
- SARDICA, José Miguel - O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In **Análise Social**, vol. XLVII, (2012), p.344-368.
- SCHUDSON Michael - **Discovering the News: A Social History of American Newspapers**. New York: Basic Books, 1981.
- SERRÃO, Joel - **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1981.
- SILVA, Susana Serpa - Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 382-427.
- SOUSA, Jorge Pedro [et al.] - **Uma História da Imprensa Lusófona: Brasil-Galiza Imprensa Colonial Portuguesa**. Porto: Media XXI, 2016. Vol. I.
- SOUSA, Jorge Pedro [et al.] - **Uma História da Imprensa Lusófona: Portugal**. Porto: Media XXI, 2017. Vol. II.
- SOUSA, José Manuel Motta de, VELOSO, Lúcia Maria Mariano - **História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1987.
- TENGARRINHA, José Manuel - **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Portugália, 1989.
- TENGARRINHA, José Manuel - Um importante instrumento de trabalho. In RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, M. (coord.) **Jornais e Revistas Portugueses do séc. XIX**. Lisboa: BNP, (2001), p. 9-13.
- TENGARRINHA, José Manuel - **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: Edições Minerva, 2006.
- TENGARRINHA, José Manuel - **Nova História da Imprensa Portuguesa: Das origens a 1865**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.
- TRAQUINA, Nelson – **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2007.
- TRINDADE, Luís - **Primeiras Páginas: O Século XX nos Jornais Portugueses**. Lisboa: Tinta-da-china, 2007.
- VAQUINHAS, Irene - Introdução. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 6-20.

**MANUEL MARTINS DA RIBEIRA: UM DESCONHECIDO
MESTRE ENTALHADOR ATIVO NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XVIII NAS VILAS DE PENICHE E ÓBIDOS**

Miguel Portela

Investigador Independente,
3260-406 Figueiró dos Vinhos, Portugal
magelo2001@gmail.com

Manuel Martins da Ribeira: Um Desconhecido Mestre Entalhador Ativo na Segunda Metade do século XVIII nas Vilas de Peniche e Óbidos

Miguel Portela

Historial do artigo:

Recebido a 18 de agosto de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

RESUMO

Pretendemos dar a conhecer alguns elementos sobre a vida e obra do entalhador Manuel Martins da Ribeira, natural da Lourinhã.

Identificámos este entalhador a desenvolver a sua atividade nas vilas de Peniche e Óbidos, sendo responsável pelo retábulo da igreja da Misericórdia em Peniche e pelo arcaz da sacristia do Senhor Jesus da Pedra em Óbidos.

Palavras-Chave: Manuel Martins da Ribeira, Lourinhã, Peniche, Óbidos, entalhador.

ABSTRACT

We intend to make known some elements about the life and work of the woodcarver Manuel Martins da Ribeira, born in Lourinhã.

We identified this carver to develop his activity in the villages of Peniche and Óbidos, being responsible for the altarpiece of the church of the Misericórdia in Peniche and the ark of the sacristy of Senhor Jesus da Pedra in Óbidos.

Key-words: Manuel Martins da Ribeira, Lourinhã, Peniche, Óbidos, woodcarver.

1. Manuel Martins da Ribeira: Alguns Dados Genealógicos

Manuel Martins da Ribeira filho de Jacinto Martins e de Paula Maria nasceu na vila da Lourinhã, em 26 de outubro de 1738. Foi batizado em casa no mesmo dia, tendo recebido os santos óleos na igreja de Nossa Senhora da Anunciação dessa vila, dias mais tarde, em 9 de novembro de 1738 (1).

Sua mãe, Paula Maria era filha de Luís Rodrigues e de Luísa Ferreira, ambos da Lourinhã, tendo sido batizada na igreja de Nossa Senhora da Anunciação da Lourinhã, em 4 de fevereiro de 1714 (2). Paula Maria contraiu matrimónio nessa mesma igreja, em 4 de setembro de 1737, com Jacinto Martins filho de Tomás Martins e de Bernarda da Ribeira, natural e batizado “*na freguezia de São Pedro de Orecente [sic] do lugar do Pouza, bispado de Tui, Reygno de Galiza*”. Ambos os contraentes à data do casamento eram moradores junto à ermida de Nossa Senhora dos Anjos, nos arrabaldes da vila da Lourinhã (3).

Do casamento de Jacinto Martins e de Paula Maria nasceram: Manuel Martins da Ribeira que foi batizado em casa em 26 de outubro de 1738, conforme já referido; Bartolomeu (4), que nasceu em 2 de março de 1741, tendo sido batizado em 12 de março desse ano; e António (5), que nasceu em 17 de julho de 1744, tendo sido batizado em 26 de julho desse ano. Constatamos que Jacinto Martins (6), esposo de Paula Maria, faleceu na Lourinhã em 2 de novembro de 1751, tendo sido sepultado na igreja de Nossa Senhora da Anunciação. Pouco tempo depois, em 22 de novembro de 1752, faleceu Paula Maria (7), tendo sido sepultada nessa mesma igreja.

Manuel Martins da Ribeira contraiu matrimónio na igreja de Nossa Senhora da Anunciação da Lourinhã, em 19 de novembro de 1766, com Coleta Doroteia filha de Álvaro da Silva e de Feliciano Pereira (8). Coleta Doroteia nasceu em 5 de fevereiro de 1749, tendo sido batizada em 16 desse dito mês e ano (9). Do casamento de Manuel Martins da Ribeira com Coleta Doroteia nasceram os seguintes filhos: Rosa (10), que nasceu em 3 de março de 1768, tendo sido batizada em 12 desse dito mês e ano na igreja de S. Pedro de Peniche, e Ana (11), que nasceu em 24 de março de 1773, tendo sido batizada em 4 abril desse ano na igreja de S. Pedro de Peniche. Coleta Doroteia veio a falecer pouco tempo depois do nascimento de sua filha Ana, em Peniche, em 25 de maio de 1773 (12).

Sabemos também, que Bartolomeu José da Ribeira (13), irmão de Manuel Martins da Ribeira, contraiu matrimónio na igreja de Nossa Senhora da Anunciação da Lourinhã, em 18 de novembro de 1776 com Maria Perpétua Ludovina filha de João Pinto e de Joana Maria, tendo assistido como testemunhas Félix José Soares de Peniche e José Henriques da Lourinhã. Bartolomeu José da Ribeira (14) faleceu em 9 de abril de 1811, tendo sido sepultado na igreja de Nossa Senhora da Anunciação da Lourinhã.

Confirmámos através da participação de Manuel Martins da Ribeira (15) em alguns atos paroquiais, celebrados na igreja de Nossa Senhora da Anunciação da Lourinhã, a sua presença na vila da Lourinhã, destacando-se como exemplos: o matrimónio de Mateus José com Maria dos Anjos de Jesus que ocorreu em 6 de novembro de 1766, onde Manuel Martins da Ribeira surge enquanto testemunha; e o matrimónio de Lourenço Justiniano Henriques (16) com Ângela Maria que foi celebrado em 12 de fevereiro de 1794, onde Manuel Martins surge como testemunha.

2.O Retábulo da Igreja da Misericórdia de Peniche

Em 1986, Francisco Manuel Salvador, publicou na sua obra *Santa Casa da Misericórdia de Peniche. Apontamentos históricos*, dados relevantes sobre as obras que foram levadas a efeito na igreja da Misericórdia de Peniche na segunda metade do século XVIII, muito em particular a execução dos retábulos em talha por Manuel Martins da Ribeira. Sabemos assim, que a Mesa da Misericórdia de Peniche ajustou, em 26 de abril de 1767, os retábulos da frontaria da sua igreja a Manuel Martins da Ribeira, afirmando-se nesse contrato “*que o retábulo estava sumamente danificado por podre, seria de rezão e aumento desta Santa Caza e onra do culto*

Divino della e conciliação e agrado dos animos dos fieis que se fizecem de novo tres Capellas de talha de boa madeira e de melhor arte (...) E porque tiverão noticia que na villa da Lourinhan se achava um Mestre entalhador de boa arte (...) lhe purpuzerão todo o sobredito” (SALVADOR, 1986: 18. LAMEIRA, 2009: 135-136). Segundo este mesmo contrato, Manuel Martins da Ribeira “não teve duvida em fazer a dita obra proposta conforme ao preceito do risco que nella fes presente e que foi asseito e aprovado”.

3.O Arcaz da Sacristia do Santuário do Senhor Jesus da Pedra em Óbidos

Em Mesa de 23 de maio de 1785, ficaram arrolados alguns trabalhos na sacristia do Santuário do Senhor Jesus da Pedra, nomeadamente, *“Com a obra do respalde da sacrestia, cento e setenta mil reis – 170\$000”, “Com a escritura e obrigação da dita obra, quinhentos reis - \$500”, “Com que se derão de luvas ao mestre da dita obra, sete mil duzentos reis – 7\$200” (17). De igual modo, em Mesa de 24 de julho de 1785, arrolou-se, “Com o mestre entalhador em faser arenda sacristia digo da maquineta, peenha da crus, e varios concertos – 15\$245; Com vinte sinco molduras a 300 reis cada huma – 7\$500; Com mais doze a 300 reis cada huma – 3\$600; Com tres taboas a 150 reis - \$450; Com hum carro que as conduzio das Caldas - \$300”.*

O trabalho do risco e entalhe do respalde do caixão da sacristia foi adjudicado em 19 de fevereiro de 1785 ao mestre entalhador Manuel Martins da Ribeira, morador em Peniche, afirmando-se na escritura de contrato e obrigação *“que elle estava justo e contratado com o juis e mais officiais da dita Meza do Senhor Jezus da Pedra e fazerlhes a obra do respalde do caxam da sanchristia da Igreja do Senhor Jezus da Pedra na forma do risco e planta que me aperezentou a qual se acha assignada por todos os menzarios e aprovado por elles isto debaixo de todas as clauzullas e obrigasoins seguintes a saber: que elle dito mestre Manoel Martins // [fl. 207v] Martins da Ribeira sera obrigado a dar com prontidão a execusam o dito risco e planta da dita obra do respalde do dito caixam da sanchristia da dita Igreja na forma do mesmo risco della completa e acabada no dois do mes de maio do prezente anno de mil setecentos e outenta e sinco pondo a sua custa o dito mestre tudo o que for percizo para o aviamento da dita obra athe a asentar no seu lugar por e fazendoa na parede em pedra de sorte que nam faça pezo algum no caixam sendo toda a madeira do dito respalde de pinho de flandes bom novo e sem ter uso algum e sera elle dito mestre obrigado a ajustar os vidros para os espelhos do dito respalde e a incaxotallos para a sua conduçam da cidade de Lisboa para a dita Igreja do Senhor Jezus da Pedra a custa e risco da dita Igreja cujos vidros para nos seus lugares respectivos conforme a dita planta, e isto por preço de sento e setenta mil reis dos quais a fatura desta escriptura recebeo elle dito mestre setenta e dous mil reis a conta do preço e quantia do preço e ajuste da dita obra” (18).*

4.Em Síntese

Com este estudo aprofundámos o conhecimento sobre a vida e a obra do mestre entalhador Manuel Martins da Ribeira que viveu no século XVIII e desenvolveu a sua arte nas vilas de Peniche e Óbidos. Para além da obra dos retábulos da igreja da Misericórdia de Peniche, já identificada anteriormente, contribuímos também, para a identificação da autoria do risco e entalhe do arcaz da sacristia do Santuário do Senhor Jesus da Pedra, em Óbidos, a ele devido, que vem assim permitir alargar o corpus artístico deste entalhador.

NOTAS

- (1) Apêndice documental – documento 3.
- (2) Apêndice documental – documento 1.
- (3) Apêndice documental – documento 2.
- (4) Apêndice documental – documento 4.
- (5) Apêndice documental – documento 5.
- (6) Apêndice documental – documento 7.
- (7) Apêndice documental – documento 8.
- (8) Apêndice documental – documento 10.
- (9) Apêndice documental – documento 6.
- (10) Apêndice documental – documento 11.
- (11) Apêndice documental – documento 12.
- (12) Apêndice documental – documento 13.
- (13) Apêndice documental – documento 14.
- (14) Apêndice documental – documento 17.
- (15) Apêndice documental – documento 9.
- (16) Apêndice documental – documento 16.
- (17) **Mesa de 23 de maio de 1785 do Santuário do Senhor Jesus da Pedra** – [Manuscrito]. 1785. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Colegiada de Santa Maria de Óbidos. Livro da Despesa da Mesa do Senhor Jesus da Pedra - Óbidos [1765-1811]. Fl. 109.
- (18) Apêndice documental – documento 15.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO 1

Registo de batismo de Paula Maria esposa de Jacinto Martins – [Manuscrito]. 1714. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Batismos de Lourinhã [1706-1716]. Livro B3, Caixa n.º 3, assento n.º 2, fl. 66

< Villa – Paulla >

Aos quatro dias do mes de feveiro de mil e setesentos e quatorze annos eu o Padre Domingos Luís Cura na Igreja Matrix de Nossa Senhora da Anunsiação da villa da Lourinhã baptizei Paulla filha de Luís Rodrigues e de sua molher Luiza Ferreira moradores nesta villa da Lourinhã. Forão por padrinho: António de Távora e Catharina filha de António Ferreira desta villa e por verdade fis este asento, dia mês, e anno ut supra.

(a) O Padre Cura Domingos Luís

DOCUMENTO 2

Registo de casamento de Jacinto Martins com Paula Maria – [Manuscrito]. 1737. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Casamentos de Lourinhã [1721-1738]. Livro C2, Caixa n.º 19, assento n.º 1, fl. 117.

< Nossa Senhora dos Anjos – Hyacinto Martinz e Paula Maria >

Aos quatro de septembro de mil e settecentos e trinta e sette pelas dez horas da menhãa em esta Matrix de Nossa Senhora da Annunçiação da villa da Lourinhã com minha prezença e das testemunhas abaixo assignadas, o Sargento Mór António de Távora e Britto e Bernardo Luis digo António de Távora e Britto morador em esta ditta villa da Lourinhã e Bernardo Luís morador em o lugar da Comrubeira da freguezia de Nossa Senhora da Purificação do lugar da Roriça termo da villa de Obbidos e mais pessoas que presentes estavam se receberão por palavras de presentes in facie Ecclesia na forma do Sagrado Conçilio Tridentino Hyaçinto Martins filho de Thomas Martins e de sua mulher Bernarda da Ribeira natural e baptizado na freguezia de São Pedro de Orecente [sic] do lugar do Pouza, bispado de Tui, Reygno de Galiza e Paula Maria filha de Luís Rodrigues e de sua mulher Luiza Ferreira natural desta villa e baptizada em esta ditta Matrix de Nossa Senhora da Annunçiação da ditta villa e elles contrahentes moradores a junto da Irmida de Nossa Senhora dos Anjos no arrabalde da ditta villa, dia, mes e anno ut supra.

(a) O Prior Josephe Amado Teixeira

(a) O Sargento Mor António de Távora e Britto

(a) Bernardo + Luís

DOCUMENTO 3

Registo de batismo de Manuel Martins da Ribeira filho de Jacinto Martins e de sua mulher Paula Maria – [Manuscrito]. 1738. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Batismos de Lourinhã [1729-1742]. Livro B5, Caixa n.º 3, assento n.º 1, fl. 151v.

< Villa – Manoel >

Aos nove de novembro de mil e settecentos e trinta e oito pus os Santos Oleos a Manoel filho de Hyacinto Martins e de sua mulher Paula Maria moradores em esta villa da Lourinhã o qual foi baptizado em caza por necessidade pelo Padre António Ribeiro em vinte e seis de outtubro em que naseo na era asima, dia, mes, e anno ut supra.

(a) O Prior Joseph Amado Teixeira

DOCUMENTO 4

Registo de batismo de Bartolomeu filho de Jacinto Martins e de sua mulher Paula Maria – [Manuscrito]. 1741. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Batismos de Lourinhã [1729-1742]. Livro B5, Caixa n.º 3, assento n.º 1, fl. 194.

< Villa – Bartholomeu >

Aos doze de março de mil e settecentos e quarenta e hum com minha licença baptizou o Padre António Ribeiro a Bartholomeu filho de Hyaçinto Martins e de sua mulher Paula Maria moradores em esta villa da Lourinhã. Nasceo a dous do ditto mes e era asima. Forão padrinhos o Padre Bartholomeo Ribeiro e sua sobrinha Maria dos Santos todos moradores em esta ditta villa, dia, mes, e anno ut supra.

(a) O Prior Joseph Amado Teixeira

DOCUMENTO 5

Registo de batismo de António filho de Jacinto Martins e de sua mulher Paula Maria – [Manuscrito]. 1744. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Batismos de Lourinhã [1743-1755]. Livro B6, Caixa n.º 4, assento n.º 2, fl. 35.

< Villa – António >

Aos vinte e seis de julho de mil e settecentos e quarenta e quatro baptisei a António filho de Hyaçinto Martins e de sua mulher Paula Maria moradora em esta villa da Lourinhã nasceo a dozasette do ditto mes da era asima. Forão padrinhos António Machado e sua mulher Marianna de Almeida moradores nesta ditta villa, dia, mes, e anno ut supra.

(a) O Prior Joseph Amado Teixeira

DOCUMENTO 6

Registo de batismo de Coleta esposa de Manuel Martins da Ribeira – [Manuscrito]. 1749. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Batismos de Lourinhã [1743-1755], Livro B6, Caixa n.º 4, assento n.º 2, fl. 115.

< Villa – Coleta >

Aos dezaseis dias do mez de fevereyro de mil setecentos quarenta e nove annos o Padre Cura Jozé Ferreyra da Rocha em esta Igreja Collegiada Matris de Nossa Senhora da Annuniação da villa da Lourinhã bautizou solemnemente e poz os Santos Oleos a Coleta filha de Álvaro da Sylva e de Felicianna Pereyra desta villa; nasceo aos sinco do dito mez. Foy padrinho Jozé Henriquez e madrinha Francisca Maria todos desta villa e freguezia e por verdade fiz este assento que asigno dia, mez e anno ut supra.

(a) O Beneficiado António Paes Monteiro

DOCUMENTO 7

Registo de óbito de Jacinto Martins esposo de Paula Maria – [Manuscrito]. 1751. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Óbito de Lourinhã [1746-1760]. Livro O4, Caixa n.º 29, assento n.º 2, fl. 32.

< Villa – Jacinto Martins >

Aos dois dias do mez de novembro de mil setecentos sincoenta e hum faleceo da vida presente abintestado com todos os Sacramentos Jacinto Martins cazado que foi com Paula Maria moradores nesta villa: foy amortalhado em habito de S. Francisco e sepultado dentro na Igreja Matrix de Nossa Senhora da Annunciaçãõ desta dita villa da Lourinhã e por verdade fis este assento que asigno dia, mez e anno ut supra.

(a) O Beneficiado António Paes Monteiro

DOCUMENTO 8

Registo de óbito de Paula Maria, viúva de Jacinto Martins – [Manuscrito]. 1752. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Óbito de Lourinhã [1746-1760]. Livro O4, Caixa n.º 29, assento n.º 4, fl. 35.

< Villa – Paula Maria >

Aos vinte e dois dias do mes de novembro de mil setesentos sincoenta e dois annos faleceo da vida presente com todos os Sacramentos Paula Maria, viúva que ficou de Jacinto Martins, moradora nesta villa desta freguezia aonde foi sepultada e amortalhada em hábito de Sam Francisco, e por verdade fis este asento que asigno, dia, mes e anno ut supra.

(a) O Cura Manoel Antunes de Carvalho

DOCUMENTO 9

Registo de casamento de Mateus José e de Maria dos Anjos de Jesus, surgindo como testemunha desse ato Manuel Martins da Ribeira, morador na vila da Lourinhã – [Manuscrito]. 1766. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Casamentos de Lourinhã [1754-1782]. Livro C4, Caixa n.º 19, assento n.º 1, fl. 117.

Aos seis dias do mez de novembro de mil setecentos, e sesenta, e seis annos em esta insigne Collegiada Parochial, e Matriz de Nossa Senhora da Annunciaçãõ da villa da Lourinhã das honze horas para as doze em minha presenxa, e das testemunhas abaixo assignadas, Jozé Pacheco do lugar da Serra, e Manoel Martins morador nesta villa da Lourinhã, e de varias pessoas mais que presente estavam se receberão por palavras de presente na forma do Concilio Tridentino por marido, e molher Matheus Jozé filho legitimo de João Pacheco, e de Josefa Maria moradores no lugar da Serra do Calvo desta dita freguezia onde foy baptizado; e Maria dos Anjos de Jezus, filha legitima de Antão Rodrigues, e de Maria Ferreira moradores no lugar da Zambujeira desta dita freguezia onde foy baptizada e se tem desobrigado. E por verdade fis este termo que asigno. Dia, mes, e anno, ut supra.

(a) O Reverendo Manoel Caetano Henriques

- (a) Jozeph Pacheco
- (a) Manoel Martins da Ribeira

DOCUMENTO 10

Registo de casamento de Manuel Martins da Ribeira com Coleta Doroteia, ambos da vila da Lourinhã – [Manuscrito]. 1766. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Casamentos de Lourinhã [1754-1782]. Livro C4, Caixa n.º 19, assento n.º 1, fl. 117v.

Aos dezanove dias do mez de novembro de mil, e setecentos e sessenta e seis annos, eu o Padre Fabião Henriques Pereira, Economo nesta Collegiada de Nossa Senhora da Anunciação da villa da Lourinhã com licença do Reverendo Parocho das duas para as tres horas da tarde em minha presença e das testemunhas abaixo asinada, Manoel Rodrigues Souta e Antonio Francisco moradores nesta villa, e de varias pessoas, que presentes estavam se receberão por palavras de presente na forma do Concilio Tridentino por marido e mulher Manoel Martins da Ribeira filho legitimo de Jacinto Martins da Ribeira, e de Paula Maria moradores que forão nesta dita villa e Coleta Dorotea filha legitima de Alvaro da Sylva e de Feleciana Pereira moradores nesta dita villa aonde sempre tem assistido e se tem desobrigado, e foi baptizada e por verdade fiz este acento que asino, dia, mez, e anno ut supra.

- (a) O Padre Fabião Henriques Pereira
- (a) De Antonio + Francisco
- (a) Manoel Rodriguez Souta

DOCUMENTO 11

Registo de batismo de Rosa filha de Manuel Martins da Ribeira e de Coleta Doroteia – [Manuscrito]. 1768. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Livro de Batismos da Paróquia de S. Pedro de Peniche [1764-1793]. Dep. IV-40-A-44, assento n.º 1, fl. 20.

Aos doze dias do mez de março de mil setecentos sessenta e oito fiz os exorcismos, e pus os Santos Oleos a Roza, que naceo aos tres do dito mes; e anno supra pellas oito horas da manhã que foi bautizada em caza por mim por estar em perigo de vida, filha de Manoel Martins da Ribeira, e de Colleta Dorothea ambos naturais, bautizados, e recebidos na Matris da Nossa Senhora da Anunciação da villa da Lourinhaã: forão padrinhos o Reverendo Venâncio António Franco, e tocou com prenda de Nossa Senhora da Conceição o Reverendo Pedro Gomes Sobral, de que fis este assento, dia, mez, e anno ut supra.

- (a) O Parocho Pedro Jozé de Faria e Horta.

DOCUMENTO 12

Registo de batismo de Ana filha de Manuel Martins da Ribeira e de Coleta Doroteia – [Manuscrito]. 1773. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Livro de Batismos da Paróquia de S. Pedro de Peniche [1764-1793]. Dep. IV-40-A-44, assento n.º 2, fl. 41v.

Aos quatro dias do mez de abril de mil setecentos setenta e tres fez os exorcismos, pos os Santos Oleos, e bautizou solenemente de minha licença o Reverendo Theodoro de Azevedo Teyxeira a Anna, que naceo aos vinte e quatro de março de huma para as duas horas da noite filha legitima de Manoel Martins da Ribeira, e de Coleta Dorothea, ambos naturais, bautizados, e recebidos na freguezia de Nossa Senhora da Annuniação da villa da Lourinhã: foram padrinhos o Reverendo Venâncio António Franco, e tocou com procuraçam de D. Anna Margarida de Azevedo o Reverendo doutor Jozé Franco de Mattos, de que fiz este assento, dia, mez, e anno ut supra.

(a) O Parocho Pedro Jozé de Faria e Horta.

DOCUMENTO 13

Registo de óbito de Coleta Doroteia esposa de Manuel Martins da Ribeira – [Manuscrito]. 1773. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Livro de Óbito da Paróquia de S. Pedro de Peniche [1746-1773]. Dep. IV-40-A-43, assento n.º 2, fl. 96.

< Coleta Dorothea casada com Manoel Martins. Não fez testamento. >

Aos vinte e cinco dias do mez de mayo de mil setecentos setenta e tres faleceo com todos os Sacramentos Colleta Dorothea cazada com Manoel Martins, não fez testamento, e foi amortalhada no hábito de São Francisco: jaz sepultada nesta Igreja de São Pedro sua freguezia, de que fiz este assento dia, mez e anno.

(a) O Parocho Pedro Jozé de Faria e Horta

DOCUMENTO 14

Registo de casamento de Bartolomeu José da Ribeira com Maria Perpétua Ludivina – [Manuscrito]. 1776. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Casamentos de Lourinhã [1754-1782]. Livro C4, Caixa n.º 19, assento n.º 1, fl. 178v.

< Villa – Bartholomeu Jozé da Ribeira e Maria Perpetua Ludivina >

Aos desouto dias do mes de novembro de mil setecentos, e setenta e seis annos das nove para as des oras da manhã em esta Collegiada Matrix de Nossa Senhora da Annuniação da villa da Lourinhã em presensa do Reverendo Padre Cura desta dita freguezia Jozé Henriques e das testemunhas abaixo assignadas Felix Jozé Soares da villa de Peniche, e Jozé Henriques desta villa da Lourinhã, e de várias pessoas mais que presentes estavam se receberão na forma do Concilio Tridentino e Constituições desta Patriarchado Bartholomeu Jozé da Ribeira filho legitimo de Jacinto Martins da Ribeira e de Pauloa Maria já defuntos natural desta dita freguezia, onde forão moradores com Maria Perpetua Ludivina filha de João Pinto, já defunto, e de Joanna Maria natural do lugar da Freiria freguezia de São Lucas onde foy baptizada, e forão moradores, e por verdade fis este assento que assigno. Dia, mes, e anno ut supra.

(a) O Reverendo Manoel Caetano Mendes

DOCUMENTO 15

Escritura de contrato e obrigação que fez o mestre entalhador Manuel Martins da Ribeira, com o juiz e oficiais do Senhor Jesus da Pedra para execução do respalde do caixão da sacristia da Igreja do Senhor Jesus da Pedra – [Manuscrito]. 1785. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Livro Notarial de Óbidos. Dep. V-93-E-21, fls. 207-208v.

Fora

Escritura de contrato e obrigação que fes Manoel Martins da Ribeira assistente na villa de Peniche aos digo de Peniche ao juis e mais officiais da Meza da administração do Senhor Jezus da Pedra extra muros desta villa de Óbidos.

Em nome de Deos Amen. Saybam quantos este publico instrumento de contrato e obrigaçam ou como melhor em direito dizer se possa e mais valler virem que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e outenta e sinco annos em os dezanove dias do mes de fevereiro do dito anno em esta Nobre villa de Obidos escriptorio de mim tabaliam ao diante nomeado sendo ahy partes presentes outrogantes a saber de huma como obrigado Manoel Martins da Ribeira morador na villa de Peniche, mestre intalhador e de outra parte João Rodrigues da Silva em seu nome e do juis e mais officiais da Meza da Administração do Senhor Jezus da Pedra e procurador bastante da dita Meza pessoas conhecidas de mim tabaliam e das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas: e logo ahy pello dito obrigado Manoel Martins da Ribeira foi dito a mim tabaliam perante os digo tabaliam perante as mesmas testemunhas que elle estava justo e contratado com o juis e mais officiais da dita Meza do Senhor Jezus da Pedra e fazerlhes a obra do respalde do caxam da sanchristia da Igreja do Senhor Jezus da Pedra na forma do risco e planta que me aperezentou a qual se acha assignada por todos os menzarios e aprovado por elles isto debaixo de todas as clauzullas e obrigasoins seguintes a saber: que elle dito mestre Manoel Martins // [fl. 207v] Martins da Ribeira sera obrigado a dar com prontidão a execusam o dito risco e planta da dita obra do respalde do dito caixam da sanchristia da dita Igreja na forma do mesmo risco della completa e acabada no dois do mes de maio do presente anno de mil setecentos e outenta e sinco pondo a sua custa o dito mestre tudo o que for percizo para o aviamento da dita obra athe a asentar no seu lugar por e fazendoa na parede em pedra de sorte que nam faça pezo algum no caixam sendo toda a madeira do dito respalde de pinho de flandes bom novo e sem ter uso algum e sera elle dito mestre obrigado a ajustar os vidros para os espelhos do dito respalde e a incaxotallos para a sua conduçam da cidade de Lisboa para a dita Igreja do Senhor Jezus da Pedra a custa e risco da dita Igreja cujos vidros para nos seus lugares respectivos conforme a dita planta, e isto por preço de sento e setenta mil reis dos quais a fatura desta escriptura recebeo elle dito mestre setenta e dous mil reis a conta do preço e quantia do preço e ajuste da dita obra que elle dito mestre obrigava sua pessoa e bens moveis e de rais havidos e por haver e que para maior segurança do dito contrato nomeava por seu fiador e abonador a Manoel Antonio da Costa desta dita villa o qual sendo presente por elle foi dito a mim tabaliam perante as mesmas testemunhas que elle muita (?) de sua boa e livre vontade sem contragimento de pessoa alguma ficava por fiador e abonador do dito mestre e principal pagador a toda a folha do dito contrato estipulado nesta escriptura e que tudo obrigava sua pessoa e bens havidos e por haver: E logo pello dito procurador da Meza Joam Rodrigues da Silva foi dito a mim tabaliam perante as mesmas testemunhas que elle em seu // [fl. 208] Em seu nome e do juis e mais officiais da Meza aseitava esta escriptura de obrigasam que lhe fazia o dito mestre Manoel Martins da Ribeira e que cumprindo elle tudo como nesta escriptura se declara se obrigava elle dito procurador em nome da dita Meza a acabar de satisfazer ao dito

mestre o preço do dito contrato e ajuste estando a dita obra do respalde prompto e acabado de todo e parafuzado na parede com os espelhos no seu lugar com toda a perfeição e conforme a dita planta o qual sera obrigado elle dito mestre a apresentallo findo que seja a dita obra pera se examinar e que no cazo que a dita obra nam esteja feita conforme o dito contrato e risco ser obrigado elle dito mestre per sy e por seu fiador ficara sem effeito algum o dito contrato e podera a dita Meza neste cazo cobrar do dito fiador os ditos setenta e dous mil e cumprindo elle dito mestre todas as clauzullas da dita escriptura se obriga elle dito procurador a completar e satisfazer este contrato tudo sob obrigação dos bens e rendas da dita Meza e que sendo cazo que esta escriptura chegue a hir a juizo por qualquer cauza ou motivo que seja tocante a elle quem o seja no juizo geral desta dita villa perante o doutor juis de fora della para o que renunciavam o juizo de seu foro: Em fee e testemunho de verdade asim o outrogaram pediram e aseitaram foce feito este instrumento e eu tabaliam como pessoa publica estipultante e aseitei estipulei em seus nomes presentes e de quem tocar possa abzentes tanto quanto em direito devo e posso fazer sendo a tudo presentes por testemunhas presentes Pedro Enriques da Silva e João Leal Ferreira todas desta villa que aqui assignaram // [fl. 208v] Assignaram de seus signais costumados que dou fé serem os proprios e estarem presentes e eu Joaquim Antonio de Carvalho e Campos que o escrevi.

- (a) Manoel Martinz da Ribeira
- (a) O Bastante Procurador João Rodriguez da Silva
- (a) Manoel Antonio da Costa
- (a) Pedro Henriques da Silva
- (a) João Leal Ferreira

DOCUMENTO 16

Registo de casamento de Lourenço Justiniano Henriques com Ângela Maria tendo assistido como testemunhas Manuel Martins da Ribeira – [Manuscrito]. 1794. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Casamentos de Lourinhã [1782-1802]. Livro C5, Caixa n.º 20, assento n.º 1, fl. 52v.

< Villa – Lourenço Justiniano Henriques e Angela Maria >

Aos doze dias do mez de fevereiro de mil e setecentos e noventa e quatro, das quatro para as sinco horas da tarde do ditto dia em esta Paroquial Igreja Matriz e Collegiada de Nossa Senhora da Annuniação da villa da Lourinhã, Patriarchado de Lisboa, em minha presença e das testemunhas abaixo assignadas o Reverendo Padre Ricardo Jozé de Miranda Henriques, e Manoel Martins da Ribeira moradores nesta villa, e mais pessoas que estavam presentes; corridos os banhos na forma do Sagrado Concilio Tridentino, e Constituição desta Patriarchado, se receberão por palavras de presente Lourenço Justiniano Henriques, e Angela Maria moradores nesta villa. Elle natural do lugar da Recomeira freguezia de São Mamede da Ventoza termo de Torres Vedras donde foi baptizado, filho legitimo de António Henriques e de Roza da Sylva moradores no sobredito lugar, e ella natural desta villa da Lourinhã, e baptizada nesta freguezia de Nossa Senhora da Annuniação filha legitima de Manoel Henriques, e de Jozefa Maria moradores que forão nesta villa. E por verdade fis este assento que asigno. Dia, mez e anno ut supra.

- (a) O Prior Manoel Rodriguez Alvarez

(a) O Prior Ricardo Jozê de Miranda Henriques

(a) Manoel Mendiz da Ribeira

DOCUMENTO 17

Registo de óbito de Bartolomeu José da Ribeira – [Manuscrito]. 1811. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Livro de Óbitos de Lourinhã [1809-1816]. Livro O7, Caixa n.º 29, assento n.º 1, fl. 24.

< Villa – Bartholomeo >

Aos nove dias do mez do abril do anno de mil e oitocentos e onze faleceo com todos os Sacramentos e foi sepultado nesta Igreja Matriz e Parochial de Nossa Senhora da Anunção da villa da Lourinhan Bartholomeu Joze, que era cazado com Maria Perpetua moradores nesta villa. Fez sua disposição testamentaria, do que para constar faço e assigno este assento.

(a) O Cura Joze Gonçalves d'Oliveira

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas - Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

Registo de batismo de Paula Maria esposa de Jacinto Martins – [Manuscrito]. 1714. Livro de Batismos de Lourinhã [1706-1716]. Livro B3, Caixa n.º 3.

Registo de casamento de Jacinto Martins com Paula Maria – [Manuscrito]. 1737. Livro de Casamentos de Lourinhã [1721-1738]. Livro C2, Caixa n.º 19.

Registo de batismo de Manuel Martins da Ribeira filho de Jacinto Martins e de sua mulher Paula Maria – [Manuscrito]. 1738. Livro de Batismos de Lourinhã [1729-1742]. Livro B5, Caixa n.º 3.

Registo de batismo de Bartolomeu filho de Jacinto Martins e de sua mulher Paula Maria – [Manuscrito]. 1741. Livro de Batismos de Lourinhã [1729-1742]. Livro B5, Caixa n.º 3.

Registo de batismo de António filho de Jacinto Martins e de sua mulher Paula Maria – [Manuscrito]. 1744. Livro de Batismos de Lourinhã [1743-1755]. Livro B6, Caixa n.º 4.

Registo de batismo de Coleta esposa de Manuel Martins da Ribeira – [Manuscrito]. 1749. Livro de Batismos de Lourinhã [1743-1755], Livro B6, Caixa n.º 4.

Registo de óbito de Jacinto Martins esposo de Paula Maria – [Manuscrito]. 1751. Livro de Óbito de Lourinhã [1746-1760]. Livro O4, Caixa n.º 29.

Registo de óbito de Paula Maria, viúva de Jacinto Martins – [Manuscrito]. 1752. Livro de Óbito de Lourinhã [1746-1760]. Livro O4, Caixa n.º 29.

Registo de casamento de Mateus José e de Maria dos Anjos de Jesus, surgindo como testemunha desse ato Manuel Martins da Ribeira, morador na vila da Lourinhã – [Manuscrito]. 1766. Livro de Casamentos de Lourinhã [1754-1782]. Livro C4, Caixa n.º 19.

Registo de casamento de Manuel Martins da Ribeira com Coleta Doroteia, ambos da vila da Lourinhã – [Manuscrito]. 1766. Livro de Casamentos de Lourinhã [1754-1782]. Livro C4, Caixa n.º 19.

Registo de casamento de Bartolomeu José da Ribeira com Maria Perpétua Ludivina – [Manuscrito]. 1776. Livro de Casamentos de Lourinhã [1754-1782]. Livro C4, Caixa n.º 19.

Registo de casamento de Lourenço Justiniano Henriques com Ângela Maria tendo assistido como testemunhas Manuel Martins da Ribeira – [Manuscrito]. 1794. Livro de Casamentos de Lourinhã [1782-1802]. Livro C5, Caixa n.º 20.

Registo de óbito de Bartolomeu José da Ribeira – [Manuscrito]. 1811. Livro de Óbitos de Lourinhã [1809-1816]. Livro O7, Caixa n.º 29.

Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal.

Mesa de 23 de maio de 1785 do Santuário do Senhor Jesus da Pedra – [Manuscrito]. 1785. Colegiada de Santa Maria de Óbidos. Livro da Despesa da Mesa do Senhor Jesus da Pedra - Óbidos [1765-1811].

Registo de batismo de Rosa filha de Manuel Martins da Ribeira e de Coleta Doroteia – [Manuscrito]. 1768. Livro de Batismos da Paróquia de S. Pedro de Peniche [1764-1793]. Dep. IV-40-A-44.

Registo de batismo de Ana filha de Manuel Martins da Ribeira e de Coleta Doroteia – [Manuscrito]. 1773. Livro de Batismos da Paróquia de S. Pedro de Peniche [1764-1793]. Dep. IV-40-A-44.

Registo de óbito de Coleta Doroteia esposa de Manuel Martins da Ribeira – [Manuscrito]. 1773. Livro de Óbito da Paróquia de S. Pedro de Peniche [1746-1773]. Dep. IV-40-A-43.

Escritura de contrato e obrigação que fez o mestre entalhador Manuel Martins da Ribeira, com o juiz e oficiais do Senhor Jesus da Pedra para execução do respalde do caixão da sacristia da Igreja do Senhor Jesus da Pedra – [Manuscrito]. 1785. Livro Notarial de Óbidos. Dep. V-93-E-21.

BIBLIOGRAFIA GERAL

SALVADOR, Francisco Manuel – **Santa Casa da Misericórdia de Peniche. Apontamentos históricos**. Peniche: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia e da Câmara Municipal de Peniche, 1986.

LAMEIRA, Francisco – Retábulos das Misericórdias Portuguesas. In **Promontoria Monográfica História da Arte**. 04. S.l.: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve e União das Misericórdias Portuguesas, 2009. ISBN 978-989-95616-5-6.

